

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO

**LUCIANA NATHALIA MORAIS FURTADO**

**A IMPRENSA ESTUDANTIL LICEÍSTA MARANHENSE NA PRIMEIRA  
REPÚBLICA (1907-1930)**

São Luís  
2016

**LUCIANA NATHALIA MORAIS FURTADO**

**A IMPRENSA ESTUDANTIL LICEÍSTA MARANHENSE NA PRIMEIRA  
REPÚBLICA (1907-1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Castro.

São Luís

2016

MORAIS FURTADO, LUCIANA NATHALIA.

A IMPRENSA ESTUDANTIL LICEÍSTA NA PRIMEIRA REPÚBLICA  
1907-1930 / LUCIANA NATHALIA MORAIS FURTADO. - 2016.

109 f.

Orientador(a): César Augusto Castro.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em  
Educação/ccso, Universidade Federal do Maranhão, SÃO LUÍS,  
2016.

1. Ensino Secundário. 2. História da  
Educação/Maranhão. 3. Imprensa estudantil. I. Castro,  
César Augusto. II. Título.

**LUCIANA NATHALIA MORAIS FURTADO**

**A IMPRENSA ESTUDANTIL LICEÍSTA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1907-1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Castro.

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. César Augusto Castro** (Orientador)

Doutor em Educação

Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof.<sup>a</sup> Iran de Maria Leitão Nunes**

Doutora em Educação

Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof. Dr. Samuel Luis Velazquez Castellanos**

Doutor em Educação

Universidade Federal do Maranhão

Dedico esta dissertação aos meus pais Eduardo Santos Furtado e Nadia Cristina Morais Furtado, pelo apoio incondicional e constante incentivo.

## AGRADECIMENTOS

**G**rata eu sou pela minha família, em especial a minha mãe Nadia Furtado, meu pai Eduardo Furtado e meu irmão André Furtado.

**R**econheço que nos amigos eu posso contar em especial aos irmãos que adquiri na vida: Almicéia Borges, Andreia Monteiro, Diana Rocha, Erica Flavia, Jarina Serra, Mateus Araújo, Mayra Cabral, Tátilla Barroso.

**A**credito na força de uma amizade, na figura dos meus professores queridos César Augusto Castro e Samuel Castellanos pelo apoio, confiança, incentivo e exemplo.

**T**enho a alegria de conhecer a professora Iran Nunes, pelo apoio e compreensão em um dos momentos mais fatídicos da minha trajetória.

**I**mpossível afastá-los por que tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas.

**D**edico também este estudo as minhas tias pelo carinho que sempre recebi: Creudna Moraes, Imidia Moraes, Karla Moraes, Lucia Moraes.

**A**ntes que eu termine preciso ressaltar a admiração em minha vovó, Iracema Moraes, exemplo de Vida e Luta.

**O**brigada, Senhor, por tudo o que me fez, e ainda há de fazer, sei que estás sempre presente na minha caminhada.

*Já que existimos precisamos trabalhar sem trégoas, abordando e discutindo os assumptos que estejam em nosso alcance suggerindo mesmo ideias que presumimos aproveitáveis ao ensino público felizmente não descurado a esta terra gloriosa pelos poderes públicos a quem competia dar o impulso conveniente (A MOCIDADE, 1906, p.1).*

## RESUMO

Apresenta os discursos dos alunos liceístas nos jornais estudantis maranhenses no período de 1907 a 1930 a fim de identificar e analisar as táticas de apropriação dos discentes expressas nas notícias publicadas, bem como, compreender a dinâmica escolar e as representações sobre as atividades pedagógicas como os métodos, os exames, formas de ingresso, currículo, avaliações, aspectos que caracterizavam o cotidiano do ensino secundário nas primeiras décadas republicanas e as reivindicações dos alunos sobre os problemas e as demandas precisas para essa modalidade de ensino. Para tanto, este estudo baseia-se na pesquisa bibliográfica fundamentada nos princípios da História Cultural utilizando autores como Castellanos (2007, 2012); Castro (2006); Chartier (1999); Nóvoa (2002); Barros, (2013), dentre outros, tal estudo permite compreender a História da Imprensa Pedagógica e a História da Educação Maranhense, especificamente do Ensino Secundário. Na Pesquisa documental nos detemos no mapeamento e na análise dos vestígios expressos nos seguintes jornais: O Progresso (1907); O Brazil (1907); O Canhoto (1912-1914); Excelsior (1914); O Estudante (1915); Lábaro (1921); Alma Nova (1929) e o Sangue Jovem (1930). O estudo da imprensa periódica educacional liceísta possibilitou compreender as mudanças sociopolíticas que sustentaram a produção dos suportes escolares ao exporem ideias que evidenciavam o período republicano; o desenvolvimento do país, a criação de escolas e a implantação de métodos inovadores na instrução pública secundária maranhense. Contatou-se que os escritos estudantis se constituíram em um canal privilegiado para a exposição e circulação dos saberes e de denúncia sobre a carência de políticas educacionais. Consideramos, desta forma, que os jornais escritos pelos alunos do Liceu se configuraram como um importante veículo de identidade e de resistência entre o ideal e o concreto vivenciado pelos estudantes dessa instituição na Primeira República.

Palavras-chave: Imprensa estudantil. Ensino Secundário. História da Educação. Maranhão



## ABSTRACT

It presents the speeches of lyceist students in the Maranhenses student periodicals from 1910 to 1930 in order to identify and analyze the appropriation tactics of the students expressed in the published news as well as to understand the school dynamics and representations about pedagogic activities such as methods, Examinations, forms of entrance, curriculum, evaluations that characterized the daily life of secondary education in the first republican decades and the students' demands on the problems and the precise demands for this modality of education. Therefore, this study is based on the bibliographical research based on the principles of Cultural History in authors such as Castellanos (2007, 2012); Castro, 2006; Chartier, 1999; Nóvoa, 2002; Barros, 2013, among others, allowing us to understand the History of Pedagogical Press, History of Maranhão Education, specifically Secondary Education and documentary research, in which we focus on the mapping and analysis of the vestiges expressed in the following newspapers: O Progresso (1907) ; O Brazil (1907); The Left-Handed (1912-1914); Excelsior (1914); The Student (1915); Lábaro (1921); Alma Nova (1929) and the Young Blood (1930). A study of the periodic educational press liceitas made it possible to understand the sociopolitical changes that sustained the production of the school media when exposing ideas that evidenced the republican period; The development of the country, the creation of schools and the implementation of innovative methods in secondary public education in Maranhão. It was contacted that the student writings constituted in a privileged channel for the exhibition and circulation of the knowledge and of denunciation on the lack of educational policies. In this way, we consider that the newspapers written by the students of the Liceu were configured as an important vehicle of identity and resistance between the ideal and the concrete lived by the students of this institution in the First Republic.

Keywords: Student press. High school. History of Education. Maranhão.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Impresses Estudantis Liceístas .....	20
QUADRO 2 - Assuntos recorrentes nas publicações das Instituições Escolares.....	36
QUADRO 3 - Lista de jornais estudantis liceístas (1907-1930).....	40
QUADRO 4 - Ficha descritiva do Jornal <i>O Progresso</i> (1907) .....	40
QUADRO 5 - Ficha descritiva do <i>Jornal O Progresso</i> (1907) .....	41
QUADRO 6 - Ficha descritiva do Jornal <i>O Brazil</i> (1907).....	42
QUADRO 7 - Ficha descritiva do Jornal <i>O Brazil</i> (1907).....	43
QUADRO 8 - Ficha descritiva do Jornal <i>O Canhoto</i> (1912-1914) .....	44
QUADRO 9 - Ficha descritiva do Jornal <i>O Canhoto</i> (1912-1914) .....	45
QUADRO 10 - Ficha descritiva do Jornal <i>O Excelsior</i> (1914) .....	46
QUADRO 11 - Ficha descritiva do Jornal <i>O Excelsior</i> (1914) .....	46
QUADRO 12 - Ficha descritiva do Jornal <i>A Inubia</i> (1914) .....	47
QUADRO 13 - Ficha descritiva do Jornal <i>A Inubia</i> (1914) .....	48
QUADRO 14 - Ficha descritiva do Jornal <i>O Estudante</i> (1915).....	49
QUADRO 15 - Ficha descritiva do Jornal <i>O Estudante</i> (1915).....	50
QUADRO 16 - Ficha descritiva do Jornal <i>Labaro</i> (1921) .....	50
QUADRO 17 - Ficha descritiva do Jornal <i>Labaro</i> (1921) .....	51
QUADRO 18 - Ficha descritiva do Jornal <i>Alma Nova</i> (1929) .....	52
QUADRO 19- Ficha descritiva do Jornal <i>Alma Nova</i> (1929) .....	52
QUADRO 20 - Ficha descritiva do Jornal <i>Sangue Jovem</i> (1930).....	53
QUADRO 21 - Ficha descritiva do Jornal <i>Sangue Jovem</i> (1930).....	53
QUADRO 22 — Comparativo entre os Jornais Estudantis.....	54
QUADRO 23 - Aniversários nos Jornais Estudantis.....	61
QUADRO 24 - Mapa das leis versando sobre a criação de cadeiras do ensino primário no interior do maranhão entre 1892-1930 .....	75
QUADRO 25 - Leis sobre créditos para o liceu maranhense .....	92

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
1.1	Problemática da investigação.....	11
1.2	Objetivos a serem traçados e Hipóteses a serem comprovadas .....	13
1.3	Procedimentos metodológicos.....	15
1.4	Organização do Corpus .....	22
<b>2</b>	<b>AS MÚLTIPLAS FACES DA IMPRENSA: conceitos, tipologias, e</b> objetivos em seus diversos tempos e espaços .....	25
2.1	Imprensa de Educação e Ensino .....	29
2.2	Apresentação e caracterização dos Jornais Estudantis Liceístas .....	39
2.3	Os discursos recorrentes nas produções estudantis .....	55
2.3.1	Editorial de abertura .....	55
2.3.2	Sociedades Literárias e Estudantis.....	57
2.3.3	Circulação e permuta dos jornais estudantis.....	60
2.3.4	Crítica/ Crônica .....	61
2.3.5	Aniversários/ Homenagens.....	62
2.3.6	Contos .....	65
2.3.7	Moral, Civilidade e Nacionalismo .....	66
2.3.8	Religião.....	67
<b>3</b>	<b>AS REPRESENTAÇÕES DOS LICEÍSTAS SOBRE O ENSINO SECUNDÁRIO</b> <b>MARANHENSE</b> .....	68
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	98
	REFERÊNCIAS .....	102

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se centra no estudo dos impressos educacionais analisando-se *A imprensa estudantil liceísta maranhense na primeira república (1907-1930)*. Esse interesse se deu pelo envolvimento com as pesquisas desenvolvidas no Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras – NEDHEL, quando integramos os projetos sobre a *Circulação do livro e da leitura* e *Cultura material escolar maranhense* sob a responsabilidade dos professores César Castro e Samuel V. Castellanos. Nestas investigações, ao realizamos levantamentos sobre os materiais da cultura escolar, nos deparamos com algumas publicações da imprensa periódica sobre a Educação e o Ensino maranhense, despertando-nos a curiosidade e levando-nos a questionar quem eram os responsáveis por tais impressos, para que escreviam e para quem; isto é, nos interessou compreender a configuração textual dos registros (CASTELLANOS, 2012, MORTTATTI, 2000). Esta experiência com a iniciação científica representou o primeiro contato com esta tipologia de fonte, influenciando-nos na escolha do objeto de pesquisa a ser desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação. Outro motivo da escolha refere-se à importância e à escassez de pesquisas que abordam a análise da produção periódica estudantil, escrita e produzida pelos próprios estudantes, em contrapartida à predominância dos estudos sobre a produção periódica dos professores, já que a ênfase na escrita da história da educação sob o ponto de vista dos educadores se deu por eles terem sido um dos grandes difundidores das novas pedagogias no final do século XIX e início do século XX.

Observamos, dessa forma, que a imprensa estudantil ganha um novo olhar, pois na garimpagem das fontes tivemos a possibilidade de identificar as práticas individuais dos alunos, representantes de um processo educacional, que são sutilmente destacadas ou não nas notícias dos jornais estudantis do ensino secundário, como as caracterizações de modelos e da disciplina escolar transmitidas por meio de poesias, contos, sarcasmos e crônicas que se configuram como apropriações estudantis em detrimento dos modos de fazer das Instituições Escolares. É por meio dessa análise que adentramos nos discursos e anseios dos jovens integrantes do ensino secundário do Liceu Maranhense, compreendendo a estrutura de organização dos grupos, os clubes, as associações ou órgãos

estudantis. Além disso, há de se ressaltar que a empolgação dos discentes em planejar e publicar os jornais culminou na circulação de diversos títulos, fato que levou à dispersão de vários jornais sem a devida continuidade, resultando em vidas efêmeras, mas, nem por isso menos reveladoras dos dizeres e fazeres dos sujeitos estabelecidos em configurações de diferentes naturezas no âmbito da instrução.

### **1.1 Problemática da investigação**

No final do século XIX a Instrução Pública brasileira abriu espaços para as discussões em defesa das ideias liberais difundindo o método positivista que valorizava as ciências em detrimento das práticas conservadoras, tais como, as técnicas de memorização, da relação pedagógica considerando o professor como sujeito e aluno como objeto, dos castigos físicos, dentre outras ações, consideradas ultrapassadas pela nova concepção do que seria uma educação moderna (FRANCISCO FILHO, 2003). Com a Proclamação da República estes ideais intensificaram-se e a educação ganhou destaque como impulsionadora da ordem e progresso.

Neste período, a necessidade de escolarizar caminhou para uma educação pública moderna, concentrando os esforços para a erradicação do analfabetismo, isto é, o combate dos altos índices de pessoas não escolarizadas, tendo como resposta a priorização do ensino primário como ferramenta libertadora da nação, ou seja, por meio da educação de massa poder-se-ia promover o processo industrial, conter o êxodo rural, estimular a urbanização e adotar o sufrágio universal. Essas medidas fizeram com que o ato de ler e escrever fossem indispensáveis à população que necessitava saber o mínimo para trabalhar com as máquinas, sobreviver nas cidades e para a realização do dever cívico — o ato de votar. Deste modo, o ensino primário seria o preparatório para o ensino profissional, relegando às classes subalternas os postos mais baixos da sociedade. Já, o ensino secundário ficou concentrado nas elites maranhenses com o objetivo propedêutico ao ingresso do ensino superior.

Nesta medida, conceitos prioritários na república recém-instaurada ganham destaque: o patriotismo, a moralidade, a civilidade, o higienismo, dentre outros temas. Estas ideias rodearam a educação como forma de construir uma identidade nacional. O patriotismo — elemento essencial de um cidadão correto e

amante a sua pátria, impulsionado pela motivação de exercer o voto e cultivar os sentimentos da nação rumo ao progresso e desenvolvimento. A moralidade e a civilidade — elementos indispensáveis para a postura de homem correto e temente aos princípios e regras impostas pelo Estado, a fim de conservar a ordem da nação. O higienismo, como prática importante para prevenção de doenças e epidemias causadoras pela falta de limpeza e saneamento básico da população; a cultura do corpo e da mente ganham destaques na instrução pública e elevam a importância dos cuidados do corpo refletindo na acepção de conhecimento.

Nossa problemática de pesquisa baseia-se em analisar em que medida os discursos estudantis na imprensa pedagógica liceísta impactaram as práticas educativas do governo no ensino secundário, no período em foco se comparadas as propostas, as réplicas e as trélicas de grupos contrários registradas nos jornais e qual é a natureza destas práticas? Até que ponto a legitimidade dos escritos dos estudantes corresponde à formação da consciência estudantil em formação/construção ou simplesmente se devem às orientações e persuasões de professores-autores como fins pedagógicos e políticos definidos? Como o uso dos jornais estudantis se transforma num veículo de denúncia das ações do estado para a educação? Nesta perspectiva, os impressos liceístas maranhenses, discutiam estas ideias que rodeavam a educação no início período republicano. Com base nesta problemática, traçamos as seguintes questões norteadoras:

- a) Como os discursos dos estudantes manifestavam as suas opiniões sobre a Instrução Pública?
- b) Que permanências e mudanças se imprimem nas formas de escrever as notícias e/ou colunas nos diferentes jornais estudantis?
- c) Qual é o cenário legitimador (leis, decretos, regulamentos, ofícios, estatutos, dentre outros) da educação e dos jornais estudantis no período estudado?

Estas problemáticas nos conduzem para uma análise de fontes históricas que podem ser múltiplas, para identificarmos práticas escolares, na tentativa de aproximarmos da realidade compreendida na Primeira República traçando um perfil destas produções.

## 1.2 Objetivos a serem traçados e Hipóteses a serem comprovadas

Compreender os discursos dos alunos do Liceu Maranhense sobre o ensino secundário registrados em seus periódicos na Primeira República (1907-1930) é o nosso objetivo geral, pretendo adentrar os espaços das associações, dos clubes e dos grupos via opiniões promulgadas nos órgãos da imprensa, e em meio às poesias, contos, sátiras e anedotas tentar o entendimento do que se pretendia expressar, refletindo sobre os aspectos que caracterizaram os cotidianos escolares e não-escolares, embora por muitas vezes fossem consideradas como opiniões ingênuas e sem relevância, sendo conhecidas como escritos de crianças nos prelos.

Identificar e mapear a produção estudantil liceísta referente ao ensino secundário na primeira república é o nosso primeiro objetivo específico, na medida em que organizamos os jornais em tabelas, dispomos as suas formas materiais e categorizamos as notícias a fim de obter maior fluidez da estrutura do pensamento enquanto análise documental. Dessa forma, detalhamos os aspectos inerentes às fontes históricas, como por exemplo: quem escreveu o documento? Que lugar ocupou na configuração social, política e educacional? Para quem escreveu? Por que escreveu? O que escreveu? Em que contexto foi escrito? Aspectos que contribuíram na análise da configuração textual para um aprofundamento do objeto, dos aspectos socioculturais e educacionais da época.

Analisar o teor das notícias destas produções, as suas regularidades e os desvios é o nosso segundo objetivo específico já que as categorizações servem de base para a compreensão dos discursos estudantis, elegendo os assuntos recorrentes e os discordantes na expectativa de contemplar de uma maneira geral o jornal em sua completude, abordando os mais diversos assuntos que eram relevantes aos jovens. Nesse sentido, necessitamos cotejar os assuntos de interesses dos jovens, quais os ensejos, dúvidas ou críticas. A categorização dos temas recorrentes e divergentes nos auxilia a traçar o perfil dos jovens estudantes liceístas maranhenses.

Discutir sobre a natureza dos discursos dos estudantes que manifestavam as opiniões referentes ao ensino secundário maranhense e do *modus operandis* de sua operacionalização se sustenta nosso terceiro objetivo específico, uma vez que conhecendo as opiniões dos estudantes a respeito das normas, métodos, exames, regulamentos, estatutos da Instrução Pública maranhense e de como ele são

apropriados, discutidos e colocados em prática ou não no período de estudo produzem imagens, sentidos e contextos que auxiliam na compreensão do cotidiano escolar e não escolar dos estudantes protagonistas dos escritos. Nessa perspectiva, pretendemos falar sobre as representações dos jovens sobre as estratégias de imposição a que eles aparentemente se submetiam na relação de poder estabelecida entre instituição/aluno e professor/aluno praticados no ensino secundário do Liceu Maranhense e das táticas de apropriação dos mesmos na luta de mão dupla nesse modelo polemológico que contribui para reconhecer o que eles gostariam e quais foram suas intencionalidades quando se propuseram escrever os jornais na imprensa.

O estudo está sendo delineado considerando as seguintes hipóteses:

- a) A imprensa de Educação e Ensino compreende os impressos desenvolvidos pelos professores, diretores e estudantes, já que os nessa perspectiva, os materiais idealizados representaram a Instituição Escolar, expressando concepções pedagógicas, métodos e regras escolares, que garantissem a norma culta da gramática e aquilo que os alunos deveriam aprender.
- b) As produções estudantis demarcam as necessidades dos alunos de serem lidos e ouvidos, lembrando que o sistema escolar em vias de sistematização garantisse o acesso ao conhecimento sustentado na concepção de educação moderna, descortinando pontos de vistas diferentes e em contra ao que estava sendo ensinado.

Os secundaristas imbuídos com a concepção do que seria a educação moderna da época criticavam os métodos retrógrados e ineficientes, as práticas antiquadas de memorização, a qualidade do ensino e os exames admissionais, empenhados com os vultos literários (em grande parte poetas do passado). Figuras docentes e/ou políticos que discutiam sobre as questões da Instrução Pública. Em sendo assim, sentiram a necessidade de publicar artigos sobre a instrução e educação quando se garantia a circulação dos jornais pelas cidades a fim de contribuir na construção de uma nova sociedade maranhense.

Em que pese, sustentados na abordagem teórico-metodológica da História Cultural, buscamos compreender “o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 17), na medida em que, a sociedade é formada pela multiplicidade de grupos com necessidades diferenciadas, o que nos leva a



compreender os ideais dos grupos estudantis, as suas experiências e os seus discursos presentes nos documentos que não têm sido abordados pela pesquisa tradicional, quando se ocupavam em conhecer a verdade absoluta por meio do tratamento dos documentos oficiais (regulamentos, leis, decretos, ofícios) considerados como monumentos (CASTRO, 2010).

A respeito do recorte temporal se deve ao maior número de títulos elaborados e expostos pelos estudantes, no período que compreende a Primeira República no Maranhão, entre 1907-1930, se comparadas com as publicações dos professores e/ou diretores. Além disso, a maioria destes impressos pertencerem a um período que caracteriza as mudanças sociopolíticas, da recém-instaurada república brasileira.

### **1.3 Procedimentos metodológicos**

A imprensa analisada como objeto de pesquisa, auxiliados na abordagem teórico-metodológica da História cultural nos ajuda a compreender a realidade construída social e culturalmente, priorizando os múltiplos vieses implícitos na reconstituição dos modos de viver a cultura, entre costumes, hábitos e crenças que apontam o âmbito das representações. Deste modo, a imprensa se adequa nos moldes deste novo fazer histórico, na tentativa de se distanciar da história total; ou seja, a história dos vencedores, a história dos heróis, antes desempenhadas pela escola clássica (HUNT, 2001). O processo de alargamento do campo na história foi visto nas mais diversas pesquisas: do corpo, na culinária, na criança e em outras diversas questões ausentes no território da história.

Tratamos a História Nova, com estes aspectos de novas abordagens, em que destacamos a renovação do marxismo, nos estudos de Raymond Williams, Perry Anderson, Christopher Hill, reunidos em torno de *New Left Review* (1960). Abandonando, da ortodoxia economicista, reconhecendo os elementos culturais, não mais através de seus reflexos, ditado pela revolução copernicana, efetuada por Thompson ao propor a perspectivas dos vencidos, a história vista de baixo (HUNT, 2001, p. 32).

Um exemplo de nova temática são os impressos estudantis; um espaço onde os alunos liceístas poderiam expressar suas opiniões voltadas para a instrução maranhense num dado contexto político, econômico e social. Esta proposta de objeto de estudo se adentra na perspectiva da nova história, tendo como problema de pesquisa: em que medida os estudantes se apropriaram do modelo liceísta que

lhes foram imposto pelo início republicano? Para identificar nos discursos as intencionalidades dos protagonistas adentrando-nos num universo em que os estudantes utilizaram de suas táticas de apropriações com possíveis rompimentos ou aceitações — denominados aqui como lutas de representações (CHARTIER, 1988). É importante ressaltar que em boa parte da história da educação, os estudantes foram relegados como participantes secundários, experimentadores de métodos e números de estatísticas.

O objeto de estudo *A imprensa estudantil liceísta maranhense na primeira república (1907-1930)*, por sua vez, adentra sob os domínios da pesquisa histórica, quando pretendemos analisá-la cruzando os aspectos da história da imprensa (analisada como objeto/fonte), da história da educação (como campo de investigação) e da história cultural (como eixo teórico-metodológico do fazer histórico) para uma maior aproximação da realidade educacional da primeira república maranhense. A análise destas três especificidades da história pode ser visualizada como um triedro metodológico quando nos permite detectar os múltiplos vieses que a nova história cultural prioriza enquanto nos autoriza transformar velhos objetos e problemas em novos objetos e novos problemas via lentes superpostas (CASTELANOS, 2012). Destarte, quando o objeto se comunga à história da imprensa educacional maranhense, correspondendo com as materialidades culturais que analisamos esta operosidade culmina com a própria abordagem do objeto, centralizando-se a discussão na configuração textual do registro (CASTELLANOS, 2010, 2012), identificando-se em discutir quem escreviam? Para quem escreviam? O que escreviam? Denunciando-se os acordos ou rupturas das formas de ensinar atuais ou não na educação.

Abordarmos os impressos educacionais no domínio da história da educação tem extrema relevância para a observação dos rastros e vestígios deixados pelas *formas de fazer* das escolas maranhenses; ou seja, as práticas escolares que eram realizadas no interior da instituição educacional observadas nos periódicos dos agentes do processo educacional (alunos, professores e diretores), objetivando-se uma aproximação com a cultura escolar das instituições investigadas. Finalizando este triedro nos auxilia na reconstrução dos modos de viver, de adquirir cultura, os costumes e crenças; além de nos fazer refletir sobre as representações dos periódicos que abordavam a educação como artefato de informação.

Numa perspectiva histórica o objeto pode ser visualizado por um agrupamento de domínios, elucidando problemáticas que talvez, somente o isolamento de perspectivas, não expandiria a análise. A interdisciplinaridade da história permite-nos, por novamente no campo de análise o mesmo objeto que fora estudado antes. Esta forma de escrita da história, como afirma Barros (2013, p. 15) deixa o pesquisador a vontade para a escolha de um objeto antigo, reavaliando com novos olhares e transformando-os em novos objetos e novas fontes”. De igual modo, pretendemos compreender a cultura escolar enraizada nos interiores das instituições maranhenses, por meio da multifocalidade dos olhares conceituais e das fontes, a fim de tornar audíveis vozes dos processos educacionais (FARIA FILHO, 2010).

Neste sentido, utilizamos a pesquisa bibliográfica e a documental. Na primeira, realizamos os levantamentos conceituais sobre as perspectivas da história da imprensa, da história da educação e da história cultural, além do levantamento das fontes históricas considerando sua historicidade, para uma melhor compreensão dos atos, ditos e fatos, como também das formas de pensamento que sustentam os discursos proferidos via imprensa pedagógica na primeira república brasileira. Em sendo assim, reservamos nossos olhares aos mais diversos jornaizinhos escolares, imprensa educacional ou imprensa pedagógica, nomenclaturas adotadas por diversos autores para denominar a cultura impressa escolar que nesta conturbada sociedade (a recém-instaurada república) a educação ganha destaque, na medida em que o país necessitava modernizar-se e para isto, urgia a instrução da grande maioria da população que não possuía condições de educação formal.

Partindo da Pesquisa Bibliográfica e tendo por fim os estudos históricos que possuem como foco central a história dos impressos educacionais, nos auxiliamos de Catani (1988), quando investiga sobre a *Revista de Ensino*, publicada pela Associação Beneficente do Professorado Paulista; de Bastos (1994) ao analisar a *Revista do Ensino Rio Grande do Sul* e de Gandini (1995) que centraliza seu estudo na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, publicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). Outro exemplar organizado por Schelbauer e Araújo (2007) sobre a *História da Educação pela Imprensa*, nos revelam o interesses dos pesquisadores em abordar os impressos escolares como fontes e objetos na História da Educação. Bastos e Catani (2002), por outro lado, com o livro *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*

reúnem artigos dos principais teóricos<sup>1</sup> que trabalham com a temática da imprensa educacional, abordando-se as definições do que seria a imprensa educacional, o porquê de escolher um repertório ou corpus e qual é a importância de se estudar este tipo de materialidade cultural na perspectiva de fonte e/ou objeto; Giana Amaral (2002) em seu artigo denominado *Os impressos estudantis em investigações da cultura escolar nas pesquisas histórico-institucionais* investiga a produção de jornais escolares estudantis sob a ótica da categoria escolar, na medida em que, elenca as múltiplas fontes primárias e secundárias ultrapassando a análise usual sobre as diretrizes que regeram a escola; Em César Castro (2013), na publicação *Cultura Material Escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925)* retrata o processo de modernização pensado no Brasil república quando traz novos desafios para a construção de prédios com arquiteturas imponentes e localizados nas zonas centrais da cidade. Baseamos em Samuel Castellanos (2010), quando aborda a História da Educação Maranhense, no livro *Leitura, Impressos e Cultura Escolar*, discutindo sobre a leitura e a prática pedagógica das discentes maranhenses da primeira república.

Na pesquisa documental ao realizarmos o levantamento dos jornais educacionais no catálogo da Biblioteca Pública Benedito Leite nos deparamos com um quantitativo vasto de impressos referente à educação maranhense no início republicano. A partir disso, classificamos estas fontes em dois grupos referente a quem compete a responsabilidade dos jornais: os professores/diretores e os estudantes. A respeito destas classificações podemos realizar as comparações entre os grupos com a finalidade de visualizar as particularidades de cada tipo de impresso; tendo em conta a análise das formas de produções, as representações e as práticas. O primeiro grupo dos professores ou diretores como agentes da ação formativa usando estratégias de imposição. O segundo grupo dos estudantes como receptores da ação formativa analisando-se as táticas diferenciadas de apropriações segundo os registros. Classificando desse modo, poderemos analisar, categorizar e identificar semelhanças e dessemelhanças das produções em relação ao seu formato físico, ao conteúdo dos artigos, à frequência da publicação e aos dispositivos usados (gêneros da escrita) norteando-se o primeiro eixo da história

---

<sup>1</sup> Antonio Nóvoa, Pierre Caspard, Pénélope Caspard, Ana Laura Godinho Lima, Cynthia Pereira de Sousa, Julieta B. Ramos Desaulniers, Lúcio Kreutz, Paula Perin Vicentini e Rosario S. Genta Lugli (BASTOS; CATANI, 2002).

cultural, que se sustenta na análise dos objetos na sua materialidade (CASTELLANOS, 2010, 2012; CASTRO, 2010).

Estas produções se assemelham no formato do impresso (contendo quatro folhas no mínimo), nos modos de organização da primeira página, diferenciando-se na forma de apropriação e expressão dos assuntos voltados para a educação (via dispositivos/frequência da escrita). Se de um lado os professores detinham uma arguição pedagógica dando prioridade aos métodos que deveriam ser adotados, às formas como as práticas escolares estavam sendo retrógradas, se preocupando com o crescente número de analfabetos; por outro lado, os estudantes (de maneira mais subjetiva) fazem alusão de que somente pelo estudo se apontaria um desenvolvimento pessoal e profissional, podendo contribuir-se com a sociedade maranhense. Sobretudo, sem privilegiar os mais diversos argumentos dos produtores dos impressos; por sua vez, apresentamos os modos diferenciados de se expor opiniões ao respeito da educação maranhense. Em que pese, falar do que se diz e do que se faz, do que se discute e do que se publica corresponde ao segundo eixo que sustenta analisar os atos e fatos pela História Cultural, na medida em que se pretende por meio da garimpagem das fontes a compreensão da história das práticas nas suas diferenças ou o entendimento das diferentes *formas de fazer* numa perspectiva bourdieriana: o que fazem os sujeitos com os mesmos objetos que lhe são impostos? (CASTELLANOS, 2012).

A educação entra na república como figura principal na ideia de progresso da nação, compartilhando estes discursos como condutores para a produção das materialidades educacionais e que de acordo com os seus *modos de fazer* expressaram opiniões diversas sobre o *como* melhorar a educação do estado. Deste modo analisamos os jornais educacionais maranhenses de acordo com os produtores, o suporte material e os posicionamentos.

QUADRO 1 — Impresses Estudantis Liceístas

<b>Impresses Estudantis</b>
O Progresso: ano. 1, n. 1, n. 2, n. 4, n. 8 (1907)
O Brazil: ano. 1, n. 1, n.4 (1907)
O Canhoto: ano 1, 1912; ano. 2, 1913; ano. 3, 1914 (1912-1914)
O Excelsior: ano. 1, n. 1 (1914)
A Inubia: ano1, n.1 (1914)
O Estudante: ano. 1, n. 1; ano. 1, n.3; ano. 1, n. 4 (1915)
Lábaro: ano. 1, n.2; ano. 1, n. 3; ano.1, n. 4 (1921)
Alma Nova: ano. 1, n. 2; ano. 1, n. 3 (1929)
Sangue Jovem: ano. 1, n. 17 (1930)

Fonte: Catálogo da Biblioteca Pública Benedito Leite (2006).

A imprensa brasileira desde a sua concepção foi transformando paulatinamente os costumes e os consumos da população, pois a partir dela se discutiam uma infinidade de opiniões de cunho: político, econômico, religioso, literário, instrucional ou humorístico. No decorrer do século XIX, novas formas de discorrer e persuadir os leitores foram emergindo, sejam na forma de defender uma corrente filosófica ou política, sejam científicas e religiosas. A imprensa também contribuiu para o avanço mercantil por meio de propagandas que estimularam a compra e a venda de produtos (roupas, chapéus, remédios, livros, entre outros). Dessa forma, podemos inferir que as mais diversas faces que a imprensa adquiriu, possibilitaram a análise de variados segmentos por mediação das escritas, destacando: o papel político, devido a sua ligação com os partidos e a divulgação das ideologias; o noticioso, por divulgar assuntos do cotidiano (festividades, venda de produtos, entre outros); e, por último, o cultural, trazendo o debate sobre a literatura nacional, a instrução e a publicação de folhetins—pequenas histórias que ocupavam a primeira página dos jornais.

A materialidade de jornais e revistas em diferentes momentos da história também foi mudando, na medida em que ganharam novas concepções e formas de entreter e persuadir o leitor, melhorando-se significativamente em cores, imagem,

tipos de papel, qualidade de impressão, dentre outras (PINSKY, 2010); aspecto que nos leva a compreender que por meio das modificações físicas, as maneiras em que o leitor se apropria dos periódicos, nos dizem muito ao respeito da demanda social em que estavam constituídas em cada tempo e espaço.

No que diz respeito ao primeiro aspecto, nas páginas dos exemplares inscreve-se a própria história da indústria gráfica, dos prelos simples e velozes rotativas até a impressão eletrônica. Em linhas gerais, a evolução de máquinas, papel, tinta, da própria transformação linguística. Através destes exemplos observamos um processo vagaroso, mas contínuo e aberto renovado pelos meios digitais (PINSKY, 2010, p. 70).

Historicizar a fonte requer ter em conta a investigação das condições técnicas da produção; em termos de impressão há uma diferença entre os impressos noticiosos e os impressos estudantis. Os primeiros gozavam de periodicidade e impressões mais rebuscadas; já os estudantis circulavam timidamente com periodização imprecisa e suas impressões não ultrapassavam de quatro páginas de formatos pequenos, ou seja, “em decorrência da modificação do modo operacional da imprensa com a chegada do século XX, começa a atualizar-se substituindo seu maquinário na perspectiva empresarial do lucro” (PINSKY, 2010, p. 72). Nesse sentido, os novos métodos de impressão permitiram expressivo aumento de tiragens, melhora da qualidade e o barateamento dos exemplares que atingiam as regiões cada vez mais distantes graças ao sistema de transportes cada vez melhor.

Sabemos que, a imprensa em sua generalidade se constituiu em um meio de comunicação importante, o que torna relevante a identificação da imprensa, os espaços onde foi compartilhada, as tendências e opiniões, a frequência de encontros dos diversos grupos e natureza dos discursos (iguais/diferentes). Deste modo, as inspirações teóricas de outros países se introduzem na sociedade brasileira por meio de seus significados permutados de acordo com os diversos grupos e as suas intencionalidades; o que nos leva a compreender como a educação foi pensada em seus diversos contextos.

A partir deste estudo, pretendemos contribuir com os movimentos de pesquisas científicas que tomam os jornais e as revistas como materiais para análise do campo da história da educação brasileira na tentativa de compreender as representações dos estudantes e as suas concepções sobre a educação no período republicano. Vale ressaltar que as publicações estudantis escolhidas são aquelas que foram os órgãos da imprensa dos seus respectivos clubes, agremiações ou

associações estudantis, isto não quer dizer que os estudantes deixavam de escrever a outros tipos de periódicos. A participação de jovens em associações literárias de intelectuais e/ou professores era comum e estes, por sua vez, tinham a necessidade de contribuir para as letras maranhenses. Outro fator que nos levou à divisão das fontes documentais advém do fato de possuir muitos títulos estudantis no período em foco, cabendo analisar suas vozes individualizadas para entendermos o processo educacional maranhense sob a ótica dos estudantes.

Outro aspecto seria a documentação dos impressos institucionais referentes aos órgãos da própria escola, dos quais os professores e/ou diretores eram responsáveis por esta documentação que descrevia as práticas escolares, os temas pedagógicos, as ideologias republicanas, a exemplo de nacionalidade, a moralidade, o progresso e a ordem, além de divulgar os métodos modernos. Estas publicações assumem um caráter pedagógico por meio das ideias progressistas das respectivas escolas que objetivavam disseminar em seus escritos as metodologias mais inovadoras do período, com a finalidade de recrutar estudantes ao seu estabelecimento de ensino (NÓVOA, 1993).

A homogeneidade destes dois aspectos de documentação diz respeito à problemática nas instalações, nos métodos e na falta de interesse do governo público em melhoria educacional; apesar de que as publicações institucionais fossem de escolas privadas, nelas estão registradas reclamações ou até crônicas ao respeito do estado caótico da educação maranhense, “meios de comunicação [que] são rodas de fiar no mundo moderno e, ao usar estes meios, os seres humanos fabricam teias de significação para si mesmos” (THOMPSON, 1987, p. 20). O jornal é então muito mais do que apenas uma folha semanal distribuída, também sendo considerado um espaço de apropriação de significados (CHARTIER, 1988). Essa apropriação está ligada à construção de um sentido a partir da leitura frente aos discursos produzidos e direcionados pelos elementos inseridos nas páginas que compõem o texto.

#### **1.4 Organização do Corpus**

Fazia-se necessário que os discursos se convertessem em práticas efetivas, iniciando-se pela construção de prédios próprios para o ensino primário, pela formação e contratação de professores correspondentes ao número de alunos matriculados e instruídos para determinado fim, e pela compra de mobília e



materiais didáticos em número suficiente para serem utilizados nas aulas. A pretensão de identificar os discursos que marcaram uma época, as leis decretadas e as necessidades de uma sociedade, nos remete à real intenção da educação na primeira república, visto que, em relação à prática efetiva se tornava cada vez mais díspares em comparação das teorias abordadas e ações representadas por leis. A necessidade de compreensão da organização política e econômica refletidas na educação nos deixa cada vez mais próximos de uma verossimilhança da realidade educacional do estado neste período.

A partir da compreensão do contexto republicano no âmbito social, político, econômico e educacional, entendemos o cenário em que foi elaborada a documentação tomada aqui como fonte histórica para analisarmos o dito e o feito registrado nos textos tendo em conta o contexto sustentado na sua historicidade. Desta forma, a escrita será composta das sessões:

Na seção 2, **As Múltiplas Faces da Imprensa:** conceitos, tipologias e objetivos em seus diversos tempos e espaços, caracterizamos o objeto de pesquisa, abordando os aspectos característicos das produções educacionais que compreende os escritos dos professores e estudantes. As suas semelhanças/dessemelhanças e os conteúdos que foram debatidos nestes periódicos. Quais foram as discussões que preencheram as diversas folhas destas materialidades culturais?

Na seção 3 **As Representações dos Liceístas sobre a Instrução Pública Maranhense**, se discute sobre as representações das produções estudantis. As suas opiniões, posicionamentos, dificuldades ou rompimentos sobre as imposições dos métodos, reformas, modos de ensinar, que de certa maneira os condicionavam pretensamente como meros sujeitos partícipes do processo educacional sem terem em conta as táticas de apropriação nas suas diferenças.

Nesta perspectiva, pretendemos nos juntar ao movimento das pesquisas em História da Educação do Maranhão, na medida em que, evidenciamos os posicionamentos dos estudantes liceístas maranhense num dado tempo e espaço. O que possibilita somar a outras publicações no contexto quando observamos da necessidade de refletir sobre os grupos estudantis, as suas participações e discussões, garantindo uma aproximação da realidade como medida de compreender o futuro a partir do passado.

Participamos do movimento da História do Maranhão quando discutimos as medidas do Estado em realizar reformas educacionais, buscando compreender um cenário de reformas políticas e econômicas no Estado, que acabaram por influenciar nas medidas tomadas no ensino público, ao mesmo tempo em que, as mudanças sociopolíticas estavam influenciando os pensamentos educacionais, que necessitavam recorrer a ela como instrumento de ordem e progresso da nação.

## **2 AS MÚLTIPLAS FACES DA IMPRENSA:** conceitos, tipologias e objetivos em seus diversos tempos e espaços

O estudo sobre a imprensa vem ganhando espaços nas mais variadas áreas do conhecimento (comunicação, biblioteconomia, sociologia, dentre outras) e para uma melhor compreensão de suas formas e da utilização dos argumentos elencamos os conceitos que os referem em tempos e espaços diversificados, como também as suas funções e objetivos, na medida em que abordaremos, mesmo que de forma sucinta, a invenção da prensa gráfica, as modificações/adaptações dos instrumentos e os modos de usos, levando em consideração a imprensa tipográfica na sua historicidade. A proposta de aprofundarmos na história destes objetos culturais nos leva a compreender o processo de apropriação por diferentes sujeitos, em diferentes contextos e por meio de diversas práticas que podem apontar as continuidades e descontinuidades tendo em conta as variações históricas deste fenômeno.

No início as impressões em caracteres móveis fundindo-se as letras em metal foram inventadas por Gutenberg; prática aperfeiçoada de um processo manuseado na China do século XI, no qual se utilizavam tipos móveis de madeira e que por volta do século XV na Alemanha se imprimiram numa tecnologia de tipos móveis em metal, executando-se a arte da imprensa gráfica: em latim *imprimere* significa apertar sobre, calcar, pesar, gravar, marcar; esta técnica serviu para o aumento das publicações dos libelos, panfletos, cartazes, formulários. Neste primeiro momento das tipografias, os livros impressos em relação a outros materiais eram menores, e a partir do século XVII, jornais e revistas se constituíram em outras inovações tipográficas.

A invenção de Gutenberg permitiu a produção em massa e a ampla disseminação de objetos impressos que não são livros. Esses impressos sem qualidade, que mal sobrevivem ao tempo de sua vida útil, transformaram profundamente as práticas sociais. Eles tornaram mais necessária a aquisição de saber ler e, no caso dos que ofereciam espaços em branco destinados a menções manuscritas, a de saber escrever. Em suas formas mais humildes e frágeis, o impresso teve, como primeiro poder, portanto, o de fortalecer a escrita à mão e lhe indicar novos usos (CHARTIER, 2009, p. 33).

A imprensa desenvolvida por Gutenberg necessitava da força do tipógrafo para o processo, sendo modificada aos poucos. A partir do século XVII, à medida que a tecnologia da prensa de papel vai disseminando-se e é copiada, a publicação de livros

e jornais ganhava espaços na sociedade, estabelecendo-se a profissão do jornalismo. Com a expansão das Universidades na Europa, surge a necessidade de regulamentação da profissão e, posteriormente, as discussões sobre a Liberdade de imprensa. Com a invenção do Telégrafo no ano de 1844, a dinâmica dos jornais amplia em relação à circulação de notícias, permitindo que textos que levariam horas ou até dias para serem transportados fossem repassados em questão de minutos. Deste modo, as técnicas de produção de papel se modificaram com a invenção da rotativa que possibilitou imprimir em alta velocidade; ou seja, o processo de “[...] adotar os estereótipos curvos feitos em moldes de pasta de papel a fim de obter uma matriz de impressão perfeitamente cilíndrica” (GONÇALVES, 2009, p. 85).

O sistema técnico muda a partir dos anos 1830. A introdução do vapor no mundo das gráficas, das rotativas a partir de 1860, perturba as atividades tradicionais dos homens da tipografia. A questão do aumento das tiragens se resolve a partir de então, e a capacidade das máquinas praticamente permite responder a uma demanda de leitura em plena expansão (MOLLIER, 2008, p. 83).

Esta industrialização acelerou o processo de aperfeiçoamento dos meios de comunicação, o que resultou na redução dos custos na impressão e na aceleração das circulações de jornais, levando a mudança de características, como a taxa física para assinantes, a procura de anunciantes para contribuir com os gastos do produto, a busca pela rapidez da publicação e o quantitativo de leitores. Este período entre 1890 e 1920 é conhecido como a ***Era De Ouro dos Jornais***, se destacando as publicações jornalísticas que significam na versão francesa (*journeaux*) e na italiana (*giornale*), referindo-se ao relato do cotidiano do dia a dia. Na versão espanhola tem a ideia de frequência, constância (*periódico*) e, na versão anglo-saxã, a ideia de novidade (*newspaper*), caracterizando-se assim a imprensa periódica.

A imprensa periódica no contexto europeu teve como objetivos divulgar ideias, contribuindo para o compartilhamento de informações na Revolução Francesa, bem como, na exportação deste ideário. Posteriormente, na segunda fase da revolução industrial, se expandiu a opinião do proletariado fazendo-se circular ideias que contrariavam as classes burguesas. Os periódicos em sua concepção não objetivavam entreter as massas, mas, a partir dos usos dos folhetins, ganharam novas formas de persuadir o leitor, melhorando significativamente em cores, imagens, tipos de papel, a qualidade de impressão, dentre outras (PINSKY, 2010).

Empenhados numa lógica de expansão constante, fator indispensável à captação de publicidade, logo, ao sucesso da empresa, os grandes jornais visam a atingir todo o tipo de destinatários, sem distinção de classes ou de opções políticas. A objetividade jornalística apresenta-se, então, como construção resultante de uma nova estratégia comercial da imprensa (REBELO, 2009, p. 74).

Todavia, o jornal inicia o processo de declínio a partir de 1920 com a chegada de uma poderosa mídia concorrente — o rádio, trazendo como concorrência os anúncios e, os profissionais do jornalismo que agora passavam também a trabalhar no rádio. Por sua vez, como estratégia os jornais adotam medidas para se tornarem mais modernos: publicam em larga escala de fotos grandes e coloridas (sendo anteriormente as imagens em preto e branco), passam a usar em seus artigos uma linguagem mais popular e também criam novas sessões dando mais espaço aos esportes e ao humor.

No Brasil o movimento da imprensa inicia em 1808 com a instalação da família real no Rio de Janeiro, imprimindo-se a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822) na condição de jornal oficial. Porém, outras publicações como *O Correio Brasiliense* (1808-1822) que fazia críticas ao governo português foram impressos no início da tipografia brasileira que em seus primórdios serviu aos anseios da administração colonial (LUSTOSA, 2004). A censura da imprensa brasileira se manteve até meados da independência, porém com o Decreto de 2 de março de 1821 foi abolida dos jornais que começaram a ser idealizados em outras províncias,

Fazendo-se dignas da Minha Real consideração as reiteradas representações que as pessoas doutas e zelosas do processo da civilização e das letras tem feito subir á Minha Soberana Presença, tanto sobre os embarços, que a prévia censura dos escriptos oppunha á propagação da verdade, como sobre os abusos que uma illimitada liberdade de imprensa podia trazer á religião, á moral, ou publica tranquillidade; Hei por bem ordenar: Que, enquanto pela Constituição Commettida ás Côrtes de Portugal se não acharem regulares as formalidades, que devem preencher os livreiros e editores, fiquem suspensa a prévia censura que pela actual Legislação se exigia para a impressão dos escriptos que se intente publicar [...].

A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e faça executar.  
Palácio do Rio de Janeiro aos 2 de Março de 1821.  
Com a rubrica de Sua Magestade.

(BRASIL. Decreto de 2 de março de 1821).

A partir desse decreto proliferaram os órgãos na imprensa em diversas províncias, em sua maioria, de cunho político. Posteriormente, destacamos a presença da Literatura e do Jornalismo nos periódicos que instauraram aos poucos uma identidade brasileira, inserindo-se no movimento do Romantismo, a partir de 1830; os folhetins e as poesias estabelecem-se entre as páginas jornalísticas brasileiras (MOREL, 2003). Os homens das letras ganharam notoriedade nas

publicações das obras em formatos de folhetins nos jornais, contribuindo para a formação de uma nacionalidade, apesar de importarem escritos estrangeiros, como por exemplo, as obras de Alexandre Dumas, podendo citar autores que começaram suas carreiras literárias nos jornais, como José de Alencar, Machado de Assis, entre outros.

A imprensa republicana tem características em prol do desenvolvimento do país. Discursos sobre partidos políticos entram em vigor com maior persuasão a partir de 1870; folhas efêmeras proclamando estas ideologias que circulavam nos interiores das províncias. Com os jornais republicanos, espalham-se os abolicionistas que se identificavam com os argumentos do progresso e pela segmentação do mercado (MOREL, 2003). A partir da transição da mão-de-obra, a necessidade de qualificação dos trabalhadores entram em evidência e, por meio da educação profissional e a alfabetização seria o marco inicial para a concretização da ordem e do progresso nacional.

No decorrer das novidades da imprensa periódica, se desenvolveu a criação de novos modos de consumo, seja pelo cunho comercial ou a nível sociocultural, em que o indivíduo as incorpora maciçamente no seu cotidiano. Isto nos remete ao papel desempenhado pela imprensa jornalística que de modo geral, tinha a necessidade de compartilhar as informações, sendo este o objetivo principal, além de contribuir para a formação de sujeitos leitores e/ou interessados em notícias mais rotineiras. Ademais, percebeu-se que via imprensa as pessoas poderiam ser ouvidas, fator relevante para uma sociedade que buscava uma identidade nacional pelos grupos diferenciados. Assim, o papel da imprensa periódica política e noticiosa ganha seu espaço social, contribuindo na formação de ideais e concepções de acordo com a época e o lugar.

No Maranhão a tipografia foi introduzida pelo governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, sendo impresso em 1821 O Conciliador do Maranhão, de caráter oficial, no qual se defendiam os ideais da coroa portuguesa e sustentava a rivalidade entre portugueses e maranhenses com sarcasmos e injúrias àqueles adeptos à causa da independência (JORGE, 1987; MORAES, 2006), publicado duas vezes por semana e tendo em média trezentas tiragens na Typographia Nacional Maranhense<sup>2</sup>; “o prelo era de ferro, modelo, Águia, na época o mais aperfeiçoado

---

<sup>2</sup> Primeira tipografia maranhense (MORAES, 2006, p. 177).

que se conhecia”, todavia os caracteres não possuíam as letras e sinais usados em português como o cê-cedilha e o til, pois a coleção importada da Inglaterra (MORAES, 2006, p. 177).

Neste período, destacam-se os jornais de cunho político que trocavam injúrias em seus artigos, como o caso da Folha Medicinal; periódico criado para abordar artigos medicinais, mas, declarava-se contrário ao jornal O Conciliador do Maranhão com o seu principal redator o Padre Tezinho<sup>3</sup>. Por este gênero de periódicos, críticos e noticiosos, as polêmicas às vezes passavam do limite (JORGE, 1987; LOPES, 1959), sendo inseridos neste cenário os jornais: O maranhense; Censor; O piparote e Amigo do Homem.

Aparece no cenário maranhense, outras tipografias a meados do século XIX, a exemplo de Frias e de Matos, sendo considerado um centro tipográfico mais ativo do Norte do Brasil (MORAES, 2006). Há de se destacar que a economia da província do Maranhão com a exportação do algodão estimulou a modernização nas tipografias, com o aumento de tiragens nas publicações havendo uma excitação cultural, elevando a reivindicação de Atenas Brasileira à cidade de São Luís. Todavia, os donos das mesmas tiveram certas dificuldades em atualizarem o maquinário, devido, às longas viagens à Europa ou aos Estados Unidos. A partir de 1850 a qualidade dos impressos foi conseguido pela adequação do português falado no Brasil e das novas formas de imprimir (HALLEWELL, 2012).

## 2.1 Imprensa de Educação e Ensino

No tocante das publicações criadas de cunho educacional estão as revistas pedagógicas, as revistas de ensino, as institucionais, ou seja, são várias as tipologias da Imprensa Educacional Pedagógica, que para Ognier (1984) *apud* Catani (2002) significa afirmar que “é um corpus documental de vastas dimensões, pois constitui-se em testemunho vivo dos métodos e concepções pedagógicas de uma época e da ideologia moral, política e social de um grupo profissional”. Podemos citar autores que iniciaram os estudos desta temática, como por exemplo: Carpard (1940) que acreditavam na imprensa educacional como um conjunto de revistas destinadas a professores e objetivam guiar a prática cotidiana do ofício.

---

<sup>3</sup> Sobre a contribuição do Pe. Tezinho ver tese de Fátima Braga (2011).

Nesta perspectiva, esta forma de visualizar a imprensa educacional pedagógica é ampliada por Antônio Nóvoa (1993) quando a categoriza em *Imprensa de Educação e Ensino*, e subdivide todas as formas em que pode ser representada: 1) Sistema educativo e instituições escolares; 2) Professores; 3) Tipos particulares de ensino e educação; 4) Modalidades de apoio e integração socioeducativa; 5) Educação não formal e 6) Ciências da educação. Notadamente, o autor dividiu estas categorias na posse das publicações existentes em Portugal. Segundo ele, a Imprensa de Educação e Ensino vai para além do ensino formal, abrindo caminhos para a educação não formal que representam as abordagens nos adultos, da mulher, dos movimentos da juventude, dos jornais e das revistas infantis, entre outros (NÓVOA, 1993, p. XV).

A Imprensa Pedagógica Educacional Brasileira de igual modo, ganha destaque na pesquisa de Denice Catani e Cynthia Sousa (1996) quando escreveram a *Imprensa Periódica Educacional Paulista (1890-1996)* reunindo as revistas publicadas em São Paulo no período, objetivando organizar estas materialidades que aparecem de várias formas: 1) Periódicos de instituições de ensino superior; 2) Periódicos com números temáticos; 3) Revistas especializadas em áreas que são consideradas ciências-fontes da educação; 4) Revistas especializadas em áreas que possuem cursos de licenciatura; 5) Periódicos culturais ou literários; 6) Anuários e anais de instituições de ensino; 7) Periódicos mantidos por organizações docentes e discentes; 8) Periódicos educacionais; 9) Publicações da Secretaria da Educação; 10) Poliantéias ou edições comemorativas e; 11) Boletins bibliográficos sobre educação. Desse modo, a compreensão que as autoras obtiveram sobre a imprensa e educação foi adotada a partir dos autores “clássicos” que tratam da temática e, principalmente, em Nóvoa (1993) quando estas compreendem os múltiplos enfoques que podemos dar numa pesquisa com estes materiais por meio dos recortes dados pelos diferentes tipos de revistas.

Os estudos dos autores principais sobre a Imprensa Pedagógica Educacional defendem haver uma aproximação do cotidiano escolar, na medida em que, por meio da análise das publicações é que são desvendados discursos raramente ditos em documentos oficiais, contradições de pensamentos, a relação entre a teoria e prática observada numa mesma fonte. Através desta imprensa constitui-se “um meio indispensável para o conhecimento do que é o sistema de ensino, o que ele representa, por exemplo, no espaço onde se desenvolve e onde se

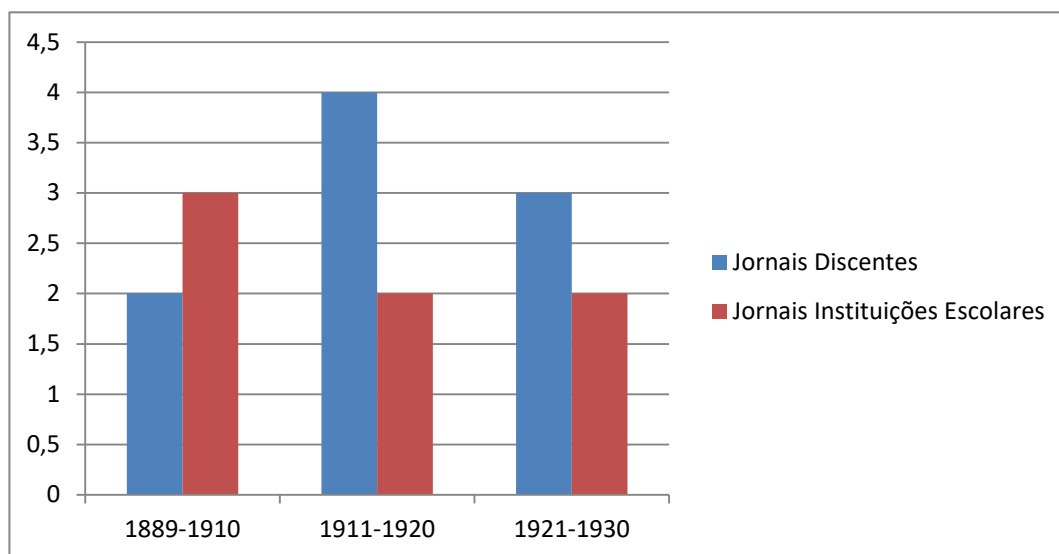


localizam todos os sistemas, teorias e práticas educacionais, de origem tanto oficial quanto privada” (CARPARD, 2002, p. 48-49). Este argumento é defendido por Nóvoa (1993, p. 6) quando afirma que a imprensa de Educação e Ensino revela “as múltiplas facetas dos processos educativos, numa perspectiva interna (cursos, programas, currículos), como também o papel desempenhado pelas famílias e pelas diversas instâncias de socialização de crianças e jovens”. Os autores vêm destacar a importância destas fontes que propiciam o alargamento da análise sobre as práticas escolares e os efeitos dela sobre os professores, alunos e diretores; estes diversos atores contribuem para a propagação de ideais quando escrevem suas próprias folhas, jornais ou revistas.

Deste modo, a importância de estudar estas fontes nos leva a compreender as práticas desempenhadas naquele presente-ausente e os anseios de um futuro, descortinando realidades diferentes, a partir das diversas vozes na imprensa, “uma vez que é através deste *media* que se manifestam a maior parte das vozes, dos projetos, dos anseios e das realidades dos diversos autores” (NÓVOA, 2002, p. 11). Sob a análise destas materialidades são denunciadas situações próximas do acontecimento, levando-nos a compreender de que forma se realizaram o cotidiano escolar.

Traçando um paralelo das publicações maranhenses com a cidade de São Paulo chamam a atenção o quantitativo de jornais mantidos por organizações discentes, sendo maiores se comparadas com os jornais das Instituições Escolares. Devemos lembrar que, em relação ao período estudado que compreende entre 1900 e 1930, as publicações dos jovens liceístas ludovicenses prevaleceram em números de impressos e títulos, atribuímos-lhe a este fato, a necessidade constante de ressurgir a Atenas Brasileira, uma vez que pretendiam continuar nas carreiras literárias dos autores renomados do estado e as ideologias republicanas compartilhadas no período. Esboçamos a seguir um fluxo das publicações de Educação e Ensino existentes no estado do Maranhão na Primeira República:

Gráfico 1 — Comparação entre os Jornais Estudantis e Institucionais.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora.

Os jornais *A Escola* (1902)<sup>4</sup>; *A Escola* (1909)<sup>5</sup>; *A Escola* (1918-1919)<sup>6</sup>; *A Escola* (1923)<sup>7</sup>; *A Escola* (1928-1929)<sup>8</sup>; *Centro Caixeiral* (1902)<sup>9</sup> — São categorizados na pesquisa como impressos que representam as Instituições Escolares privadas e que estão em paralelo com as publicações juvenis em determinados períodos. Todavia, antes de conhecer os impressos estudantis analisamos de forma sucinta os jornais produzidos pelas escolas que objetivavam divulgar os métodos inovadores da época; além de defenderem a imprensa escolar como etapa inicial dos jovens para aprimorar suas escritas. Desse modo, as folhas funcionavam como um laboratório, no qual os discentes publicavam poemas ou contos, deixando nas entrelinhas as suas experiências cotidianas no interior destes estabelecimentos:

#### Lamentação

Esta vida é de mais trabalhosa,  
E preciso me é trabalhar;  
Sete anos, apenas, eu conto;  
Desde agora começo a lutar.  
Se as lições não as levo sabidas,  
O meu mestre me quer castigar;  
Oh que luta, meus Deus, que trabalhos,

<sup>4</sup> *A Escola*. Colégio 15 de novembro. São Luís, ano. 1, n. 1, 10 de março de 1902.

<sup>5</sup> *A Escola*. São Luís, ano. 1, n. 1, 9 de outubro de 1909.

<sup>6</sup> *A Escola*. Órgão do Externato Codoense. Codó, 1918-1919.

<sup>7</sup> *A Escola*. Órgão da Escola Normal Primária. São Luís, 1923.

<sup>8</sup> *A Escola*. Caxias, 1928-1929.

<sup>9</sup> *Centro Caixeiral*. São Luís, 1902.

Já, tão cedo, começo a lutar!  
O Adhemar da 4ª (A ESCOLA, 1902, p. 4)<sup>10</sup>.

As diferenças entre as escritas de estudantes nos jornais das instituições em relação aos jornais produzidos pelos mesmos são, de um lado, os periódicos escolares que incentivavam a escrita dos estudantes são de instituições escolares privadas que pretendia avaliar os mesmos, nos modos de interpretação e/ou utilizá-los como propagandistas de um desenvolvimento pessoal realizado pelos métodos inovadores destes estabelecimentos de ensino, todavia, os jovens escreviam de forma controlada pelos seus mestres e instituições de ensino; por outro lado, as publicações essencialmente estudantis produzidas por discentes do Liceu Maranhense representam grupos ou clubes literários que possuíam escritas mais livres de censuras, podendo realizar críticas ao ensino, à escola ou até ao estado, quando não compartilhavam dos mesmos ideais; além disso, tinham em comum a necessidade de seguirem exemplos de seus mestres, autores renomados e literatos para de alguma forma contribuir ao soerguimento da Atenas Brasileira (adjetivo da cidade de São Luís - berço de literatas aclamados), escrevendo as dificuldades e causas de se expressarem e especulavam sobre os que pareciam ser contrários aos seus ensejos,

Que vendo o gosto que temos para a carreira jornalística, devem ajudar nos para que no futuro a pátria de João Lisboa e outros possam contar com escritores iguais a eles, contando, pois, com o auxílio da sociedade maranhense (O BRAZIL, 1907, p. 1).

Este jornalzinho despido de dotes intelectuais, o nosso interesse não é pecuniário não o nosso fito é unicamente, divertir-nos e aplicar-nos nas letras, fundando este periódico (O CANHOTO, 1912, p. 1).

Move-os o espirito de continuidade, de tradição, sob cujos auspícios se tem desenvolvido a nossa intelectualidade; esse [deteriorado] na guarda do belo renome da terra, na admiração dos vultos da passada vida literária maranhense (EXCELSIOR, 1914, p. 1).

Colegas não desanimem, sempre avante! Sempre unidos! Sempre trabalhando! Leitor amigo, o estudante é órgão de uma sociedade estudantal, bem o sabeis. Todos nós somos principiantes da vida literária e esperamos amanhã não ser. Recebe caro leitor este singelo jornalzinho cujo titulo bem rudico, claramente o quanto valem colegas (O ESTUDANTE, 1915, p. 1).

Estes discursos nos levam a compreender a diferença entre as escritas dos jovens, de um lado sob a égide dos responsáveis da escola (os professores e

---

<sup>10</sup> A Escola. Colégio 15 de novembro. São Luís, ano. 1, n. 1, 10 de março de 1902.

diretores) e por outro os escritores isolados em grupos autônomos e independentes. Dessa forma, identificamos características particulares dos modos de fazer, as expectativas e os desejos em ambas as fontes da imprensa, o que aponta indícios da relevância de ampliar os estudos entre os protagonistas das escritas, compreendendo-os na inserção estabelecida numa relação de poder na tentativa de perceber as estratégias de imposição e as táticas de apropriação implícitas entre os professores, a instituição escolar e o estado.

Vejam os assuntos recorrentes nos periódicos institucionais. A discussão ao respeito da instrução desempenhada na época vai ser destaque nas publicações dos jornais *A Escola*, “na realidade os alunos não saberiam ler e mal escrever” (*A ESCOLA*, 1902, p. 1)<sup>11</sup> e os exames não mediam o conhecimento do aluno, fazendo-se referencia aqui ao ensino privado e público. A crítica recorrente de que o aluno somente decorava o assunto para o exame, levantava aspectos de como estava sendo encarada a instrução maranhense, no período em que as discussões de quais métodos eram os mais adequados estava em voga, para uma nação que almejava o status de ordem e progresso por meio do desenvolvimento dos seus cidadãos, tendo como consequência o elevado índice de analfabetos. Atentamos ao fato de que os motivos que colocaram a instrução em evidência no início republicano diz respeito à necessidade de ensinar aos trabalhadores a lidar com as máquinas e a prática do voto era condição necessária para exercê-lo o fato de saber ler e escrever, fazendo que o governo apontasse como solução dos problemas nacionais a centralidade na instrução primária.

Todavia, as expectativas dadas como soluções foram frustradas, principalmente, para a Instrução Pública, que passava por descasos observados nos discursos d’*A Escola* (1919)<sup>12</sup> da cidade de Codó (MA), quando afirma que “trabalharão para que os seus ideais prevaleça em detrimento do desprezo, indiferença, com a cultura local do Estado” (*A ESCOLA*, 1919, n. 3, p. 4)<sup>13</sup>. De igual modo, como ocorreram em outras cidades do estado, a instrução em geral, foi esquecida pelos governantes que apesar do discurso de progresso não efetivaram mudanças completas, abrindo espaços para reformas educacionais bastante conhecidas na primeira república brasileira. Outro assunto recorrente é a respeito da

---

<sup>11</sup> *A Escola*. Colégio 15 de novembro. São Luís, ano. 1, n. 1, 10 de março de 1902.

<sup>12</sup> *A Escola*. Órgão do Externato Codoense. Codó, 1918-1919.

<sup>13</sup> *A Escola*. Órgão do Externato Codoense. Codó, 1918-1919.

importância do estudo, sendo a garantia de uma vida repleta de oportunidades, olhando-se na instrução a via para a libertação, trazendo como resultados a obtenção de destinos melhores, ou seja, “as crianças que vão para a escola há certeza que a educação liberta e clareia o destino das mesmas” (A ESCOLA, 1919, p. 1)<sup>14</sup>.

Há de se esclarecer que as palavras Instrução e Educação tinham significados distintos neste período de estudo. Enquanto instrução era compreendida como a formalidade do ensino nas escolas ou o que deveria ser ensinado, centrando-se nas disciplinas, nos métodos, nos materiais, no que estava relacionado aos conteúdos pedagógicos e didáticos de uma instituição escolar; a educação por sua vez era entendida como os bons costumes que o cidadão deveria possuir, referindo-se aos aspectos da alma, da moral e da ética, na construção de um homem correto e justo. No tocante, às características comuns da época o conceito de civilidade torna-se relevante; para um homem ter um perfil correto e viver numa cidade deveria comportar-se de maneira moral e cívica,

Instrução e educação, na essência são relamente distintas, posto que marchem e se desenvolvam de par, e quasi sempre tão estreitamente ligadas, e mutuamente ajudando-se, que não é facil distinguil-as ou separal-as na pratica. A instrucção obra sobre as facultades intellectuaes desenvolvendo-as: a educação obra sobre a vontade governando-a, e encaminhando-a, para o bem. A instrucção dirige-se ao espirito, e esclarece-o, a educação dirige-se ao coração, e purifica-o. A instrucção vai direto a intelligencia, e sublima-a a educação vai direto ao coração, e forma, e regula os sentimentos (SELETA ESCOLAR, 1886, p. 120).

Estes conceitos fizeram a representação do início republicano e os ideários que foram contribuintes para a construção de uma identidade nacional. Nesse sentido, o nacionalismo integra este conjunto de teorias como ordem e progresso numa nação que necessitava inserir componentes cívicos, nacionais, morais e éticos para compor uma sociedade mais justa e desenvolvida. Por isso, da necessidade de tratar a instrução e educação como um par desejável. O fato de compreender a educação e a instrução sendo complementares, mas não com o mesmo significado para um dado tempo/espço, nos indica para a importância da educação no que se refere aos bons modos, revelando-nos também via jornal quando as crianças não devem aprender os vícios com os pais. Por outro lado, a educação como mediadora para chegar à instrução e, sobretudo, para alcançar o patamar almejado pelos professores e pela regulamentação do estado. Nesta

---

<sup>14</sup> A Escola. Órgão do Externato Codoense. Codó, 1918-1919.

perspectiva, os aspectos presentes no contexto sócio educacional do início republicano dos jornais institucionais são:

QUADRO 2 — Assuntos recorrentes nas publicações das Instituições Escolares

Nacionalidade	Civilidade
Moral e Cívica	Métodos
Estado	Instrução e Educação

Fonte: (A Escola, 1902, 1923)<sup>15</sup>

Estas temáticas estavam diluídas entre os grupos políticos que idealizavam a melhor forma de se constituir a república: como os jacobinistas brasileiros que “idealizavam a democracia clássica, utopia da democracia direta, do governo por intermédio da participação direta de todos os cidadãos” (CARVALHO, 1990, p. 32). Há controvérsias a respeito desta corrente de pensamento, devido à pequena participação popular na adesão à república. Diferentemente da revolução francesa, os jacobinistas brasileiros foram de forte expressão na época da proclamação da república.

Os positivistas idealizavam a república numa perspectiva mais ampla que postulava uma futura idade de ouro em que seres humanos se realizariam plenamente no seio de uma humanidade mitificada. Identificavam-se neste grupo os intelectuais, os professores e os cientistas, que por sua vez discutiam a educação por meio do bem-estar social, priorizando as classes subalternas que estavam em situações marginalizadas. Já os Liberais idealizavam uma sociedade composta por indivíduos autônomos, cujos interesses eram compatibilizados pela mão invisível do mercado, cabendo ao governo interferir o menos possível na vida dos cidadãos. Defendendo os interesses liberais, representavam a maioria integrante da bancada de políticos e, conseqüentemente, impuseram suas ideais na primeira constituição brasileira. Os embates dessas três correntes de pensamento culminaram com a afirmação de suas ideologias nos mais variados espaços sociais, especialmente, na imprensa e na educação, sendo integrantes do processo de instalação da república brasileira.

<sup>15</sup> A Escola. Colégio 15 de novembro. São Luís, ano. 1, n. 1, 10 de março de 1902.  
A Escola. Órgão da Escola Normal Primária. São Luís, 1923.

Com o governo provisório iniciam-se as mudanças na educação a exemplo do Decreto nº. 7 (20/11/1889) “ao fixar as atribuições dos Estados [já] que a instrução pública, em todos os seus graus, é competência das unidades federadas”, laicizando [pelo] Ministério do Interior o currículo do Colégio Dom Pedro II (CURY, 2005, p. 75). A educação neste período ganha destaque para a sua descentralização; por sua vez, omitiu-se a obrigatoriedade ou a gratuidade nas escolas oficiais, quando foram incorporadas as responsabilidades dos estados, que de certa forma as negligenciavam,

A discussão do voto do analfabeto implicou na explicitação da exigência do saber ler e escrever como condição e se tornar eleitor. Pressupunha-se que as “primeiras letras” seriam uma espécie de motor atrativo a fim de que o indivíduo se esforçasse por conquistar a sua individualidade. A hegemonia deste raciocínio determinou a derrota das poucas emendas que propuseram o ensino obrigatório. Mas os debates deixaram margem que o pressuposto da gratuidade (desejável) seria da competência dos Estados em sua autonomia (CURY, 2005, p. 75).

A ideia de educação liberal contemplou o argumento da maioria no movimento político republicano — os liberais. Transfere-se a educação primária e secundária aos estados na medida em que, se acentua o caráter desigual do país, deixando de lado as massas que não conseguiam uma educação formal.

A partir de 1890, iniciam-se os trabalhos do Congresso Constituinte, a fim de elaborar a nova carta constitucional, destacando-se nesse meio os liberais em sua maioria, os progressistas (conhecidos como os liberais democratas) e os positivistas (representação escassa), bancada católica; isto é, o país contando com uma nova ordem jurídica contempla “[...] o liberalismo, o federalismo, a divisão de poderes, os direitos plenos, a ampliação dos direitos políticos e o laicismo. Nada nela há que explicita direitos sociais (FAVERO, 2005, p. 74-75).

Neste processo de construção de uma nova identidade nacional, a educação insere-se como forma de garantir o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como, a imigração, a agricultura, a indústria e o comércio. A propósito, a organização da educação neste período recorre à subdivisão entre a União e as unidades federadas, abrindo espaço para a educação no âmbito do mercado,

No quesito obrigatoriedade/gratuidade da instrução pública primária: omissão, explicável, ao menos no âmbito das falas sobre a gratuidade, pelo princípio federativo. Já a obrigatoriedade não passou, seja por causa do federalismo, seja, sobretudo pela impregnação do princípio liberal de que a individualidade seja uma conquista progressiva do indivíduo que desenvolve progressiva e esforçadamente a sua virtus. (CURY, 2005, p. 78).

A respeito destas imposições da esfera pública teriam princípios liberais e federalistas que ganharam esforço neste período, ocorrendo um contraponto destas estratégias; os positivistas com ideias diversificadas para a educação e representadas não somente por políticos, mas por professores, diretores e alunos. Em 1925, começou-se a pensar em uma nova reforma Constitucional, versando sobre os mais diversos assuntos; contudo, os opositoristas ao governo de Arthur Bernardes, começaram a colocar entraves, a qual foi, “[...] constituída por liberais, contrária a esta Revisão Constitucional, [fazendo-se tudo] para impedir a rápida tramitação da mesma: discursos longos, requerimentos de prorrogação, questões de ordem, etc.” (CURY, 2005, p. 82).

No quesito educacional, desta vez, os debates se centraram em discutir um sistema unificado em educação; mesmo que voltassem aos mesmos problemas: quem deveria reger a educação, o Estado ou a União. O ensino fundamental não era mais de competência federal e foi encarregado ao Congresso Nacional a missão de criar instituições de ensino superior e secundários nos estados.

Com o adentrar da república, o Maranhão, “se apresentava discriminado neste cenário, sem apoio do governo da União em seu desenvolvimento, [e] sem autonomia política” (GERALDO FILHO, 2003, p. 72); repleto de dívidas, devido ao abalo no seu sistema produtivo da lavoura com o fim do trabalho escravo no século XIX (LOPES, 2003; MEIRELES, 1992). Esta crise ocorreu pela política de café-com-leite, protagonizada pelas duas oligarquias estaduais (detentoras da política dos governadores) – com a hegemonia no Poder executivo Federal pelos Estados, Minas Gerais e São Paulo, “para tentar superar esta crise financeira, o estado adquiriu empréstimos, substituiu a lavoura pela a indústria têxtil, representando um breve período de conquista na autonomia econômica” (VIVEIROS, 1992, p. 7). Todavia, este ato somente agravou ainda mais a crise, aumentando a dívida externa e interna pelos custos acarretados pelos maquinários das fábricas têxteis, devido à desvalorização da moeda.

A economia maranhense foi amenizada com a chegada da Primeira Guerra Mundial, dando sinais de um relativo progresso com a urbanização, com o melhoramento nos setores de transportes, com a criação da Imprensa Oficial e com o aumento das exportações, surgindo um relevante mercado do babaçu, dentre outros, produtos como o couro, a mandioca e o algodão, o que mostra a dependência da província do mercado externo (VIVEIROS, 1992, p. 90). Entretanto,



o Maranhão “não conseguiu mais alcançar, no contexto nacional, a situação de destaque pela qual gozou durante grande parte do século XIX” (ANDRADE, 1984, p. 33).

A imprensa insere-se nesta ordem como formadora do leitor num entrelaço de grupos políticos e concepções filosóficas em voga na época de república brasileira, abrindo as portas para que os alunos e as escolas adotassem modos de exporem as opiniões num espaço e tempo e tivessem a oportunidade de conhecer, comparar e escolher as mais variadas concepções científicas e políticas que se inseriam em cada grupo defensor daquele ponto de vista específico e, conseqüentemente estarem representados no contexto sociocultural.

## **2.2 Apresentação e caracterização dos Jornais Estudantis Liceístas**

Apresentamos aqui os impressos estudantis liceístas que na garimpagem das fontes, o número de impressos produzidos pelos alunos secundaristas do Liceu Maranhense se faz considerável; induzindo-nos estes indícios a interessarmos pelos discursos referentes às instituições e sabermos como o ensino estava sendo encarado pelo Estado e pelos jovens. Todavia, como em toda pesquisa histórica tivemos dificuldade de lidar com estas produções, quando encontramos coleções incompletas e publicações de vida efêmera, compondo os desafios que tem toda pesquisa de natureza documental, obrigando ao pesquisador a ampliar o conjunto de fontes, tendo nos discursos oficiais, auxílio metodológico e analítico para compreender os acontecimentos educacionais, políticos e sociais.

Em que pese, no levantamento de títulos na Biblioteca Pública Benedito Leite em São Luís, foram localizadas nove publicações dos estudantes do Liceu Maranhense no período que compreende 1907 a 1930. A identificação dos jornais (dos alunos liceístas) foi encontrada nas próprias publicações levantadas, dando a imprecisão de que foram reunidas todas as produções juvenis realizadas no início do século XX. Contudo, os jornais foram escolhidos segundo foram aparecendo no catálogo da biblioteca e das menções em outros jornais noticiosos que circulavam na cidade, a exemplo da *Pacotilha* e *Diário do Maranhão* que faziam referência aos jornaizinhos estudantis que permutavam suas publicações.

QUADRO 3 — Lista de jornais estudantis liceístas (1907-1930).

Jornais dos Liceístas	
O Brazil (1907)	O estudante (1915)
O Progresso (1907)	Lábaro (1921)
O Canhoto (1912-1914)	Alma Nova (1929)
A Inubia (1914)	Sangue Jovem (1930)
O Excelsior (1914)	

Fonte: Catálogo de Jornais Maranhenses do Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite (2006).

De maneira descritiva iremos traçar o perfil destas publicações, identificando as características da configuração textual do suporte, além de categorizar os assuntos recorrentes, como forma de compreender qualitativamente a história do objeto na sua materialidade, neste caso os discursos dos discentes liceístas (primeiro eixo de análises da História cultural como pressuposto teórico-metodológico) para compreender a forma, frequência, estrutura e dispositivo usado nas escritas produzidas e entender as ideias e aspectos que vão compondo a representação destes jovens por meio da imprensa estudantil.

QUADRO 4 — Ficha descritiva do Jornal *O Progresso* (ano. 1, n. 1, 2, 4, 8, 1907)<sup>16</sup>

ESTRUTURA		
<b>O PROGRESSO</b>	Sub-títulos, epígrafes	Órgão de uma associação estudantil
	Assuntos recorrentes	Moral/Cívico/Religioso/Atenas Brasileira/Importância do estudo/ Cotidiano escolar
	Anúncios	Não
	Linguagens	Poesias, Crônicas, Contos.
	Extensão do texto	Textos curtos na primeira página, em outros textos extensos.

Fonte: Elaborado pela autora

<sup>16</sup> O Progresso, São Luís, ano. 1, n. 1, 1907.  
O Progresso, São Luís, ano. 1, n. 2, 1907.  
O Progresso, São Luís, ano. 1, n. 4, 1907.  
O Progresso, São Luís, ano. 1, n. 8, 1907.

No jornal *O Progresso* (1907), encontramos quatro números espaçados: ano 1, n.1 de 01/09/1907; ano 1, n.2 de 08/09/1907; ano 1, n. 4 de 22/09/1907; ano 1 n. 8 de 20/10/1907 que publicavam semanalmente e pertenciam a uma associação estudantil de alunos do Liceu Maranhense, pois faziam menção aos seus mestres, tomando-os como referência a ser seguido, entre eles: Edmundo Bittencourt, Inácio Xavier de Carvalho, José Barreto e outros. Em geral conclamavam os jovens para contribuir, seja com artigos jornalísticos, seja com a compra dos números.

Em relação à forma é relevante ressaltar que possuíam as dificuldades de fazer circular este periódico pela cidade de São Luís, quando observamos as simples divisões em duas colunas — demonstrando a necessidade de condensar informações para ser impresso no formato pequeno de quatro páginas, se comparados com os jornais mais experientes (noticiosos ou comerciais) que obtinham uma grande leva de assinantes e orçamentos financeiros.

QUADRO 5 — Ficha descritiva do *Jornal O Progresso* (ano. 1, n. 1, 2, 4, 8, 1907)<sup>17</sup>.

<b>DISPOSITIVOS</b>		
<b>O PROGRESSO</b>	Quais grupos?	Associação Estudantil (responsável Vovô)
	Quem escreve?	Vovô
	Para quem escreve?	Crianças, jovens.
	Corpo editorial	—
	Tipografias	Maranhão, Typ. Frias.
	Preço	—
	Regulamento, estatuto do impresso.	—
	Financiamento do jornal	Vendido
	Endereço	Rua de São João, N. 63

Fonte: Elaborado pela autora

As assinaturas frequentes do codinome Vovô nos conduzem a posicionamentos distintos. De um lado poderia ser um jovem se passando por um adulto para conseguir ganhar confiança no meio da imprensa jornalística; por outro,

<sup>17</sup> O Progresso, São Luís, ano. 1, n. 1, 1907.

O Progresso, São Luís, ano. 1, n. 2, 1907.

O Progresso, São Luís, ano. 1, n. 4, 1907.

O Progresso, São Luís, ano. 1, n. 8, 1907.

a figura de um adulto denominando-se vovô seria para conquistar a intimidade daqueles estudantes para persuadi-los a escreverem; essa pessoa que se referia com maior experiência aos estudantes podia ser a representação de um professor, pois, estes escreviam nas folhas no intuito de incentivar as letras; convidando-nos o restante da publicação a transitar pelos contos, poemas e anedotas, notadamente do cotidiano dos estudantes.

No jornal *O Brazil* (1907), encontramos o ano 1, n. 1 de 16/09/1907 e o ano 1, n. 4 de 20/10/1907 que publicavam mensalmente e pertenciam a uma organismo estudantal de alunos do Liceu Maranhense, pois, faziam menção aos exames do Ginásio Nacional deste Estado, seus discursos nacionalistas (marcando o nome do jornal), suas publicações continham três colunas e cada número contem três e cinco páginas.

QUADRO 6 — Ficha descritiva do Jornal *O Brazil* (ano. 1, n. 1, 4, 1907)<sup>18</sup>

<b>ESTRUTURA</b>		
<b>O BRAZIL</b>	Sub-títulos, epígrafes	Órgão estudantal
	Assuntos recorrentes	Nacionalismo/Homenagem/Exames/Civilidade/Moral/Religiosa/Aniversários
	Anúncios	Não
	Linguagens	—
	Extensão do texto	—

Fonte: Elaborado pela autora

Neste jornal, os interessados em escrever podiam entregar gratuitamente os seus manuscritos na redação do periódico, bem como, possuíam assinaturas mensais no valor de 500 rs. Os redatores eram Julio Ramos, João Caldas, Serejo de Carvalho e Carlos Pinho; a redação localizava-se na Rua Afonso Pena, n. 42. No número subsequente a assinatura estendeu-se para o interior no valor de 1\$000 réis.

<sup>18</sup>O Brazil, São Luís, ano. 1, n. 1, 1907.  
O Brazil, São Luís, ano. 1, n. 4, 1907.

QUADRO 7 — Ficha descritiva do Jornal *O Brazil* (ano. 1, n. 1, 4, 1907)<sup>19</sup>

<b>DISPOSITIVOS</b>		
<b>O BRAZIL</b>	Quais grupos?	Órgão estudantil
	Quem escreve?	Julio Ramos, João Caldas, Serejo de Carvalho e Carlos Pinho.
	Para quem escreve?	Jovens, estudantes e população em geral.
	Corpo editorial	Julio Ramos, João Caldas, Serejo de Carvalho e Carlos Pinho.
	Tipografias	Imp. Typ. Do Avante, Maranhão.
	Preço	Capital 500rs, Interior 1\$000rs.
	Regulamento, estatuto do impresso.	—
	Financiamento do jornal	Vendido
	Endereço	Rua de Affonso Pena, n. 42

Fonte: Elaborado pela autora

Em uma de suas notas avisavam ao leitor da necessidade em dar uma pausa no jornal devido à proximidade dos exames do Liceu Maranhense: “é dever nosso comunicar não só aos nossos assignantes, como ao publico em geral, que, pela razão alegada, deixará de circular, temporariamente, esta folha” (O BRAZIL, 1907, p. 1). Todavia, não encontramos outros números desta folha após esta notícia, deixando-nos com a imprecisão de saber se voltou a circular novamente.

No jornal *O canhoto*, encontramos os anos completos de 1912 a 1914; folha muito consistente em quantidade de números e qualidade de impressão. Este jornal é muito singular a forma de comunicar-se com os leitores, já que a linguagem persuasiva e as ironias sobre os fatos concebidos como tabus são colocados com naturalidade e de forma didática para o bom entendimento do leitor, ocorrendo uma evolução de estágios de vida dos estudantes e, conseqüentemente, o impresso a transição da saída destes jovens do ensino secundário e a sua formação é relatada nos registros, assim como as viagens e os estudos no exterior, contando-nos o cotidiano de maneira mais próxima.

<sup>19</sup>O Brazil, São Luís, ano. 1, n. 1, 1907.

O Brazil, São Luís, ano. 1, n. 4, 1907.

QUADRO 8 — Ficha descritiva do Jornal *O Canhoto* (1912-1914)<sup>20</sup>

<b>ESTRUTURA</b>	
Sub-títulos, epígrafes	Orgão de uma associação estudantil/ De canhoto não tem nada, é bem direito até (d'O Martello).
Assuntos recorrentes	Religião/Aulas noturnas/Cotidiano escolar/ Poesia/Datas cívicas/Censura/ cotidiano da cidade/Instrução/Conto/Homenagem/Livros /Nacionalismo/Resposta a leitores/Mulher/Moral-valor/Crítica literária
<b>CANHOTO</b>	Anúncios <span style="float: right;">Sim</span>
	Linguagens <span style="float: right;">Diversificada.</span>
	Extensão do texto <span style="float: right;">Curtos e Longos</span>

Fonte: Elaborado pela autora

O Jornal *O Canhoto* (1912-1914) foi homenageado pela publicação *O Martelo* (1912), quando, este último, mencionou em seu número 1 de setembro de 1912, que: “De canhoto não tem nada esse colleginha, é bem direito até” (*O MARTELO*, 1912), neste sentido, como forma de agradecimento para com as felicitações, *O Canhoto* (1912) passou a adotar esta frase como subtítulo das suas publicações. Vale ressaltar que, *O Jornal* homenageado teve como característica um processo de transição pelo qual os estudantes, concluindo o curso secundário, tornam-se “os rapazes amantes das letras”, fundando uma Sociedade Literária, a fim de contribuir na literatura maranhense, tendo como consequência: o amadurecimento das publicações, a criação de colunas fixas, ou seja, a padronização de um jornal, tornando-o mais profissional.

<sup>20</sup> *O Canhoto*, São Luís, ano. 1, 1912.

*O Canhoto*, São Luís, ano. 2, 1913.

*O Canhoto*, São Luís, ano. 3, 1914.

QUADRO 9 — Ficha descritiva do Jornal *O Canhoto* (1912-1914)<sup>21</sup>

DISPOSITIVOS	
Quais grupos?	Orgão de uma Associação Estudantal / Sociedade Literário Barão do Rio Branco
Quem escreve?	Djalma Fortuna/Waldemiro Viana/Djalma Vasconcelos/Hilton Fortuna
Para quem escreve?	Estudantes e população em geral.
Corpo editorial	Djalma Fortuna/Waldemiro Viana/Djalma Vasconcelos/Hilton Fortuna
Tipografias	
Preço	Assinatura anual ....2\$000 Número do dia.....\$100 Número atrasado.....\$200 Tiragem 1.000 exemplares
Regulamento, estatuto do impresso.	Sim
Financiamento do jornal	Vendido
Endereço	Rua 28 de julho, n.53

Fonte: Elaborado pela autora

Este jornal ganhou prestígio na cidade aumentando o número de exemplares que circulavam, mostrando que entretinham e divertiam aos leitores de maneira irônica e de esquerda como foi denominado em seu próprio subtítulo castigando os maus costumes da cidade, dos professores, alunos, dentre outros.

No jornal *Excelsior*, encontramos os números 1, ano 1, do dia 4 de janeiro de 1914: “Toda a correspondência deve ser endereçada ao Excelsior, Rua da Cruz, n. 19”. Os interesses destes jovens refletem no significado do seu título Excelsior, o qual significa ser mais alto, grande, majestoso, maior, grandioso, elevado, supremo, ilustre, como descrevem em seu editorial de abertura: “a aspiração mental de um grupo de rapazes que como sói acontecer nas gerações que se formam para a vida da inteligência escolheram este modo de publicidade para apresentarem os seus ensaios nos vários domínios da atividade do espírito” (EXCELSIOR, 1914, p.1).

<sup>21</sup> O Canhoto, São Luís, ano. 1, 1912.

O Canhoto, São Luís, ano. 2, 1913.

O Canhoto, São Luís, ano. 3, 1914.

QUADRO 10 — Ficha descritiva do Jornal *O Excelsior* (ano. 1, n. 1, 1914)<sup>22</sup>

<b>ESTRUTURA</b>		
<b>O EXCELSIOR</b>	Sub-títulos, epígrafes	Orgam da Sociedade Estudantal Benedicto Leite
	Assuntos recorrentes	Homenagem/Conto/Cotidiano escolar/Religiosidade/Reformas Educ./Viagem para formação/Publicação de moços
	Anúncios	Não
	Linguagens	Homenagens/Contos/Crônica
	Extensão do texto	Curtos e Longos

Fonte: Elaborado pela autora

Os estudantes do clube Estudantal Benedicto Leite escreviam sobre a literatura maranhense, sobre as dificuldades da instrução pública e para o entretenimento de seus leitores escreviam contos que falavam do ambiente escolar, das práticas dos alunos de maneira bem íntima, participando de reuniões de outras sociedades, como por exemplo, da Sociedade Literária Barão do Rio Branco e do Grêmio Rui Barboza. Os textos, por outro lado, possuem um vocabulário simples, sendo curtos e relatando os acontecimentos cotidianos: reuniões das sociedades, natalícios e partidas nos navios. Já as escritas longas são os artigos que tratam sobre uma temática e explicam os seus pontos de vista, pelas crônicas, quando narram um conto ou homenagens aos literatos.

QUADRO 11 — Ficha descritiva do Jornal *O Excelsior* (ano. 1, n. 1, 1914)<sup>23</sup>

<b>DISPOSITIVOS</b>		
<b>O EXCELSIOR</b>	Quais grupos?	Orgam da Sociedade Estudantal Benedicto Leite
	Quem escreve?	—
	Para quem escreve?	Estudantes e população em geral.
	Corpo editorial	Presidente: Palmerio Campos Vice-presidente: Francisco Prado. Secretário: Erson Souza. Tesoureiro: José Fortuna.
	Tipografias	—
Preço	—	

<sup>22</sup> Excelsior, ano. 1, n. 1, 1914.

<sup>23</sup> Excelsior, ano. 1, n. 1, 1914.



Regulamento, estatuto do impresso.	Não
Financiamento do jornal	—
Endereço	Rua da Cruz, n. 19.

Fonte: Elaborado pela autora

Uma prática recorrente entre os liceístas maranhenses seria em continuar os seus estudos superiores nos grandes centros do país, que no jornal *Excelsior* (1914) evidencia a viagem do vice-presidente do periódico e órgão estudantil, Francisco Prado ao Rio de Janeiro para se matricular na faculdade de medicina. Sobre este fato, de um lado: os estudantes liceístas galgavam espaços maiores por meio dos cursos superiores. Por outro lado, o término do curso secundário, possibilitava a vida efêmera dos jornais, uma vez que, viajavam para a formação superior, partiam e deixavam os seus trabalhos na imprensa maranhense.

Do jornal *A Inúbia* encontramos os números 1 de 3 de novembro de 1914; o nome *inúbia* significa um “tipo de trombeta de guerra dos índios tupis-guaranis, feita de dois pedaços ocos de maçaranduba, unidos entre si com cipó; *membitarará*”; o que para os jovens representavam a imprensa como espaço de lutas e o jornal seria um instrumento de batalha que ressoavam as suas opiniões devendo a mocidade “agir, como a principal parte interessada numa reorganização. Este é o nosso prelúdio, são os primeiros passos para a reação que se torna urgente e imperiosa, é uma necessidade que se impõe, pelo futuro do país, pela sorte da geração provindóra” (*A INUBIA*, 1914).

QUADRO 12 — Ficha descritiva do Jornal *A Inubia* (ano. 1, n. 1, 1914)<sup>24</sup>

<b>ESTRUTURA</b>		
<b>A INUBIA</b>	Sub-títulos, epígrafes	Orgam da União Estudantal Silvio Romero
	Assuntos recorrentes	Homenagem/Família/Nacionalismo/Cotidia no escolar/Sociedade estudantil/Conto/Professor/República/Natal ício/Comunicação entre leitores
	Anúncios	Não
	Linguagens	Homenagens/Contos/Crônica
	Extensão do texto	Curtos e Longos

Fonte: Elaborado pela autora

<sup>24</sup> *A Inubia*, São Luís, ano. 1, n. 1, 1914.

Este artefato homenageava a figura do Historiador, crítico, jurista, filósofo e professor Silvio Roméro, que para eles representava um “amigo da mocidade, sentia-se bem a seu lado, despido das altas insígnias que lhe conferiram o talento e estudo”. Assim como em outros jornais a presença de professores sendo referências para os jovens eram práticas constantes, que associavam aos seus patronos a arte de segui-los como escritores, poetas, professores e historiadores.

QUADRO 13 — Ficha descritiva do Jornal *A Inubia* (ano. 1, n. 1, 1914)<sup>25</sup>

<b>DISPOSITIVOS</b>	
Quais grupos?	Orgam da União Estndantal SILVIO ROMERO
Quem escreve?	Acrizio Marques Figueiredo Emiliano Reis Gomes Macieira José Manoel Nogueira Vinhaes Benedito Cipriano Ferreira José Maria Reis Perdigão
<b>A INUBIA</b> Para quem escreve?	Estudantes e população em geral.
Corpo editorial	Acrizio Marques Figueiredo Emiliano Reis Gomes Macieira José Manoel Nogueira Vinhaes Benedito Cipriano Ferreira José Maria Reis Perdigão
Tipografias	—
Preço	Assinatura anual.....2\$000
Regulamento, estatuto do impresso.	Não
Financiamento do jornal	Sim
Endereço	Praça Deodoro, 116

Fonte: Elaborado pela autora

O progresso intelectual, os ensejos dos jovens d’Inubia (1914) e dos outros órgãos estudantis realizavam uma contrapartida sobre os aspectos que incidiam como estratégias de imposição neles: ordens vistas de cima para baixo que os colocariam como recebedores destas ações; todavia, os jornais produzidos por eles ressoavam como táticas de apropriações, que a partir de múltiplas inventividades para persuadir as estratégias advindas da escola, do governo,

<sup>25</sup> A Inubia, São Luís, ano. 1, n. 1, 1914.

colocaram em pauta suas ideias, críticas e posicionamentos. “A voz da ‘Inubia’ representa um grito de alarma, um apelo, um apelo a todos, uma vibração que nós, moços, queremos que se propague até o futuro, de geração a geração” (A INUBIA, 1914).

N’*O Estudante* encontramos os números ano 1, n.1 de 5 de fevereiro de 1915; o n. 3 de 15 de novembro de 1915; o n. 4 de 25 de dezembro de 1915; de publicação mensal que representou a Sociedade Estudantal Machado de Assis. Destarte, os alunos que publicavam esta folha acreditavam ser indispensáveis para a continuação da vida literária maranhense, porém, destacavam a necessidade de melhorias no aspecto das suas escritas: “Sempre unidos! Sempre trabalhando! Leitor amigo, este jornalzinho que tendes em Mao é fraco, não esta escrito em ótimo portuguez, não encerra o estilo casto e correto da pura literatura” (O ESTUDANTE, ano. 1, n. 1, 1915, p. 1).

QUADRO 14 — Ficha descritiva do Jornal *O Estudante* (ano. 1, n.1, 3, 4, 1915)<sup>26</sup>

ESTRUTURA		
<b>O ESTUDANTE</b>	Sub-títulos, epígrafes	Orgam da Sociedade Estudantal Machado de Assis
	Assuntos recorrentes	Importância do estudo/ Nacionalismo/ Sociedade Estudantil/Notícias/Espaço de Sociabilidade/ Conferências/Homenagens/ Política/Professor/Natalício/Permuta jornais/ Religião/Anúncios
	Anúncios	Sim
	Linguagens	Homenagens/Contos/Crônica
	Extensão do texto	Curtos e Longos

Fonte: Elaborado pela autora

Sobre a exposição no cenário da imprensa maranhense, estes alunos, obtinham o desejo de crescimento profissional, na medida em que, se posicionavam sobre as suas próprias experiências: “todos nós somos principiantes da vida literária e esperamos amanhã não ser” (O ESTUDANTE, 1915).

<sup>26</sup>O Estudante, São Luís, ano. 1, n. 1, 1915.

O Estudante, São Luís, ano. 1, n. 3, 1915.

O Estudante, São Luís, ano. 1, n. 4, 1915.

QUADRO 15 — Ficha descritiva do Jornal *O Estudante* (ano. 1, n.1, 3, 4, 1915)<sup>27</sup>

<b>DISPOSITIVOS</b>		
<b>O ESTUDANTE</b>	Quais grupos?	Orgam da Sociedade Estudantal Machado de Assis
	Quem escreve?	José de Padua Fortuna.
	Para quem escreve?	Estudantes e população em geral.
	Corpo editorial	Redator: José de Padua Fortuna.
	Tipografias	—
	Preço	Assinatura anual — 2\$000
	Regulamento, estatuto do impresso.	Não
	Financiamento do jornal	Sim
	Endereço	Rua Afonso Pena n. 6

Fonte: Elaborado pela autora

Os números que circularam do jornal *Lábaro* foram: ano. 1, n. 2 de 9 de julho de 1921; n. 3 de 14 de agosto de 1921; n.4 de 30 de agosto de 1921, o que diferenciou esta publicação das demais, foi a sua periodicidade irregular, pois, para os estudantes: O “Lábaro” sahirá quando lhe convier”, sendo uma imprecisão de conhecer a sua coleção completa de números.

QUADRO 16 — Ficha descritiva do Jornal *Labaro* (ano. 1, n. 2, 3, 4, 1921)<sup>28</sup>

<b>ESTRUTURA</b>		
<b>LÁBARO</b>	Sub-títulos, epigrafes	A luz do mundo é o sol; O sol do pensamento é a instrução
	Assuntos recorrentes	Liceu/Cotidiano escolar /Conto /Homenagem /Professor /Jornal/ Conferência /Lazer/
	Anúncios	Não
	Linguagens	Homenagens/Contos/Crônica
	Extensão do texto	Curtos e Longos

Fonte: Elaborado pela autora

<sup>27</sup> O Estudante, São Luís, ano. 1, n. 1, 1915.

O Estudante, São Luís, ano. 1, n. 3, 1915.

O Estudante, São Luís, ano. 1, n. 4, 1915.

<sup>28</sup> Labaro, São Luís, ano. 1, n. 2, 1921.

Labaro, São Luís, ano. 1, n. 3, 1921.

Labaro, São Luís, ano. 1, n. 4, 1921.

Jornal em que localizamos diversas denúncias a respeito da carência de materiais escolares, professores, no Liceu Maranhense. Por sua vez, a linguagem bem clara nos leva a compreender o cotidiano escolar e a situação no qual se encontrava o ensino público maranhense. Estas queixas serão discutidas na sessão subsequente ao nosso trabalho.

QUADRO 17 — Ficha descritiva do Jornal *Labaro* (ano. 1, n. 2, 3, 4, 1921)<sup>29</sup>

<b>DISPOSITIVOS</b>		
<b>LÁBARO</b>	Quais grupos?	—
	Quem escreve?	
	Para quem escreve?	Estudantes e população em geral.
	Corpo editorial	—
	Tipografias	—
	Preço	Não se aceitaram assignaturas. Não se contractam annuncios. \$200 Numero avulso.
	Regulamento, estatuto do impresso.	Não
	Financiamento do jornal	Não
	Endereço	Rua Candido Mendes, nº 45.

Fonte: Elaborado pela autora.

No jornal *Alma Nova* encontramos o ano 1, n. 2 de 7 de setembro de 1929, n.3 de 22 de setembro de 1929, publicado duas vezes ao mês de preferencia em datas do calendário cívico nacional. Toda a correspondência deveria ser dirigida ao secretário da comissão central, Eliud Sousa na rua Sete de Setembro, n. 25.

<sup>29</sup> Labaro, São Luís, ano. 1, n. 2, 1921.

Labaro, São Luís, ano. 1, n. 3, 1921.

Labaro, São Luís, ano. 1, n. 4, 1921.

QUADRO 18 — Ficha descritiva do Jornal *Alma Nova* (ano. 1, n. 2, 3, 1929)<sup>30</sup>

<b>ESTRUTURA</b>		
<b>ALMA NOVA</b>	Sub-títulos, epígrafes	Orgam Estudantal
	Assuntos recorrentes	Caixa escolar/Escotismo/Crítica/Cultura Física/Instrução/Cotidiano escolar/Comemoração/Uniforme escolar/Patriotismo/Importância do estudo/Philantropia/Ensino Superior/Ensino Profissional/Escola primária/ Biblioteca Pública
	Anúncios	Sim
	Linguagens	Homenagens/Contos/Crônica
	Extensão do texto	Curtos e Longos

Fonte: Elaborado pela autora.

Este jornal possui uma característica da década de 1920, quando discute assuntos a respeito da aplicabilidade dos princípios liberais em nosso estado, a igualdade e ensino de qualidade ao povo, bem como, ideias ou concepções que circulavam neste período, tais como: higienismo, educação física, ou até mesmo projetos extra-classe que para eles deveriam ser adotados no estado, como o movimento do escoteirismo brasileiro.

QUADRO 19 — Ficha descritiva do Jornal *Alma Nova* (ano. 1, n. 2, 3, 1929)<sup>31</sup>

<b>DISPOSITIVOS</b>		
<b>ALMA NOVA</b>	Quais grupos?	Orgam Estudantal
	Quem escreve?	Eliud Sousa
	Para quem escreve?	Estudantes e população em geral.
	Corpo editorial	Secretário da comissão central: Eliud Sousa
	Tipografias	—
	Preço	
	Financiamento do jornal	Sim
Endereço	Rua sete de setembro, n.25	

Fonte: Elaborado pela autora.

<sup>30</sup> Alma Nova, São Luís, ano. 1, n. 2, 1929.

Alma Nova, São Luís, ano. 1, n. 3, 1929.

<sup>31</sup> Alma Nova, São Luís, ano. 1, n. 2, 1929.

Alma Nova, São Luís, ano. 1, n. 3, 1929.

No jornal *Sangue Jovem* encontramos o número de 17 de novembro de 1930. Este jornal circulou duas vezes por mês e toda correspondência deveria ser dirigida á rua José Augusto Corrêa n. 84.

QUADRO 20 — Ficha descritiva do Jornal *Sangue Jovem* (ano. 1, n. 17, 1930)<sup>32</sup>

<b>ESTRUTURA</b>		
<b>SANGUE JOVEM</b>	Sub-títulos, epígrafes	—
	Assuntos recorrentes	Política/Mocidade/Anúncios/ Utilidade da imprensa/Poesia/Concursos/
	Anúncios	Sim
	Linguagens	Homenagens/Contos/Crônica
	Extensão do texto	—

Fonte: Elaborado pela autora.

Este periódico já caminha para outro movimento do final da primeira república, a revolução de 1930, que consistiu num golpe político, retirando do poder as oligarquias do Estado de São Paulo e Minas Gerais, por sua vez, assumindo um político Gaúcho chamado Getúlio Vargas em 3 de novembro de 1930 sob o Governo Provisório. Desse modo, esta publicação nos leva a compreender a evolução dos argumentos estudantis, diferenciando-se daqueles produzidos anteriormente, pois, obtém um caráter político mais acentuado.

QUADRO 21 — Ficha descritiva do Jornal *Sangue Jovem* (ano. 1, n. 17, 1930)<sup>33</sup>

<b>DISPOSITIVOS</b>		
<b>SANGUE JOVEM</b>	Quais grupos?	Orgam Estudantal
	Quem escreve?	Diretor _ M. Barros da Silva Gerente _ B. Rabello
	Para quem escreve?	Jovens, crianças, população em geral.
	Corpo editorial	Diretor _ M. Barros da Silva Gerente _ B. Rabello
	Tipografias	—
	Preço	—
	Regulamento, estatuto do impresso.	Não
	Financiamento do jornal	Sim
	Endereço	Rua José Augusto Corrêa n. 84.

Fonte: Elaborado pela autora.

<sup>32</sup> Sangue Jovem, São Luís, ano. 1, n. 17, 1930.

<sup>33</sup> Sangue Jovem, São Luís, ano. 1, n. 17, 1930.

Após caracterizarmos os títulos estudantis em suas estruturas e dispositivos de maneira isolada, identificamos como cada jornal se apropriou de maneira diversificada em seus diferentes tempos e espaços. Se realizarmos o processo de comparação entre os periódicos visualizamos as permanências e desvios das práticas estudantis. Deste modo, o quadro a seguir demonstra em comparação entre os títulos.

QUADRO 22 — Comparativo entre os Jornais Estudantis

JORNAL	O EXCELSIOR (1914)	O CANHOTO (1912-1914)	ALMA NOVA (1929)
<b>ESTRUTURA</b>			
<b>Sub-títulos, epígrafes:</b>	<u>Orgão</u> da Sociedade Estudantal <u>Benedicto</u> Leite	<u>Orgão</u> de uma associação estudantal/ De canhoto não tem nada, é bem direito até (d'O <u>Martello</u> ).	<u>Orgão</u> da Sociedade Estudantal Machado de Assis
<b>Assuntos recorrentes:</b>	Homenagem/Conto/Cotidiano escolar/ Religiosidade/Reformas Educ./Viagem para formação/Publicação de moços	Religião/Aulas noturnas/Cotidiano escolar/ Poesia/Datas cívicas/Censura/ cotidiano da cidade/Instrução/Conto/Homena gem/Livros/Nacionalismo/Respos ta a leitores/Mulher/Moral- valor/Crítica literária	Importância do estudo/ Nacionalismo/ Sociedade Estudantil/ Notícias/Espaço de Sociabilidade/ Conferências/Homenagens/ Política/Professor/Natalício/Per muta jornais/ Religião/Anúncios
<b>Anúncios:</b>	Não	Sim	Sim
<b>Linguagens:</b>	Homenagens/Contos/Crônica	Diversificada.	Homenagens/Contos/Crônica
<b>Extensão do texto:</b>	Curtos e Longos	Curtos e Longos	Curtos e Longos

A partir deste quadro, percebemos as permanências e diferenças entre os periódicos estudantis, em relação aos assuntos mais recorrentes entre eles, a necessidade de financiamento quando aderiam aos anúncios de produtos em suas folhas. Tendo como estrutura, as diferenças na forma de se organizar enquanto linguagem mais bem elaborada ou coloquial.

Nesta perspectiva, a caracterização dos periódicos estudantis, nos proporciona um entendimento da evolução dos assuntos, discursos e ideias, que será discutido nas próximas sessões:



## 2.3 Os discursos recorrentes nas produções estudantis

Os assuntos recorrentes entre os jornais estudantis nos proporcionam perceber as maneiras de pensar, de se comunicar e a necessidade de ser ouvido no cenário da imprensa jornalística, o que nos possibilita a investigação dos discursos juvenis, na medida em que, categorizamos as notícias com a finalidade de compreender a relevância das escritas dos estudantes nas folhas ou nos jornais numa arena concorrida por profissionais jornalistas e de como conseguiram se manter, apesar de algumas folhas estudantis tivessem vida efêmera e outras sobreviviam nos máximo até três anos de publicação. Nesta medida, extraímos os assuntos recorrentes nas publicações liceístas.

### 2.3.1 Editorial de abertura

Os editoriais de abertura são pequenas apresentações do que seriam as finalidades e funções dos jornais estudantis. As finalidades das publicações tem a intenção de alcançar o ápice do estudo, anarquizar o analfabetismo e desenvolver a instrução pública. As funções tendem à caracterização de um grupo, podendo identifica-los com a função de contribuir para o desenvolvimento pessoal e da sociedade maranhense. O jornal *O Brazil* é dirigido por estudantes, dos quais se esperam não só “[...] dos seus amáveis colegas como do público em geral, que, vendo o gosto que temos para a carreira jornalística, devem ajudar nos para que no futuro e patria de João Lisboa e outros possa contar com escritores iguaes a eles” (O BRAZIL, 1907, p. 2).

Ideais da contribuição literárias são muito recorrentes em suas finalidades, bem como, os preceitos de moralidade e civilidade que permeiam os discursos dos jovens no jornal *O Progresso*: “Caros amigos — O progresso é um jornal completamente independente, somos crianças, mas o nosso pequeno jornal pode ser apresentado perante qualquer família, por que será completamente moral, devemos nos esforçar para a moral publica e não salientar a imoralidade no nosso estado” (O PROGRESSO, 1907, p. 1). Conceitos fortemente apregoados e reforçados na primeira república brasileira, aliados com os de ordem e progresso.

Outras finalidades dos jornais seriam adentrar no cenário da imprensa com a finalidade de “progredir, resistindo, com intrepidez, os escolhos que tolhem a

nossa marcha evolutiva, este orgam da sociedade estudantal Machado de Assis sente-se com forças para lutar pelas letras e galgar o cimo da escada do progresso” (O ESTUDANTE, 1915, p. 1). Os objetivos destas publicações possibilita identificar os primeiros passos destes jovens para a formação de carreiras despertando os interesses em contribuir para o desenvolvimento do Maranhão, isto pode ser reafirmado no jornal *O Canhoto* quando afirma que:

Funda-se a esperança desse futuro na dedicação desses moços ao progresso da instrução, eflúvio doce e vivificante que perpassa por nossa alma, dedicação esta de engrandecer a nossa querida pátria. Avante com o trabalho, pois é ele de origem nobre, se seus efeitos se fazem sentir em cada um de nós, por entre os menores atos de nossa vida no seio da sociedade inteira (O CANHOTO, 1913, p. 1).

A possibilidade de circulação dos periódicos auxiliava na divulgação dos ideais e preceitos dos jovens que por sua vez ganhavam notoriedade no interior e exterior dos muros da escola, assim destacamos o jornal *Alma Nova* (1929), quando afirma que em varias escolas professores e alunos fizeram espontaneamente a propaganda escolhida por eles. “De colegas, mestres e intellectuaes receberam os que aqui trabalham palavras de incinamento e aplauso. Parece que impressionou os espíritos sadios o desassombro com que expomos nossas idéas, o nosso horror ao engrossamento e á mentira” (ALMA NOVA, 1929, p. 1). As vozes faziam ressoar no cenário maranhense marcado por uma crise econômica, a turbulência no cenário politico e muitos aspectos, entre eles, o grande índice de analfabetismo, que incitavam aos discentes a procurarem caminhos férteis para as próximas gerações; argumento que foi utilizado pelo jornal *A Inubia*, na medida em que “representa um grito de alarma, um apelo, um apelo a todos, uma vibração que nós, moços, queremos que se propague até o futuro, de geração a geração” (A INUBIA, 1914, p. 1). Os estudantes de maneira geral acreditavam que para se fazer um futuro prodigioso deveriam se basear em três conceitos: na instrução, na civilidade e por último no patriotismo, assim alcançariam a ordem e progresso.

A mocidade cabe a maior tarefa, e é por isso que a mocidade maranhense, toca rebate, para reunir num esforço unico todos os esforços, num pensamento único, todos os pensamentos, em um unico ideal, todos os ideaes, para agir, para marchar, vencendo obstaculos, corajosa e forte, na senda larga que se termina na vitoria, e que culmina o progresso e o dezenvolvimento intelectual (A INUBIA, 1914, p. 2).

Os discentes em suas apresentações objetivavam metas em comum, sempre preservando os bons costumes na tentativa de ajudar na educação e progredir na instrução a luta de ideais com “o apoio moral desta mocidade generosa

e ativa que ali está horando as escolas e educando o caracter na lucta por ideaes” (SANGUE JOVEM, 1930, p. 1). Juntamente com a necessidade de continuar nas tradições literárias do estado, “move-os o espírito de continuidade, de tradição, sob cujos auspícios se tem desenvolvido a nossa intelectualidade: esse [...] na guarda do belo renome na terra, na admiração dos vultos da passada vida literária maranhense” (EXCELSIOR, 1914, p. 1). O jornal *Labaro* (1921, p. 1) afirmara que as “noções de sciencia, arremedo de literatura, respigos de historia, tudo isso [procurariam] esboçar”.

### 2.3.2 Sociedades Literárias e Estudantis

Os estudantes se agrupavam em Uniões, Clubes, Associações ou Sociedades. A diferença entre os grupos estudantis para as sociedades literárias podem ser vistas no jornal *O Canhoto* (1912), quando o mesmo se inicia como grupo estudantil e, enquanto estavam inseridos no contexto escolar do ensino secundário, autodenominando-se de crianças ou jovens, representando somente uma categoria. Todavia, no mesmo periódico ocorre uma transição ou amadurecimento do órgão da imprensa, quando se formam no Liceu Maranhense e ampliam o grupo de discentes para uma sociedade literária denominada Barão do Rio Branco; ou seja, “em 1912, mais ou menos foi então organizada sob os incansáveis esforços de alguns associados de *O Canhoto* a Sociedade Literária Barão do Rio Branco, continuando aquele jornalzinho como seu órgão literário” (REVISTA MARANHENSE, 1917, p. 85), sendo as diferenças de uma para outra, devidamente observadas nas medidas que criam estatutos da sociedade literária e do jornal.

Além disso, a simpatia que este periódico ganhou com a sociedade maranhense é evidenciada na quantidade de números que o jornal possuiu, e que a organização em sociedade literária e o amadurecimento dos jovens nas formas de persuadir o leitor e organizar as colunas revelam um crescente quantitativo nas tiragens do periódico, que, somente troca de nome, “do periódico *O Canhoto* para *O Ateniense*, [continuando] a ser publicado, porém com alguma irregularidade, [...] justificado pelas dificuldades que encontramos nesta capital” (REVISTA MARANHENSE, 1917, p. 84), pois, pretendiam contribuir para o desenvolvimento da Atenas Maranhense unindo outros grupos estudantis em uma mesma liga em prol dos assuntos da instrução e literária.

Havíamos morrido...

Mas, julgamos, que tal contrasenso. Não encontrou, apoio na opinião dos nossos leitores. De fato; pois hoje resurgimos em formato maior, com o espírito mais aperfeiçoado e com mais força, para como dissemos no programa traçado no 1º numero : contra os espíritos zombeteiros, invejózos e pretenciozos, lutarmos em prol do progresso. [...] O “Canhoto”, pertence agora, não à uma associação de estudantes, mas á um grupo de rapazes amantes do progresso e das letras (O CANHOTO, 1913, p. 2).

As atividades das sociedades literárias eram as conferencias, as reuniões e os salões de leituras, as festividades e as homenagens aos seus patronos, o *Excelsior* (1914) relatou o dia de posse da presidência da sociedade Barão do Rio Branco: “Tomou a presidencia o Sr. Joaquim Luz, que nomeou os Srs. Clovis Castro e Almir Cruz para trazerem ao recinto do presidente, Hilton Fortuna, eleitos para este ano, os quais assumiram os cargos, assim como o Sr. J. Luz o de tesoureiro e o Sr. Djalma Vasconcelos o de secretario” (EXCELSIOR, 1914, p. 2). Esta sociedade literária publicou em seu periódico o seu estatuto:

Art. 1º

*A sociedade e seus fins*

Fica constituída uma sociedade jornalística, com titulo acima, tendo por organ um periódico do mesmo nome que circulará duas vezes por mez.

- 1º- esta sociedade, é composta de 20 socios fundadores e tantos afetivos quantos forem propostos e aclamados.
- 2º destes socios serão, por eleição nomeados 2 para durante um ano exercerem as funções de: Redator-chefe e tezureiro, podendo ser reeleitos.
- 3º só será admetido sócio, rapaz decente, que tenha habilitação para jornalismo.
- 4º se o redator chefe, o tezureiro ou ambos, forem em sessão acusados como infrator ou infratores de qualquer dos artigos, será ou serão substituídos.
- 5º a sociedade, terá um “conselho julgador” composto de trez sócios que julgará os atos da diretoria, as propostas de admissão e demissão de sócios, quando seja preciso.

O jornal *A Inubia* (1914), órgão da União Estudantal “Silvio Romero” circulou uma vez em 1914 (REVISTA MARANHENSE, 1917). Em suas publicações relatam a solenidade de abertura da União no salão de honra do Liceu Maranhense, “O salão ornamentado com simplicidade e bom gosto, regorjitava de senhoritas, cavalheiros, e representantes das diversas classes sociaes. As nove horas e meia, deu se inicio aos trabalhos” (A INUBIA, 1914, p. 3), falaram as liceístas: Cotinha Mora, Faraildes Campelo e os liceistas Bendito Ferreira, Almir Braga, José Monteiro, Emiliano Macieira, sendo o orador oficial Erson Souza. Festividades que envolviam os professores, as autoridades locais e conclamavam a juventude a continuar com

os grupos. Como representante dos professores Antônio Lobo discursou incentivando a mocidade a progredir.

A Sociedade Estudantal Machado de Assis foi inaugurada em 1914 e publicou na imprensa quatro vezes o jornal *O Estudante* (REVISTA MARANHENSE, 1917). A solenidade de igual modo, foi aberta pelo Presidente honorário professor Domingos Machado, catedrático de português do Liceu Maranhense, que empossou a diretoria eleita; posteriormente foi dada a palavra ao orador oficial o Sr. Astrolábio Caldas, o qual proferiu um brilhante discurso que foi muito aplaudido. Encerrada a sessão pelo presidente eleito Henrique Guimarães, que leu um discurso adequado ao ato, seguiu-se animado sarau dançante, que se prolongou até a alta noite, reinando sempre franca animação, e intensa cordialidade.

O seu quadro social, é atualmente, o seguinte: honorários, Dr. Antonio Batista Barboza de Godois, Prof. Domingos Afonso Machado e Jose Nascimento de Moraes, Benemérito, Hercules Caldas; fundadores Lauro Lima, Astrolábio Caldas, Olimpio Lima, Raul Viana, Oscar Carvalho, João Palácio, Jose Ribamar de Padua Fortuna, Pedro Belo, Antonio Sodre; João Rodrigues, Clodomir Pinheiro Costa, Clovis Raiol, [...] Torres Rapozo, [...]. (O CANHOTO, 1913, p. 3).

Posteriormente, o Sr. Presidente nomeou: tesoureiro, a Astrolábio Caldas; redator, a José Fortuna e a diretor do teatro, Raimundo Belo. Realizavam conferências, uma delas sobre *Os apuros de uma festa estudantal* pelo sócio Astrolábio Caldas; *A 2ª e 3ª sobre o meu diário*, pelo sócio José Fortuna; *A 4ª sobre as conferências*, pelo poeta sócio Lauro Lima e *A 5ª sobre o esquecimento*, pelo sócio Evandro Rocha. Observamos que os estudantes socializavam informações entre si e participavam das solenidades de ambas as Uniões ou Sociedades, representando cada um a sua sociedade de origem, discursavam em solenidades de aberturas, proferiam conferências, todavia, depois de criadas se desanimavam e faziam suspender as atividades,

Agora vou deixar-vos inteiramente conhecedores do motivo da pouca duração das sociedades, caso o leitor não esteja acostumado do movimento destas. Hoje funda-se aqui uma sociedade, convida-se uma meia dúzia de rapazes. Fazem-se reuniões, propõem-se novos sócios, determinam-se dia e hora para instalação, faz-se logo contribuição para instalação, trata-se da comissão para se encarregar dos festejos e do programa. Finalmente, é chegada a hora, da instalação (REVISTA MARANHENSE, 1917, p. 85).

Organizavam os Salões espalhavam os escudos das sociedades, destacavam a bandeira nacional ou inauguravam o retrato do patrono. Abre-se a sessão, discurso dança, etc.. Isto indica o cotidiano das sociedades, como

organizavam as solenidades. O fato curioso nestas organizações seria o entusiasmo por criar os grupos fundavam várias ao mesmo tempo com os mesmos festejos, na revista maranhense um artigo definiu que: “os sócios daquela quase os mesmos desta” (REVISTA MARANHENSE, 1917, p. 85) depois de fundadas vinha a publicidade de um jornalzinho, e depois a desanimação geral entre os sócios. Observamos que os jovens partícipes destes movimentos literários possuíam poder aquisitivo, visto que, a possibilidade de aderir ao mesmo tempo das sociedades ensejava certa posição econômica.

### 2.3.3 Circulação e permuta dos jornais estudantis

Os jornais se comunicavam entre si, na medida em que, permutavam os seus números com outras redações, publicando notas de boas vindas, reconhecendo a circulação das folhas e, por último, chamando a atenção dos leitores para a compra dos números. Há de se destacar que estas formas de fazer circular as publicações podem ser pensadas como táticas de apropriações em detrimento das imposições financeiras que os surpreendiam, como imprimir um quantitativo grande de tiragens e se manter por um período superior a um ano de existência. As formas de circulação presentes no jornal *O Brazil* (1907), nos indica a comunicação realizada com *A Revista Typographica* (1907), recebendo “[...] o primeiro numero desta, que ha bem poucos dias começou a circular nesta capital. Ao novo collega desejamos um illimitado numero de anos” e “Temos sobre a nossa meza de trabalhos os ns. 3, 4, 5 e 6 d’O Progresso, os quaes agradecemos aos seus dignos redactores”. Notamos que era muito comum a comunicação entre jornais de outros estados e até mesmo com os internacionais. No Jornal *O Estudante* (1915) encontramos as permutas com:

Os caros colegas: a cidade de são Paulo, o rubi, o alto-purus, o arrebol, o anapuru, a gazeta, o irará, o lírio, o carasinho, o reformador (revista), o condor, o norte, os simples, o itabuanense, o jornal baptista, os anaes (revista), a taca, a tesoura, a pátria, a vontade e a cultura alemã (revista) (O ESTUDANTE, 1915, p. 2).

Além de receber visitas de outros lugares, eles em seus tempos de férias realizavam excursões com o fim de “abraçar os seus amáveis colegas, cujas visitas muito os agradece o estudante” (O ESTUDANTE, 1915, p. 2).

No jornal *O Progresso*, observamos a acolhida dos jornais mais influentes no cenário da imprensa maranhense, como no caso da *Pacotilha* (1907): “agradecemos as nossos colegas a pacotilha e a imprensa pelas maneiras delicadas com que fomos acolhidos, enviando-nos phrases animadoras que nos encorajam a proseguirmos na tarefa que empreendemos, e estamos com maior entusiasmo”. No jornal *O Canhoto* (1912), por sua vez, adotava o sistema de permutas:

De Pernambuco, recebemos ‘O Despertar’, periódico que se publica na cidade de Palmares e ‘A Lanceta’ que incontestavelmente é uma das melhores folhas humorísticas do norte. Demasiadamente apreciamos a leitura desses colegas e com indizível satisfação permutaremos. Recebemos o n. 1 do ‘Labor’ orgam de alunos do colégio S. Francisco de Paula e recebemos a ‘União’, orgam hebdomadário da ‘União Caxeiral Caruareense’ de Pernambuco. Muito temos a agradecer as lisonjeiras referencias a nosso respeito. –Temos entre nossas permutas, 2 numeros do ‘O Popular’ que se publica na Parnahyba e obdece a sabia direção de Americo Ribeiro (*O CANHOTO*, n. 12, p. 2).

Além disso, as formas para persuadir os seus leitores e fazer circular os números seriam nas escritas de pequenos contos ou anedotas sobre situações cotidianas: “Pedro: o que tens João? João: estou aborrecidíssimo da vida. Pedro: sabes qual é o remédio para isto? João: não sei, não. Pedro: é a leitura do progresso. João: muito obrigado, muito obrigado e até logo que vou já comprar um número para distrahir-me” (*O PROGRESSO*, 1907, p. 1).

#### **2.3.4 Crítica/ Crônica**

As crônicas produzidas pelos discentes discorriam desde a arte de escrever até os aspectos que envolviam as políticas e pessoas contrárias a suas produções. Os conteúdos das crônicas são pequenos textos com acontecimentos do cotidiano dos autores. As críticas aos que escreviam, eram ferrenhas e publicavam as respostas em formatos de crônicas:

Aconselho-te também que, quando escreveres, penses um pouco, deixes a produção para corrigir no dia seguinte, quando estiveres mais calmo, com as idéas mais aclaradas. Toma o meu conselho e verás quanta coiza retocarás, quantos disparates eliminarás. [...] Melhor seria que, calmo e refletido como o extinto papa, não desses a publicidade, com tanta precipitação, os tens artigos, pois com isso fazes um mal enorme: enfastias uma população inteira com os teus vomitórios (*O CANHOTO*, 1912, p. 2).

Os aspectos mais relevantes para eles seriam uma boa escrita de acordo com as normas padrões da língua portuguesa e que não dispensavam nenhuma crítica quando observavam erros ortográficos “os escritores, pouco, inteligentes, não se deverão aproveitar dos tipógrafos, que tiverem de compor seus artigos, para

distribuir a pontuação nos logares que julgarem competentes” (O CANHOTO, 1912, p. 2). Estes aspectos eram requisitos mínimos para aqueles que perseguiram na carreira jornalística ou literária.

### 2.3.5 Aniversários/ Homenagens

Cumprimentavam entre si, as professoras normalistas, os lentes do Liceu Maranhense, as pessoas influentes da sociedade maranhense, além de incentivar àqueles que escreviam juntos nas mesmas redações. Em relação às homenagens, por sua vez, os professores eram representantes de uma autoridade máxima aos estudantes e que necessitavam serem seguidores dos seus exemplos, para aqueles que almejavam postos na vida literária ou somente pelos exemplos de bons cidadãos.

QUADRO 23 — Aniversários nos Jornais Estudantis.

A INÚBIA	O PROGRESSO	O BRAZIL
<p>A 22 de setembro a gentil senhorita Nadina Assis, dileta filha do sr. José Semião de Assis chefe da sessão de Obras Graficas da Imprensa Oficial.</p> <p>A 26 do mesmo, o professor Raimundo Lopes da Cunha, lente de Corografia e Historia do Brazil, do Liceu Maranhense.</p> <p>A 5 de outubro, d. Analia Gulhermina da Costa, professora normalista.</p> <p>A 12 do mesmo, o estudante Benedito Ferreira, tesoureiro da União Estudantal «Silvio Roméro».</p> <p>A 13, a professora normalista, d. Zuleide Bogéa.</p> <p>A 19, a professora normalista d. Romilda Freire.</p> <p>A União Estudantal «Silvio Roméro», se faz representar, a todos, os quaes fazem parte do quadro social, exceto o primeiro e segundo.</p> <p>Faz a 5 do corrente, o interessante menino Geraldo, filho do nosso</p>	<p>Completa amanhã treze primaveras o nosso companheiro de redação Luiz Raimundo Correa de Faria. Podemos dizer que Luiz Faria, pela sua idade, é um menino inteligente, não só por ter iniciado a seguir a carreira jornalística e mesmo porque ainda não teve um menino no nosso estado que tivesse uma vocação brilhante, como a de Luiz Faria.</p> <p>O nosso companheiro é pequeno no tamanho, mas é grande na inteligência, se dissemos assim porque contamos nas nossas fileiras com um combatente forte para enfrentar o analfabetismo.</p> <p>Prossegue a tua carreira, amiguinho, que mais tarda verás o teu nome laureado como os dos nossos mestres: Edmundo Bittencourt, I. Xavier de Carvalho, José Barreto e outros.</p>	<p>Fazem annos n'esta semana:</p> <p>Dia 21 – o Exmo. Sr. D. Francisco de Paula e Silva, illustrador do Bispo da nossa Diocese.</p> <p>Dia 22 – O nosso amigo, Sr. Flavio Góes dos Santos, hábil empregado da Agencia Novo Lloyd Brasileiro.</p> <p>- O jovem Raymundo Mattos applicado alumno do Lyceu Maranhense.</p> <p>Congratulações.</p>



amigo Odilon Melo. «A Inubia» deseja-lhe felicidades.		
--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesta perspectiva, o jornal *O Excelsior* (1914) destaca a figura de Antônio Lobo, autor de *Os novos atenienses*. Para eles a figura de Lobo foi uma das mais marcantes na vida intelectual maranhense.

Através de suas publicações na Revista do Norte revelou-se escritor, publicando: *A Carteira de um Neurastenico* (romance); *Pozitivismos e Microbios* (estudo biológico); *A doutrina transformista e a variação microbiana* (idem); *Os novos atenienses* (crítica literária), e *Pela rama* (crônicas) (EXCELSIOR, 1914, p. 2).

A presença de Antônio Lobo no cotidiano dos jovens era importante, o professor participava das reuniões das sociedades literárias, incentivava na produção dos jornais e perpassava os ideais que influenciavam os mesmos no modo de pensar numa sociedade por meio da ordem e progresso. Literário participativo na vida da juventude que para eles representava “não deixa de se impor sempre como a figura mais completa da nossa vida mental” (EXCELSIOR, 1914, p. 1).

O jornal *A Inubia* (1914) destacou a figura do professor Silvio Romero. Historiador, crítico, jurista, filósofo, professor, polemista e patrono da sociedade estudantil, que lhe prestaram homenagem afirmando que era um exemplo de “Mestre guapíssimo das nossas letras, [...] dos que recebem de braços abertos os moços que se armam cavalheiros, para a nova cruzada da cultura. Amigo da mocidade, sentiam-se bem a seu lado, despido das altas insígnias que lhe conferiram o talento e estudo” (A INUBIA, 1914, p. 2).

Outro professor aclamado pelos alunos era Domingos Afonso Machado. Para eles era o mestre incansável e por isso manifestavam grande apreço. Realizaram uma solenidade em homenagem a seu natalício e o liceísta José Monteiro proferiu um discurso enaltecendo os méritos do educador maranhense: “temos no professor Machado um vivo espelho de saber e honestidade, cujas pegadas muito prezem aqueles que as seguem” (O CANHOTO, 1914, p. 1). A Sociedade Estudantil Machado de Assis, que o tem como sócio honorário enviou os seus cumprimentos desejando-lhe felicidades (O ESTUDANTE, 1915). O jornal *O Canhoto* (1913, p. 1), lembrou da figura deste professor como “Quazi todo o Maranhão lhe é grato pelos grande serviços a êle prestados, como rejente da cadeira de Portuguez no Liceu. [...] Entre estes, estamos nós que muito o queremos como mestre” (O CANHOTO, 1913, p. 1).

Jamais poderíamos desmentir esses louvores filhos da verdade e inspirados pela boa índole e talento essencialmente dele, pois os artistas da nossa tenda o tiveram por mestre. [...] Participamos outrora dessa imensa leijão de almas que atravessa o vasto deserto da vida onde se defronta o oásis almejado a que chamamos a escola. E o nosso guardião, o luminoso guia dessa jornada, foi o professor domingos machado (O CANHOTO, 1914, p. 1).

A homenagem ao Barão do Rio Branco patrono desta Sociedade Estudantil descrita n' *O canhoto* (1913), “prestaram com ufanía e saudade as nossas homenagens humildes ao nosso querido patrono, ao colossal chanceler, ao diplomata sem rival, ao benemérito brasileiro, ao trabalhador da paz [...]” (O CANHOTO, 1914, p. 1).

Os estudantes Jozé de Ribamar Pereira, Francisco Teixeira Leite, Jozé Maria Fernandes, Nilo Monteiro, Reinaldo Cunha, João Rodrigues de Oliveira, Fernando de Moura Viana e Adalberto Serrão Branco do Instituto Maranhense convidaram a Sociedade Literária Barão do Rio Branco para os festejos em homenagem ao natalício do Dr. Oscar Duarte de Barros, diretor do Instituto Maranhense, “um dos mais acreditados estabelecimento de ensino, onde se ministra, com mestria a educação moderna” (O CANHOTO, 1914, p. 1),

É este o programa organizado pela comissão: as 20 horas, uma conferência literária pelo Dr. Antonio Lopes, as 21, um concerto vocal e musical, onde tomará parte o exímio pianista Dr. Carlos Marques, o violoncelista acadêmico Eneas Costa, o aplaudido tenor Antônio Vivas e o esperançoso barítono amador Jozé do Ribamar Pereira.

Os discentes se agrupavam para prestar homenagens ao poeta maranhense Antônio Gonçalves Dias, que para eles representava “mais que um incentivo, é um exemplo, ou melhor, ainda, é um belíssimo refletor da nossa tão celebrada pujança intelectual” (A INUBIA, 1914, p. 2). Reuniram-se a seguinte comissão promotora dos festejos: presidente, Djalma Fortuna, da Sociedade Literária Barão do Rio Branco; Acrizio Figueiredo da União Estudantal Silvio Romero e José Vieira, do Grêmio Estudantal Rui Barboza.

Até agora, sabe-se que as homenagens constam de uma passeata, a partir da praça João Lisboa, onde tomará parte o governador do estado; o corpo militar, o inspetor e oficiais da guarda nacional; liceu maranhense, escola modelo e demais estabelecimentos públicos estaduais de ensino; Instituto Roza Nina; colejo do Sagrado Coração de Maria; Escola de Aprendizizes Artífices; Externato Rio Branco; Instituto Maranhense; Colejo de Nossa Senhora da Vitória e Instituto Sotero dos Reis, as 16 horas, que se dirijira a Praça Gonçalves Dias (O CANHOTO, 1914, p. 2).

Posteriormente, em frente à estátua de Gonçalves Dias, o professor Antônio Lobo se fez ouvir, foi escolhido unanimemente para ser o orador oficial, tarefa que gentilmente aceitou. Falaram também: Joao Ribeiro, pela Sociedade Rio Branco; Jozé Perdigão, pela Silvio Romero; o Prof<sup>a</sup>. Zuleide Bojea, pelo quadro social feminino da Silvio Romero; o Prof. Raimundo Lopes, pelo corpo docente do Instituto Maranhense; Jozé de Ribamar Pereira, pelos alunos do mesmo instituto; o liceista Joze Pinheiro e o aluno do Externato Rio Branco, Oswaldo Paraizo. Segundo *A Inúbia* (1914): “A festa de hoje, é resultado da confraternização das sociedades ‘Barão do Rio Branco’, ‘Ruy Barbosa’ e ‘Silvio Romero’ que encontraram apoio decidido e franco em sua Exc. O Sr. Dr. Herculano Parga, Governador do Estado” (A INUBIA, 1914).

### 2.3.6 Contos

Os contos escritos por eles ressaltam ideias que gostariam de compartilhar numa linguagem simples e presente no cotidiano. Apesar das histórias fictícias, os conteúdos tem um fundo de interesse em persuadir o leitor ou implantar tal ideia. Por sua vez, n’O Canhoto (1914) o conto que retrata a vida de Jaques um rapaz sonhador de ideais socialistas que admirava a beleza dos campos vastos, onde morava sentia a falta de estabelecimentos fabris que lhe movimentasse a vida. Desse modo, como forma de solucionar seus problemas, imaginava que se fosse rico construiria estabelecimentos de instrução, desenvolveria a indústria, impulsionaria enfim, tudo, o referente ao engrandecimento daquela terra, porém era pobre e nada podia melhorar, ou seja, se questionava sobre “quando os homens compreenderam o que é a vida dos pobres, talvez isto melhore, mas em que tempo será?” (O CANHOTO, 1914, p. 2), debatendo-se sobre a importância do estudo, a sobre necessidade dos pobres estudarem em prol do desenvolvimento do lugar onde ele vivia.

Estas pequenas histórias remontam para os desejos que os estudantes queriam propagar à população em geral, observando-se n’O Canhoto (1914), quando denuncia os males que o consumo de álcool causa na vida de um ser humano, tenho transformado o maior numero de homens em brutos: “[...] tenho feito milhões de lares infelizes. Tenho transformado muitas vidas jovens e esperançosas em abjetos parasitas. – destruo o fraco, e faço o forte fraco. Eu sou Alcool”. A

necessidade do desenvolvimento intelectual de acordo com a história sobre as escolas se une com a concepção desta última, na medida em que, para conseguir alcançar o ápice dos estudos, neste período eles acreditavam que a mente e o físico teriam que estar em harmonia, entrando os discursos sobre a higiene mental e física, civilidade e moralismo.

### **2.3.7 Moral, Civilidade e Nacionalismo**

A moral no contexto da primeira república brasileira adentra os domínios da cultura, da educação, da tradição e do cotidiano, sendo compreendida como um conjunto de regras que orientam o comportamento humano dentro de uma sociedade. O significado de moral etimologicamente, deriva do latim “Morales”, cujo significado é “relativo aos costumes”. Nesta perspectiva, os alunos preservavam os preceitos em ordem com a moral, na medida em que, debatiam sobre os aspectos que os irritavam sobre o costume: “[...] com os rapazes que não seguem a moda; - com certas moças de fabricas que bem café na garrafa; - com os rapazes que não uzam collarinho postiço; - com os cachimbos dos velhos; - com as mercearias que levam abertas até depois de 9 horas da noite” (O BRAZIL, 1907, p. 2).

Os bons costumes são argumentos muito utilizados na medida em que remetem ao cotidiano da família. O jornal *O Progresso* (1907) relatou um exemplo de um homem que lutou com grande afinco a fim de criar, educar, instruir e colocar seus filhos, e estes depois de servidos, deu o desprezo. O jornal fez um alerta para o fato de que deviam tratar os pais com dignidade para que não fossem tão desconhecidos e ingratos (O PROGRESSO, 1907).

Os discursos de moral e civilidade perpassavam o de nacionalismo, pois não haveria progresso se não existissem cidadãos honestos seguidores das regras e amadores da pátria, “porque o homem que observa os postulados da consciência moral e cívica cultiva o patriotismo” (O ESTUDANTE, 1915, p. 1). A identidade nacional estava sendo construída, impulsionados com a recente implantada república e pela influência dos fatores externos, os estudantes discutiam sobre os acontecimentos históricos imbuídos de sentimentos patrióticos; ou seja, pensavam que “se houvesse uma guerra do Brasil com outro paiz, [se] alistariam para defender [a] pátria” (O ESTUDANTE, 1915, p. 1). Para eles o patriotismo não podia ser demonstrado somente na guerra, mas, cumprindo os seus deveres, observando as

leis que regiam o país. De igual modo, aquele que estuda para engrandecer a pátria seria um patriota, contribuindo para a manutenção da ordem e para a continuidade do progresso.

A política delineava os discursos que permeavam o Brasil republicano e a população em geral acompanhavam os fatos sem distinção de classes sociais, já que as discussões entre “[...] duas cozinheiras, uma conhecida por Anastácia e a outra por Almerinda” (O ESTUDANTE, 1915, p. 1), que comentavam sobre política e sobre as passeatas, foram despedidas pela patroa quando descobriu tais conversas nas dependências da casa (O ESTUDANTE, 1915, p. 1). As emergências estavam postas na sociedade, a ideia de progresso ganhava espaços para as conversas corriqueiras, as fraudes políticas dos coronéis corriam as cozinhas e faziam circular naturalmente; ou seja, “não [havia] em um recanto brasileiro, atualmente, quem não falle constantemente em política, ficando este um tanto semelhante a guerra que todos discutem” (O ESTUDANTE, 1915, p. 1).

### **2.3.8 Religião**

Os preceitos religiosos podem ser destacados nos jornais com a chegada dos bispos, as felicitações das festas natalinas e os anúncios sobre as festividades religiosas. No jornal O progresso (1907), registravam que tinham “[...] o prazer de noticiar a chegada, hontem, do Exm<sup>o</sup>. Sr. D. Francisco de Paula e Silva, Bispo diocesano do Maranhão” (O PROGRESSO, 1907, p. 1).

### **3 AS REPRESENTAÇÕES DOS LICEÍSTAS SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA MARANHENSE**

Os periódicos estudantis se configuram como um instrumento onde são expressas denúncias; discursos que podem ser identificados pelas táticas de apropriações — rompimentos dos códigos, padrões e sentidos compartilhados socialmente. Apesar de sofrerem imposições dos métodos, das normas e das regras escolares, os alunos conseguiam responder às submissões que imperavam sobre eles, na medida em que observamos as relações de poder estabelecidas nos jogos de conflitos e nos interesses destes grupos sociais. Deste modo, a partir das notícias nos jornais pretendemos traçar um perfil destes escritos, a fim de compreender como os alunos do Liceu Maranhense no período em foco se apropriaram das normas e dos padrões impostos no ensino secundário.

Nesta perspectiva, estes conflitos no contexto escolar podem ser analisados conforme as relações existentes entre os indivíduos; ou seja, cada grupo social pretendendo legitimar a sua opinião ao questionar por meio da imprensa “o porquê” das medidas governamentais ou institucionais em operação, configurando-se o jornal este um instrumento de ação. Desta forma, é relevante identificar as necessidades que os fizeram reivindicar nestes suportes as carências de materiais, a implantação dos métodos, a filantropia, as normas de moralidade e civilidade, entre outros. Vale ressaltar que, a essência desses periódicos transitava entre a literatura e o cotidiano. A primeira, devido à formação dada pelo ensino secundário, os alunos terminavam o curso recebendo o diploma de bacharel em letras e ciências e, como forma de contribuir para a literatura ludovicense, escreviam poemas, poesias, sonetos, contos e fábulas, no intuito de exercitar a prática da escrita. A segunda diz respeito aos assuntos que presenciavam na cidade, a exemplo das posturas morais e cívicas da população, dos acontecimentos históricos, das reuniões literárias, concursos de beleza e na escola, ao escreverem críticas sobre os professores, as disciplinas, as reformas e os hábitos, entre outros.

Desse modo, se identificarmos as relações existentes entre o Estado e as instituições escolares, entre as instituições escolares e os funcionários públicos (professores, administrativo), entre os professores e os alunos percebemos que de um lado, as estratégias de imposição demandam certa autoridade a aqueles que sofrem estas regulações, mas que por meio de suas táticas de apropriações

conseguem adentrar nos conflitos de forças. Estes conceitos de estratégia e tática tomados de Michel de Certeau (1990) servem como embasamento para a análise dos discursos nos jornais estudantis, que tem na estratégia uma ação que necessita de um lugar próprio, sendo “[...] a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade” (DE CERTEAU, 1990, p. 99). A partir destes estudos, lançamos um olhar a o que é exterior à escola; neste caso, as relações sociopolíticas, as correntes ideológicas, as ações do Estado, entre outros. Por outro lado, a ideia de tática leva à interioridade, tornando a necessidade de: primeiro identificar as estratégias, definindo táticas como,

[...] A ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha (DE CERTEAU, 1990, p. 99).

Enquanto as estratégias são capazes de produzir e impor; as táticas permitem utilizar, manipular e alterar algo, que em nosso estudo, trata-se das denúncias estudantis feitas em seus periódicos a respeito das imposições advindas de vários contextos, entre eles: normas e regras escolares, leis e decretos, métodos e exames, reformas educacionais e a falta de recursos; aspectos estes que se configuraram no início do período republicano brasileiro. Os grupos de alunos tinham posições distintas sob os respectivos temas; apropriações individuais que nos aproximam da realidade a ser discutida, considerando o que foi regulamentado e as ações que se praticaram no âmbito escolar. Portanto, as pesquisas realizadas por entre as páginas dos jornais nos conduzem a compreender as representações estudantis que por meio dos vestígios identificados nas suas notícias procuramos decifrar as intencionalidades de cada periódico, partindo dos diferentes títulos.

Nesta perspectiva, os indícios detectados apontam que as estratégias do Estado na trajetória da educação brasileira acarretaram uma espécie de desagregação do sistema nacional; níveis de ensino que não se articulavam entre si, não garantindo a continuidade do ensino primário para o ensino secundário e impossibilitando a afirmação de um sistema capaz de suprir as necessidades de instrução da sociedade. Conforme afirma Fernando de Azevedo (1958, p. 568), “a educação teria de arrastar-se, através de todo o século XIX, inorganizada, anárquica, incessantemente desagregada”, instaurando lacunas estruturais no

ensino, bem como, a falta de recursos financeiros para a construção de escolas, a remuneração condigna e a preparação de professores,

O precário sistema de tributação tornava a falta de recursos um crônico empecilho para qualquer realização, seja a construção de escolas, seja a preparação de mestres, ou a sua remuneração mais decente. Por isso, não era boa a qualidade do ensino, com professores improvisados, incompetentes e, devido aos baixos salários, obrigados a se dedicar a outras atividades ao mesmo tempo (ARANHA, 20016, p. 224).

O percurso histórico educacional brasileiro, notadamente marcado pelo descompasso entre a demanda social de educação e a qualidade do ensino desenvolvido no âmbito escolar, expressa o nível de descontinuidade administrativa tradicional, num país que culturalmente tem sua história marcada por interesses conservadores e, conseqüentemente, por um modelo educacional elitista e excludente (CASTRO, 2009). Neste caso, a educação sendo improvisada e arranjada pelo Estado, não garantiu a qualidade para seus alunos e professores — no qual recebiam as ordens de um sistema impositivo que considerava o ensino público classista.

Desse modo, a partir do Ato Adicional de 1834, o Estado atribuía a responsabilidade do ensino superior à Coroa portuguesa, enquanto o ensino elementar e secundário ficava a cargo das províncias; não obstante, “apesar da descentralização, o regulamento das províncias tendia a acompanhar a legislação da corte, embora isso não significasse algum tipo de padronização ou uniformidade” (VEIGA, 2007, p. 186). Esta forma de organizar o ensino nacional impedia a construção de um sistema orgânico, provocando a dificuldade da equiparação financeira e técnica das províncias (SAVIANI, 2010).

Posteriormente, em 1837, foi fundado no Rio de Janeiro o Colégio Dom Pedro II, servindo como base de ensino aos demais liceus do país. Somente esta instituição poderia realizar exames a fim de conferir grau de bacharel. Para o acesso ao ensino superior, os estudantes de outras províncias precisavam se deslocar ao Rio de Janeiro para realizar as provas. Em 1873, começaram a aplicação dos exames nas províncias de origem; correspondendo os exames aos de suficiência (quando eram anuais), os finais (para as disciplinas que encerravam no mesmo ano – sem continuidade) e os de madureza (aquele que se realizava após a aprovação em todos os exames finais) (VEIGA, 2007). Nesta perspectiva, os liceus



nas províncias foram obrigados a adequar o quadro de disciplinas ao Dom Pedro II, adotando inclusive os mesmos livros didáticos.

A partir da segunda metade do século XIX se iniciam intensos debates no cenário das ideias pedagógicas que foram adentrando no país: a corrente liberal implantada nos Estados Unidos defendia a liberdade de ensino, influenciando de certa forma na reforma Leôncio de Carvalho em 1879, a qual defendia “a liberdade ensino (inclusive sem a fiscalização do governo), de frequência, de credo religioso [...], a criação de escolas normais e o fim da proibição da matrícula de escravos” (ARANHA, 2006, p. 225).

Estas medidas fizeram crescer o número de escolas privadas, como afirma Veiga (2007, p. 186), já que “não apenas se multiplicaram os colégios particulares, mas, quase todas as províncias passaram a contar com um estabelecimento público de ensino secundário”. No entanto, esta reforma não teve muito sucesso uma vez que deixou no âmbito educacional as discussões sobre a responsabilidade do governo com respeito à instrução pública e à descentralização das escolas particulares.

Os colégios leigos da época eram os mais progressistas e renovadores. Acrescentando-se a estes os já referidos colégios religiosos, percebe-se que grande parte da elite se dirigia as escolas particulares. Além disso, os poucos liceus provinciais fundados pela iniciativa pública enfrentavam dificuldades diversas, decorrentes da falta de organização e de recursos, corpo docente mal-habilitado e até de insuficiente número de alunos, o que levou muitos a fecharem as portas (ARANHA, 2006, p. 226).

Desse modo, o Ensino Secundário ao final do Império demonstrava um caráter fragmentário e desarticulado. Apenas uma minoria tinha acesso e possibilidades de ingressar no ensino superior, que para as elites representava a conquista dos postos de destaque na direção do país. A concentração de escolas particulares fez com que este nível de ensino fosse dominado pelas elites que poderiam arcar com as despesas escolares, bem como, no Maranhão, a Lei n. 102 de 8 de abril de 1895 que estabeleceu a taxa de cinco mil réis anuais para cada matrícula ou inscrição no Liceu Maranhense, sendo bem verdade que se tratava ainda de uma escola dualista, em que para a elite era reservada a continuidade dos estudos, “[...] sobretudo científicos — já que os republicanos recusavam a educação tradicional humanista —, enquanto o ensino para o povo ficava restrito ao elementar e profissional” (ARANHA, 2006, p. 298). Nesse sentido, percebemos que na constituição de 1891 o ensino secundário e superior fica a cargo do poder central,

acentuando mais o caráter elitista e propedêutico com o currículo orientado pela corrente positivista e com tempo de duração de sete anos (VEIGA, 2007).

Em se tratando da clientela do ensino secundário maranhense identificamos que sofriam as estratégias de imposição oriundas do estado por meio de ações desarticuladas, embora operassem paulatinamente suas táticas de apropriação via críticas nos suportes jornalísticos. Mesmo assim, vale ressaltar, que nas relações de poder estabelecidas entre os estudantes do liceu maranhense e o restante da população com idade escolar que não conseguia a escolarização secundária, as estratégias de imposição exercidas por parte do alunado liceísta enquanto representantes de uma classe social em detrimento do público maranhense que não obtinham êxito escolar são identificáveis, colocando em circulação a produção de suas ideias e posicionamentos por meio dos jornais, livros, contos, folhetins e poesias; embora diferentes leitores inventassem múltiplos meios de realizarem o ato de saber ler e escrever nos espaços não formais de escolaridade e procurassem o reconhecimento social do domínio individual da leitura e da escrita (CASTELLANOS, 2012): “Sou bachareu diplomado. Pelo Liceu cá da terra. Quem não me chamá *Doutor*. Eu te garanto que erra! [...]” (O CANHOTO, 1912, p. 3).

Enquanto para alguns privilegiados “a oferta de ensino secundário era vasta e diferenciada e [...] se destinava fundamentalmente aos filhos da elite, quer para ocuparem cargos políticos-administrativos, quer para ingressarem nos cursos superiores” (VEIGA, 2007, p. 188); por outro lado, a educação profissional e primária restava como alternativa para a classe baixa acompanhar o processo de industrialização após a primeira guerra mundial que obrigou o operariado um mínimo de escolarização. Apesar do discurso de escolarização tomar grandes proporções no período republicano, o que se encontrava na realidade era uma educação idealizada e conquistada pelos que detinham o poder aquisitivo. Este caráter excludente provocou um alto índice de analfabetismo, efetivando no âmbito educacional em construção as mais intensas manifestações de exclusão e preconceito com a maioria do povo, impedindo-o de participar das decisões políticas e sociais do país (SOUZA, 2008).

Apesar de que as concepções liberais tenham sido introduzidas no final do século XIX, a sua adequação na instrução pública ficou para segundo plano devido às práticas econômicas escravagistas que impediam o desenvolvimento da

sociedade; porém na transição dos séculos a industrialização influenciou nos aspectos, sociais, políticos e econômicos das cidades dependendo de mudanças efetivas na instrução com a implantação da república. Nesta medida, o projeto educacional republicano incentivou a formação de professores, a implantação de novos métodos — em especial o intuitivo ou lições das coisas que tinha por objetivo reconhecer primeiramente os objetos e a realidade por meio dos sentidos, considerados como “a porta do conhecimento”; ou seja, a instrução primária era iniciada despertando a sensibilidade dos alunos, usando-se as cores, formas, luz, o âmbito sensor-motor, como forma de antecipar a intuição intelectual e tendo a tendência de rejeitar a educação livresca, partindo-se da ideia de um mundo mais visível, observado e perceptível (VALDEMARIN, 2004). Em se tratando de ensino secundário e superior este método auxiliaria a “perceber os fenômenos, discernir relações, comparar as analogias e as dessemelhanças, classificar as realidades, e induzir as leis, eis a ciência; eis, portanto, o alvo que a educação tem em mira” (ARANHA, 2006, p. 232), rejeitando-se assim as práticas de repetição e memorização. Vale ressaltar que, o método intuitivo foi o mais aceito nas instituições privadas que divulgavam os procedimentos mais inovadores nas cidades e que na Instrução Pública os ditames positivos falavam em mudança da educação; todavia, as práticas continuavam em repetir as ações consideradas retrógradas, até por conta das dificuldades em manter os níveis de ensino pelo estado.

O problema em garantir a instrução de qualidade e a organização incentivou o fenômeno das reformas que foram implantadas no decorrer da primeira república, a exemplo da Reforma Benjamin Constant em 1890, que foi a primeira a ser decretada após a proclamação da República. Destinada apenas ao Distrito Federal, indicava a efetivação da instrução popular no país, tendo como princípios a liberdade, a gratuidade e a laicidade do ensino, marcada assim pela sua desoficialização — inspirados na corrente positivista, se exigia que o ensino secundário e o ensino superior fossem entidades corporativas autônomas. Estas medidas poderiam conter as fraudes em diplomas, a má formação dos estudantes e as instalações precárias dos estabelecimentos.

A Reforma Epitácio Pessoa (1901) regeu o ensino no período de 1901 a 1911 pelo código dos institutos de ensino superior e secundário, se preocupando com aspectos regulamentares, baixando normas para a equiparação das escolas particulares e para o processamento dos exames de madureza, bem como, dos

horários, programas, exames e salários de professores. Além disso, permitiu o acesso feminino aos cursos secundários e superiores e aprovou o Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Já a reforma Rivadávia Correia (1911) foi baseada nas ideias do ensino livre, permitindo aos estabelecimentos de ensino secundário a realização de exames reconhecidos oficialmente e estabelecendo a liberdade total do ensino secundário e superior, quer do ponto de vista didático, quer do administrativo.

Outra reforma importante para compreender a trajetória do ensino secundário foi a Carlos Maximiliano (1915), que surge para reorganizar a instrução pública, faz voltar o ensino secundário e superior à condição de estabelecimentos oficiais e equiparados, institui os exames vestibulares e admite os exames parcelados, que perduraram até 1925 (SAVIANI, 2010). Em 1925, a reforma Rocha Vaz, considerando-a a última tentativa de organização do ensino na primeira república, não só tornou os currículos escolares seriados para seis anos de estudos, se obtendo o grau de bacharel e, com o cumprimento dos cinco anos, possibilitava que o aluno prestasse exame vestibular, como também elaborou programas oficiais, restituiu bancas examinadoras para o ensino particular, estabeleceu o Concurso da União para a difusão do ensino primário e organizou o Departamento Nacional do Ensino (VEIGA, 2007).

O contexto educacional do início republicano caracteriza-se por meio das reformas que se detinham em discutir sobre a centralização e a descentralização da instrução pública brasileira, na tentativa de organizar e sistematizar a educação como um sistema nacional. Nesta perspectiva, este período insere-se com um propósito: o de [re]montar uma organização escolar devido às exigências de uma nova ordem sócio-político, como afirma Aranha (2006, p. 245)

Diante da sua importância, cada vez mais a educação assumiu caráter político, devido ao seu papel na sociedade como instrumento de transmissão da cultura e formação da cidadania: formar o cidadão, ou seja, o sujeito político que conhece seus direitos e deveres.

Nesta perspectiva, a escola representou a esperança da democratização da sociedade. Em relação a isto, Veiga (2007, p. 217) afirma que “a escolarização obrigatória e generalizada passa a representar um aspecto decisivo tanto para o progresso individual quanto para o progresso social”; sobretudo, a importância da escolarização como um motor para resolver os problemas do país, que inspirou a

caracterização da educação brasileira em dois momentos: o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico.

No entusiasmo pela educação, “existe a crença de que pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo” (NAGLE, 2001, p. 134). Este período para Nagle (2001) é compreendido desde a instauração da república até meados dos anos 1920, o que representou a preparação das ideias para uma inserção no país do movimento escolanovista, percebendo-se que a circularidade destas ideias se sustentava na formação cívica e moral, gerando um princípio cívico-pedagógico para a prática do ensino como forma de erradicar o analfabetismo evidente (NAGLE, 2001). Estas ideias cívico-pedagógicas, por sua vez, foram observadas nos jornais estudantis:

É preciso fazer do **civismo** um evangelho, do **patriotismo um principio**, do **estudo um estandarte**, e romper de vez com os antigos preconceitos, com a rotina, com os prejuizos, quaesquer que sejam, enfim, sanear o meio e **tornar a atmosfera moral que nos envolve francamente respirável** (A INUBIA, 1914, ano. 1, n. 1, São Luís, 3 de novembro de 1914, grifo nosso).

Elle **só publicará artigos decentes e instructivos, por esta razão poderá entrar em qualquer caza de família** [...]. A nossa bandeira, é como um pollio confraternizador sobre a cabeça de todos os brazileiros. Unamo nos para honral-a na sua grandeza e para que Ella seja sempre, para nós, além do symbolo da patria, o symbolo também, da razão, da justiça (O BRAZIL, 1907, ano. 1, n. 1, São Luís, 16 de setembro de 1907, grifo nosso).

Quantas vezes, um ser humano sente-se orgulhoso, quando, fora do torrão natal, ouve os extranhos enaltece-lo! **Quantas vezes so homem orgulha-se de possuir por pátria um paiz poderoso, prospero, civilizado e bem visto em todo o universo!** (O ESTUDANTE, 1915, ano. 1, n. 1, São Luís, 5 de fevereiro de 1915, grifo nosso).

Caros amigos — O progresso é um jornal completamente independente, **somos crianças, mas o nosso pequeno jornal pode ser apresentado perante qualquer família, por que será completamente moral, devemos nos esforçar para a moral publica e não salientar a imoralidade no nosso estado** (O PROGRESO, 1907, ano. 1, n. 1, São Luís, 1 de setembro de 1907, grifo nosso).

Dessa forma, o entusiasmo pela educação pode ser observado em uma das crônicas do jornal *O Excelsior* (1914) quando remete à criação de escolas no interior dos sertões “do que precisamos no sertão é de escolas. O que é preciso é educar e organizar o sertão. [...] Só um governo esclarecido e estável ou uma organização universitária forte, estadistas esclarecidos [...]; mais escolas para o

sertão” (O EXCELSIOR, 1914, p. 3)<sup>34</sup>. O que nos leva a perceber vestígios que apontam a apropriação dos estudantes caracterizando o entusiasmo pela educação no início republicano, são os escritos que defendem a necessidade de instruir o povo e que a responsabilidade deveria ser do Estado, devendo garantir os direitos de instrução dos cidadãos para a nação progredir. Os argumentos utilizados sugerem um estado que carecia de escolas e, que apesar das diversas leis sobre a criação de cadeiras primárias no interior do estado (vejamos no quadro a seguir), na prática continuava com as mesmas dificuldades que comprometiam a implantação do ensino público de início de século.

QUADRO 24 — MAPA DAS LEIS VERSANDO SOBRE A CRIAÇÃO DE CADEIRAS DO ENSINO PRIMÁRIO NO INTERIOR DO MARANHÃO ENTRE 1892-1930.

<b>LEI N. 27 DE 20 DE MARÇO DE 1893</b>	<b>LEI N. 41 DE 15 DE MAIO DE 1893</b>	<b>LEI N. 46 DE 15 DE MAIO DE 1893</b>	<b>LEI N. 52 DE 15 DE MAIO DE 1893</b>	<b>LEI N. 54 DE 15 DE MAIO DE 1893</b>
Considera mista a cadeira de instrução primária da Povoação <<Primeira Cruz>>na Miritiba.	Manda contar tempo à professora pública Maria Benjamim Serrão Cardoso.	Cria uma cadeira pública do sexo masculino há Povoação <<Rabeca>> e subvenciona com 300\$ reis anuais cada uma as das Povoações <<Redondo>> e <<Diamantina>> da comarca do Turiaçu.	Cria uma escola mista no município do Brejo.	Cria duas cadeiras do ensino primário, uma no lugar <<Capim-assú>> e outra no lugar <<Pedras>> e considera mista a do lugar Cutim quando vagar.
<b>LEI N. 127 DE 24 DE MARÇO DE 1896</b>	<b>LEI N. 128 DE 24 DE MARÇO DE 1896</b>	<b>LEI N. 137 DE 16 DE ABRIL DE 1896</b>	<b>LEI N. 138 DE 16 DE ABRIL DE 1896</b>	<b>LEI N. 149 DE 5 DE MAIO DE 1896</b>
Cria uma cadeira de ensino primário em Genipauba e outra em S. José de Ribamar	Restabelece a cadeira de primeiras letras do sexo masculino do Porto da Repartição.	Considera do sexo masculino a cadeira mista da povoação <<Aquiry>> da comarca de Viana.	Cria diferentes cadeiras de instrução primária.	Cria cadeiras do ensino primário nas povoações Boqueirão, Caiçara, Morros e Axixá.
<b>LEI N. 150 DE 5 DE MAIO DE 1896</b>	<b>LEI N. 165 DE 21 DE MAIO DE 1896</b>	<b>LEI N. 191 DE 19 DE MARÇO DE 1898</b>	<b>LEI N.214 DE 13 DE MARÇO DE 1899</b>	<b>LEI N. 216 DE 6 DE ABRIL DE 1899</b>
Cria uma cadeira mista de ensino primário na vila de S. Antonio de Balsas e restabelece a do Porto da Repartição.	Cria diversas cadeiras de Instrução Primária	Considera do sexo masculino a cadeira mista do lugar Pau d'arco pertencente ao município de Pedreiras.	Transfere para a povoação Redondo, no município do Turiaçu, a escola do sexo feminino da povoação Maracassumé.	Converte em mista a cadeira do sexo masculino da povoação <<Boqueirão>> do município do Curralinho.

<sup>34</sup>Excelsior. Crônica, ano. 1, n. 1. São Luís, 4 de janeiro de 1914.

<b>LEI N. 248 DE 20 DE MARÇO DE 1900</b>	<b>LEI N. 253 DE 24 DE MARÇO DE 1900</b>	<b>LEI N. 270 DE 27 DE MARÇO DE 1901</b>	<b>LEI N. 275 DE 1º DE ABRIL DE 1901</b>	<b>LEI N. 284 DE 11 DE ABRIL DE 1901</b>
Cria diversas cadeiras de instrução primária.	Cria uma cadeira para do sexo masculino na povoação Achuí no município da Miritiba	Transfere a cadeira mista da povoação «Veado Branco» e a do sexo masculino da povoação «Frecheiras».	Cria uma cadeira mista na Vila de Rosário.	Cria uma cadeira mista na fazenda «Graça de Deus» na Comarca de Guimarães.
			<b>LEI N. 283 DE 10 DE ABRIL DE 1901</b>	<b>LEI N. 285 DE 11 DE ABRIL DE 1901</b>
			Cria uma cadeira na povoação Barão de Grajaú.	Transfere para a povoação «Burity Bravo» [...]
<b>LEI N. 303 DE 5 DE MARÇO DE 1902</b>	<b>LEI N. 309 DE 2 DE ABRIL DE 1902</b>	<b>LEI N. 333 DE 3 DE ABRIL DE 1903</b>	<b>LEI N. 363 DE 31 DE MARÇO DE 1905</b>	<b>LEI N. 379 DE 24 DE ABRIL DE 1905</b>
Anula a Lei n. 284 de 11 de Abril de 1901, que cria uma escola mista na fazenda «Graça de Deus».	Transfere para a povoação «Frecheiras» a cadeira mista da povoação «Caçó» na Miritiba.	Autoriza o Governo a fundar no Grajaú um estabelecimento de instrução primária.	Autoriza o Governo a criar Grupos Escolares no interior do Estado e dá outras providências sobre instrução pública.	Autoriza o Governo a fundar um externato na cidade de Alcântara.
<b>LEI N. 423 DE 17 DE SETEMBRO DE 1906</b>	<b>LEI N. 464 DE 13 DE ABRIL DE 1907</b>	<b>LEI N. 524 DE 31 DE MARÇO DE 1910</b>	<b>LEI N. 528 DE 1º DE ABRIL DE 1910</b>	<b>LEI N. 543 DE 7 DE ABRIL DE 1910</b>
Dispõe sobre o Externato criado na cidade de Caxias.	Autoriza o Governo a restabelecer o 2º Grupo Escolar desta Capital e dá outras providências.	Cria na cidade da Barra do Corda um externato para o ensino primário do sexo masculino.	Cria cadeiras de ensino primário em diversas localidades do Estado.	Cria um externato para o sexo masculino na cidade de Caxias.
<b>LEI N. 549 DE 8 DE ABRIL DE 1910</b>	<b>LEI N. 564 DE 30 DE MARÇO DE 1911</b>	<b>LEI N. 568 DE 1 DE ABRIL DE 1911</b>	<b>LEI N. 570 DE 4 DE ABRIL DE 1911</b>	<b>LEI N. 583 DE 22 DE ABRIL DE 1911</b>
Cria quatro cadeiras mistas de ensino primário no Estado, sendo uma na colônia Conceição, município [...].	Cria um externato na vila de Pastos Bons. <b>LEI N. 587 DE 27 DE ABRIL DE 1911</b> Cria quatro escolas mistas no interior do Estado.	Cria um externato na cidade do Codó.	Cria diversas escolas de ensino primário no interior do Estado.	Cria escolas de ensino primário em diversas localidades do Estado.
<b>LEI N 815 DE 24 DE ABRIL DE 1918</b>	<b>LEI N. 838 DE 25 DE MARÇO DE 1919</b>	<b>LEI N. 839 DE 26 DE MARÇO DE 1919</b>	<b>LEI N. 1.222 DE 4 DE ABRIL DE 1925</b>	<b>LEI N. 1.230 DE 8 DE ABRIL DE 1925</b>
Cria diversas escolas.	Cria uma escola mista na povoação «Jussatuba», de distrito de Guarapiranga, município da Capital.	Concede subvenção a duas escolas particulares no município de Axixá.	Autoriza o Governo a criar escolas de artes e ofícios.	Autoriza o Governo a criar duas escolas de ambos os sexos nos povoados Araçagi e Olho d'Água.
<b>LEI N. 1.235 DE 8 DE ABRIL DE 1925</b>	<b>LEI N. 907 DE 25 DE MARÇO DE 1925</b>	<b>LEI N. 1.274 DE 25 DE MARÇO DE 1927</b>		
Autoriza o Governo a subvencionar o Colégio S. Luiz Gonzaga e o que a Prêseria de S. José [...]	Equipara e subvenciona o "Instituto Cururupuense".	Dá preferência, para provimento nas cadeiras das escolas proletárias, às professoras filhas de operários.		

Os estudantes acreditavam que devido à instabilidade política na qual o país estava imersa, o fato de legislar e realizar reformas não poria em ordem a questão do ensino, no sentido de que a quantidade de cadeiras criadas no interior, por exemplo, não necessariamente garantiam a qualidade do ensino, pois, havia problemas estruturais para mantê-las funcionando, “vemos que a instabilidade da nossa vida política não nos permite o surto de reformas regulares” (EXCELSIOR, 1914, p. 3)<sup>35</sup>.

Nesta medida, os liceístas em seus jornais desacreditavam o governo, refletindo a ideia de pessimismo, pois, a república iniciara-se de maneira excludente e elitista não garantindo as questões sociais da população (NAGLE, 2001). Para os jovens o Estado era competente somente em suprimir movimentos de desordem pela investidura de repressões e não pela instrução pública de qualidade. Nesse sentido, os estudantes no jornal Excelsior (1914), visualizavam que o investimento no ensino primário seria como medida saneadora dos problemas sociais e das altas taxas de analfabetismo, porém, havia uma desigualdade estrutural, para as classes subalternas eram destinados os postos menores na sociedade e a formação do ensino primário e o profissional:

É desgraçadamente, a **mais triste realidade neste paiz de analfabetos**, sim, porque, **se temos uma elite inteligente**, que já tem algumas vezes as celebridades europeias e norte americana, uma elite ou que pelo menos se redoirá com os europeus da civilização. Enquanto se liam na Europa e Estados Unidos “Bom Haeckel, Darwiu; Ferril Lombrozo; Tolstoi e Turguenief. Rostand e Anatole France” **nos sertões imperam as horas marianas na aberração dos evangelistas burros. Mas mesmo que se tentasse fundar o apostelado civilizador dos sertois, onde encontrar operários para a obra?** Cada qual, confortavelmente sentado numa poltrona, reposando de laboriosa e burgueza dijestão diria sorridente: “Ora não temos melhor eu fazer?” (EXCELSIOR, 1914, p. 3, grifo nosso)<sup>36</sup>.

Para uma elite, os cargos públicos e a formação secundária e superior estavam disponíveis, sendo visto pelos estudantes de forma injusta, já que falavam de uma posição social favorável a que a minoria elitizada estava destinada, criticando-se a ação minimizada do estado sob os aspectos da instrução conforme se registra no jornal A Inúbia (1914): “A instrução jaz aniquilada, e o povo falto de luzes tateia no caminho do progresso. Estendei a vista pela superfície do nosso paiz. Esse quadro triste se dezenha aos nossos olhos” (A INUBIA, 1914, ano. 1, n. 1, p.

<sup>35</sup>Excelsior. Ano 1, n. 1. Crônica. São Luís, 4 de janeiro de 1914.

<sup>36</sup>Excelsior. Ano 1, n. 1. Crônica. São Luís, 4 de janeiro de 1914.



1) <sup>37</sup>, referenciando estes liceístas a desordem do ensino público e como consequência as altas taxas de analfabetismo da população. Já no Jornal *O Canhoto* (1912), as ideias sobre a projeção da educação como desenvolvimento nacional, caracterizando o entusiasmo pela educação, percorrem o imaginário estudantil usando-se o conto como ferramenta de comunicação que faz menção aos desejos e às necessidades deste grupo,

Jaques pensava: “Ah! **Se eu fosse rico construiria estabelecimentos de instrução, desenvolveria a industria, impulsionaria enfim, tudo, que dissesse respeito ao engrandecimento de minha terra porem sou pobre nada posso melhorar**”. E olhando triste para o campo infinito, amaldiçoando a sorte dos homens ricos que tem um culto fervoroso ao dinheiro, abominava os de sua imaginação sonhadora. Dizia elle consigo mesma “**Quando os homens compreenderam o que é a vida dos pobres, talvez isto melhore mas em que tempo será?**” Triste e pensativo tomou o caminho de caza, **lastimando formação do mundo, cheio de vícios e erros, o qual somente melhorará quando a “Justiça e a ciência social” imperarem** (O CANHOTO, 1912, p. 4, grifo nosso)<sup>38</sup>.

Desse modo, os jovens via suporte de comunicação específica –jornais estudantis, criticavam a ação dos governos que não possibilitavam a instrução para todos, embora eles como críticos constituíssem o grupo minoritário tendo as condições da elite, tendo a oportunidade de cursarem o ensino secundário e, por conseguinte, terem a oportunidade de ingressar no ensino superior conforme observamos n’*O Excelsior* (1914): “Francisco Prado parte do vapor “Brazil” para a baia, onde se vai matricular na faculdade de medicina este nosso ilustre consocio. [...] Onde vai continuar com seus estudos, partiu a 31 de dezembro, o nosso amigo Paulo Prado. Desejamos-lhe viagem feliz” (EXCELSIOR, 1914, p. 4)<sup>39</sup>. Estes registros mostram como apesar de estar em postos privilegiados, esta elite em formação acreditava que era obrigação do estado garantir a instrução pública a todos, mesmo se as condições reais para a instrução das classes subalternas fossem as mínimas possíveis; ou seja, mesmo com as dificuldades estruturais de todo tipo, estes alunos via jornal estudantil defendiam a expansão do ensino primário e profissional como garantia do crescimento e desenvolvimento local.

A concepção de “igualdade para todos” evoluiu no decorrer da primeira república. Os estudantes movidos pelo otimismo pedagógico se preocupavam com a educação e com a filantropia com um meio libertador do povo que não tinha as luzes

<sup>37</sup>Inubia. Ano. 1, n. 1. Ao som da Inubia. São Luís, 3 de novembro de 1914.

<sup>38</sup>O Canhoto. Ano 1, n. 13. Jaques. São Luís, 25 de dezembro de 1912.

<sup>39</sup>Excelsior. Ano 1, n. 1. Partidas. São Luís, 4 de janeiro de 1914.

(ALMA NOVA, 1929). Assim escreviam em defesa das caixas escolares, o que significava recolher meios para a manutenção da frequência escolar das crianças pobres, “estas, filhas de paes pobres ou orphans e por isso jogadas a um canto, [que] não [tinham] dinheiro, ou o pouco que [tinham] não [dava] para comprar roupa, calçado, livros, merenda” (ALMA NOVA, 1929, p. 1)<sup>40</sup>. O país neste momento se preparava para as discussões sobre a instrução pública como resultados eficientes, visto que, até o momento de transição para república a problemática do analfabetismo foi uma constante, ou seja, pela desigualdade das classes, uma grande parcela de maranhenses não conseguiam a instrução mínima; as crianças pobres pelas dificuldades de obter os materiais para o uso nas escolas ou não se matriculavam ou simplesmente desistiam, isto é, “se estes entezinhos não frequentam uma escola, não poderão tornar-se homens fortes e uteis. A patria não deve esperar deles alguma cousa de proveitoso. Não serão bons cidadãos, porque desconhecem o civismo, não sabem os seus deveres” (ALMA NOVA, 1929, p. 1)<sup>41</sup>.

Nesta perspectiva, a partir da década de 1920 as questões educacionais amadureceram e otimismo pedagógico surge como “crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo)” (NAGLE, 2001, p. 134). A partir deste período são intensificadas as discussões sobre as ideias e os princípios, sobre os métodos e as técnicas do escolanovismo. Enquanto as ideias anteriores da década de 1920 apoiavam as concepções de construção da identidade nacional por meio da instrução; nos anos vinte a difusão dos aspectos pedagógicos relativa aos métodos, à formação de professores, ao currículo, entre outras, ganharam destaque do que seria a solução dos problemas educacionais sob uma ótica técnica (NAGLE, 2001).

O que seria o escolanovismo? Tem relação estreita com a ideologia liberal clássica, também referido como liberalismo tradicional, liberalismo laissez-faire ou liberalismo de mercado, sendo uma filosofia política e uma doutrina econômica cuja principal característica é a defesa da liberdade individual com limitação do poder do Estado pelo império da lei. A igualdade de todos perante a lei e o direito de propriedade. Emergiu como uma filosofia no século XIX na Europa e nos Estados Unidos, no contexto da Revolução Industrial e do processo de

---

<sup>40</sup> Alma Nova, ano. 1, n. 2. Agindo Sempre, São Luís, 7 de setembro de 1929.

<sup>41</sup> Alma Nova, ano. 1, n. 2. Agindo Sempre, São Luís, 7 de setembro de 1929.

urbanização. No caso brasileiro, esta concepção insere-se na sociedade em defesa da liberdade, “instrumentação institucional de remodelação da ordem político-social” (NAGLE, 2001, p. 311). Este processo foi defendido pelos educadores que se apoiavam na concepção da escola nova, quando reagiam ao “individualismo e ao academicismo da educação tradicional, propondo a renovação das técnicas e a exigência da escola única (não dualista), obrigatória e gratuita” (ARANHA, 2006, p. 302). Vale ressaltar que os caracteres científicos desta corrente foram embasados pelo conhecimento da psicologia, sociologia, biologia e pedagogia moderna.

O escolanovismo é ele que permite entender a especificidade do processo de difusão da escola contemporânea, caracterizado pela realização de uma nova forma de ensino marcada pela unidade do conteúdo. No plano conceitual, a emergência da expressão escola única se impôs no sentido de exprimir as características que passavam a singularizar a nova forma em face do modelo escolar dualista do passado (ALVES, 2006, p. 156).

A partir da inserção dos estudos científicos, puderam pensar na concepção de uma escola sistêmica para todos, pretendendo-se dar uma forma mais pedagógica à educação nacional como todo um sistema escolar, na qual não se marginalizava o indivíduo, se preparavam melhor os professores, preocupando-se com as instalações escolares e os seus materiais. A presença de educadores que apoiavam a institucionalização da escola foi determinante para a composição de um pensamento que representou a década de 1920, a exemplo: Lourenço Filho (Ceará, 1923), Anísio Teixeira (Bahia, 1925), Francisco Campos e Mário Casassanta (Minas Gerais, 1927), Fernando de Azevedo (Distrito Federal, 1928) e Carneiro Leão (Pernambuco, 1928), assim “os escolanovistas queriam fixar seu manifesto na tentativa de dissipar os problemas da educação, reiterando a necessidade de o Estado assumir a responsabilidade da instrução pública que se achava em defasagem com as exigências do desenvolvimento” (ARANHA, 2006, p. 304). O que despertara o interesse desses representantes em cada estado foi a necessidade de uma remodelação da educação, no sentido de ser institucionalizada como única. Para os estudantes liceístas no jornal Alma Nova (1929), deveria iniciar-se pelas caixas escolares e a inserção de todos no processo pedagógico,

**A caixa escolar é um dos mais eficazes elementos na luta contra a ignorância** e, como tal, difundiu-se por todos os povos hodiernos. Hoje um dos meios pelos quaes se avalia da eficacia do aparelhamento de uma nação, de um estado, de um município **para a educação popular é o numero, é a prosperidade das caixas escolares.** Ora, se aplicassemos

aqui esse critério, o resultado não seria animador (ALMA NOVA, 1929, p. 1)<sup>42</sup>.

Os paes, ás vezes esforçados, luctam para mandal-os a escola. Pobres coitados! Se são míseros proletários que nem sempre ganham o pão de cada dia e, se ganham, é um salário mesquinho, que mal dá para matar a fome aos seus filhos! **Socorrer a criança pobre em idade escolar, ir buscal-a nos tugúrios humildes onde nem sempre há pão e dar-lhe roupa, calçado e livros para que possa frequentar a escola, eis a missão das caixas escolares**, que neste século ainda não se desenvolveram no Maranhão, apesar de todos os decantados progressos na instrucção. (Alma Nova, 1929, p. 4, grifo nosso)<sup>43</sup>.

Percebe-se que a preocupação dos jovens secundaristas, ao se inserirem no movimento do otimismo pedagógico presente no segundo decênio do século XX, sustentado no ideal liberalista promulgavam a igualdade entre os povos, defendendo por esta ótica no jornal Alma nova (1929, p.1, grifo nosso)<sup>44</sup> a instrução e a filantropia como:

Qual é aquelle que não se orgulhará ouvindo seu nome pronunciado com amor e respeito pelas crenças pobres? **Quem é que não se sentirá bem vendo eu nome nos livros de honra da caixa escolar como protector da humanidade?** Quem? Mas os capitalistas maranhenses não se preocuparam ainda com tão magno problema. **Como deve ser bello, quando a criança pobre, ao se preparar para ir á escola ou ao abrir o livro que lhe deu a caixa escolar, evocar com carinho o nome do protector! Por isso, fundemos uma caixa escolar, antes mesmo das leis surgirem para sua manutenção! E, talvez, veremos os pobres abençoarem os nomes dos ticos com letras de outro, como benfeitores da educação! Sigamos o exemplo dos Estados Unidos!**

A proposta dos estudantes no jornal Alma Nova (1929) seria a inserção do movimento da filantropia realizado nos Estados Unidos, que misturavam preceitos capitalistas liberais, a instrução da massa e o higienismo. Para eles, o fim era fundar escolas, asilos, hospitais, laboratórios e oficinas. Segundo os liceístas que escreviam neste suporte estudantil, era “[...] sublime! E’ elevado! Esta caridade é de todos os tempos, de todas as epocas. Desde o principio do mundo a philanthropia tem-se espalhado pelo universo, produzindo boas sementeiras” (ALMA NOVA, 1929, p. 1). Para estes escritores em formação, criticando os ricos brasileiros que não tomavam medidas para melhorar a situação das classes subalternas e acentuavam a desigualdade social no país, comparando-os com os feitos realizados pelos capitalistas americanos, argumentavam que “[...] dentre todas as nações, a que mais se distinguiu nesse ramo de caridade foram os Estados-Unidos. Nesse

<sup>42</sup> Alma Nova, ano. 1, n. 2. Agindo Sempre, São Luís, 7 de setembro de 1929.

<sup>43</sup> Alma Nova, ano. 1, n. 2. Em favor de um nobre ideal, São Luís, 7 de setembro de 1929.

<sup>44</sup> Alma Nova. A Philanthropia e a Instrucção, ano. 1, n. 3, São Luís, 22 de setembro de 1929.

paiz os grandes capitalistas, os milionários e archi-milionarios dotaram parte de suas fortunas para a fundação de escolas” (ALMA NOVA, 1929, p. 1)<sup>45</sup>.

Estes argumentos filantrópicos e higienistas perpassavam no imaginário estudantil como proposta de ensino prático, denominado escoteirismo — que ao aliar as correntes psicológicas, biológicas, sociológicas como áreas do conhecimento específico, foram muito utilizadas no movimento que sustentava o otimismo pedagógico como forma de compreender a educação técnica. Esta forma de ensino adentrou no país com o objetivo de salvaguardar as concepções de moral e cívica da época. Em relação a isto o jornal Alma Nova (1929) trás um recorte sobre os benefícios destes pressupostos básicos para ensinar e ajudar os estudantes a cuidar dos corpos e das mentes, sendo caracterizado por ser um ensino não formal ou extra-escolar, e Robert Balden, seu criador enquanto método.

Sir. Robert Balden - Porque em sua obra *Handbook for boys narra como concebeu este sistema útil e proveitoso*. Estava em Mafeking, cidade sul-africana, como general, das tropas, durante a guerra dos Boers. Estes atacaram sorrateiramente a cidade, que, pela sua posição, pela sua falta de contingentes (mil homens somente a guarneciam) não se pôde defender convenientemente. Então o general **resolveu chamar para as trincheiras os rapazes de mais de 10 anos**. Lord Cecil, **oficial do estado-maior, instruiu-os e deu-lhes alguns exercícios militares, empregando-os depois em serviços de correios, sentinelas, bagageiros, enfermeiros, exploradores, etc.** Como era lindo ver os passar, uns correndo pelo meio das balas, sem temer a morte, outros carregando feridos, e ainda outros tratando dos doentes e enterrando os mortos! Uma das vezes, Balden Powell chamou um dos meninos e avisou do perigo que corria e elle replicou-lhe com esta resposta: - Irei tão depressa, que as balas não conseguirão alcançar-me (ALMA NOVA, 1929, p. 1, grifo nosso)<sup>46</sup>.

Robert quando voltou para a Inglaterra reuniu um grupo de crianças para ensinar-lhes o seu novo método. Deste modo, o Escotismo pretendia desenvolver princípios morais e cívicos, despertando o interesse dos jovens de maneira lúdica e estimulava a atenção aos deveres e direitos numa sociedade por meio de ideias filantrópicas, ou como era entendido — em fazer o bem, higienistas —, cuidados do corpo por meio das atividades físicas, além disso, das aulas de educação ambiental como forma de respeito à natureza, na medida em que discutiam sobre as ciências biológicas,

**O escotismo ou escoteirismo é uma instituição fundada para educar, tanto moralmente como materialmente, o espírito e o corpo dos jovens e torná-los para o futuro homens fortes e dignos patriotas. É um ensino inteiramente natural**, isto é, os seus preceitos, as suas normas,

<sup>45</sup>Alma Nova. A Philanthropia e a Instrucção, ano. 1, n. 3, São Luís, 22 de setembro de 1929.

<sup>46</sup>Alma Nova, ano. 1, n. 2. O Escotismo, São Luís, 7 de setembro de 1929.

são ministradas á luz do sol, debaixo das arvores, nos campos, em qualquer parte onde as crianças estejam. Estas, com suas excursões, seus passeios marítimos ou terrestres, exercícios e gymnastica, aprendem tanto a trabalhar com a bussola, a conhecer as estrellas e a lêr nos troncos das arvores, como a ser leaes, altruístas, obedientes, patriotas, cumpridoras, enfim, de seu dever (ALMA NOVA, 1929, p. 1)<sup>47</sup>.

Esta nova forma de ensinar ganhou o mundo chegando no Brasil por volta de 1910 com a fundação da União dos Escoteiros do Brasil formada por 4 federações: a Federação de Escoteiros Catholicos do Brasil; a Federação Brasileira dos Escoteiros do Mar; a Federação dos Escoteiros do Brasil e a Federação de Escoteiros Fluminense, em São Paulo. A Associação de Escoteiros de São Paulo, naquele período somavam um total de quinze mil escoteiros. Os jovens maranhenses estavam na luta para criar o escoteiro no estado, uma vez que faltavam “[...] com tudo alistar-se no movimento alguns estados, inclusive o Maranhão. Trabalhemos pelo escotismo no Maranhão, Unamo nos para vencer os obstáculos que se apresentarem” (ALMA NOVA, 1929, p. 1).

**O escotismo deve haver em todo mundo, porque sem elle uma paiz não pode progredir. Porque o paiz depende do character de seus filhos.** E o character deve começar a formar-se na criança, que será o homem de amanhã. Por isso, é que **em todos os paizes cultos há o escotismo, essa escola onde o character se forma pela energia da acção** (ALMA NOVA, 1929, p. 2, grifo nosso)<sup>48</sup>.

A formação de um homem com princípios, patriota e sabedor dos seus deveres é constantemente ressaltada na formação pelos escoteiros, que para eles, garantiam o futuro da nação através dos jovens que se submetiam a esta prática. Com esta formação poderiam romper com as práticas velhas na política, não se submetendo as ordens dos coronéis, considerados como pessoas sem nenhum escrúpulo e princípio ético.

**Porque o character do povo brasileiro já se vem formando desde a sua infância e elle será um homem que engrandecerá a pátria, sabendo opor-se aos anarchizadores sem disciplina aos charlatães que mandam e desmandam** sobre a cabeça e quarenta milhões de habitantes inermes, cabisbaixos só porque são homens que não honram suas opiniões e seus foros de cidadania. Pobre Brasil vendido, eu te lastimo! **Viva o escotismo, o regenerador do character dos povos modernos, a grande escola de acção!** Ainda tenho alguma esperança no Brasil porque sei que ainda há alguns homens de bem. **O Brasil deve ufanar-se de possuir homens desta tempera** (ALMA NOVA, 1929, p. 2, grifo nosso)<sup>49</sup>.

<sup>47</sup>Alma Nova, ano. 1, n. 2. O Escotismo, São Luís, 7 de setembro de 1929.

<sup>48</sup>Alma Nova. O Escotismo, ano. 1, n. 3, São Luís, 22 de setembro de 1929.

<sup>49</sup>Alma Nova. O Escotismo, ano. 1, n. 3, São Luís, 22 de setembro de 1929.

Este movimento escoteiro maranhense corresponde à ideia de que na ação dos deveres éticos e morais e da ginástica, o estudante poderia se desenvolver de maneira profícua. Neste sentido, evidenciavam a necessidade do cuidado com o corpo, até pela prevenção de doenças e na garantia do desenvolvimento físico e intelectual. Por sua vez, no jornal *Alma Nova* (1929), observamos as suas preocupações com a,

**Necessidade de cuidados do corpo.** Bem cedo se manifestou entre os homens, **a tendência para os desportos**, que servem, para desenvolver igualmente todos os órgãos do corpo humano. Recorramos á «mestra da vida» eu com certeza ella nos responderá mostrando os helenos, povo extremamente desportivo que, não só reproduziu guerreiros fortes e ágeis, mas também homens ilustres nas letras e nas artes. E porque assim? **Porque exercícios corporaes também influem no desenvolvimento da inteligência.** Dando saúde ao homem, **não permitem que o cérebro fique sem agir, ou antes imaginando crimes e vingança.** E', além disso, sina das nações novas, imitar as veteranas da civilização. **E porque não imitamos os povos que caminham na dianteira da cultura physica** (ALMA NOVA, 1929, p. 4)<sup>50</sup>.

As propostas de ensino pelos pressupostos da filantropia e do higienismo eram defendidas pelos liceístas que criticavam o fato de não acontecer às aulas de educação física no ensino secundário público, denunciando-se esta realidade escolar via jornal estudantil: “esta, a bem dizer, ainda não existe na escola do Maranhão, porque em vez de mandarem a criança fazer exercícios ao ar livre, excursões instructivas, etc., mandam-na receber **‘no cães ou na gare’** deputados e figurões mais ou menos inertes” (ALMA NOVA, 1929, p. 4)<sup>51</sup>. A inserção de atividades físicas nos estabelecimentos de ensino, levou o Estado a adaptações físicas para que ocorram estas aulas, o que gerou descontentamento dos estudantes por não conseguiram por em práticas esta metodologia de ensino, que para o período republicano, o corpo ganha destaque para que haja a prevenção de doenças e desenvolvimento do espírito humano.

Este momento histórico é constituído pelos movimentos políticos brasileiros, entre eles: o movimento operário, o tenentista, a fundação do partido comunista, a coluna prestes<sup>52</sup>, a industrialização, a expansão urbana e o movimento modernista; acontecimentos históricos que permeavam o movimento da escola nova brasileira (VEIGA, 2007). Cabe ressaltar, que o Maranhão, adentrou na república

<sup>50</sup>Alma Nova, ano. 1, n. 2. Sports, São Luís, 7 de setembro de 1929.

<sup>51</sup>Op. Cit.

<sup>52</sup>A Coluna Prestes foi um movimento político-militar brasileiro existente entre 1922 e 1953 e ligado ao tenentismo de insatisfação com a República Velha, exigência do voto secreto, defesa do ensino público e a obrigatoriedade do ensino secundário para toda população (SOUZA, 2010).

com um número pequeno de republicanos, “o povo quase não tomou conhecimento do fato; a transição do regime efetivou-se em cerimônia simples, na sala de despachos do Palácio do Governo”. (MEIRELES, 1960, p. 297). Neste contexto, preceituamos o desconhecimento da sociedade maranhense, sobre os aspectos da instabilidade governamental e política, trazida do período imperial. Levando conseqüentemente a economia a um processo de declínio devido ao fim da escravidão, pois em outros países em desenvolvimento neste setor, não mais utilizavam deste tipo de mão de obra considerada obsoleta. Portanto, ao tentar superar esta crise financeira, o estado adquiriu empréstimos na substituição da lavoura pela a indústria têxtil (VIVEIROS, 1992).

A baixa industrial estrangeira pautada na primeira guerra mundial favoreceu economicamente na transição da lavoura para a indústria têxtil e compra de maquinário, representando esta dinâmica um breve período de conquista em termos de autonomia econômica; além de se exportar o óleo babaçu e cultivarem-se plantações de arroz. Todavia, no final da guerra ocorreu a decadência do parque fabril têxtil, devido à falta de tecnologia empregada, à concorrência interna e externa mercantil e à crise da política de encilhamento<sup>53</sup>. No contexto educacional, no intuito de promover-se uma nova configuração do campo educativo, o Estado se preocupou, essencialmente, em garantir a criação de leis que proporcionassem a estruturação da educação pública. Como consequência desta empreitada, passaram a investir na regulação de dispositivos legais que servissem para estruturar o ensino e garantir a afirmação do governo, conforme ressalta Saldanha (1992, p. 12),

Em todo o País, o ideal liberal democrático republicano fez surgir novas bandeiras de luta e entre elas estava a de expandir o ensino, o tema da educação popular passou a frequentar mais assiduamente o discurso político e a educação a ser proclamada, remédio para todos os males que afligiam a nação.

Diante desse cenário, as ações políticas se voltaram para a formação de um novo cidadão; isto é, fazia parte dos ideais republicanos a garantia da formação do homem, proporcionando-lhe os saberes elementares que resguardassem a sua participação nas ações políticas e econômicas nascentes no final do século XIX. Destarte, os grupos políticos dominantes, acreditando que pela educação

---

<sup>53</sup>A Crise do Encilhamento foi uma política econômica que ocorreu no Brasil, estourando durante o governo provisório de Deodoro da Fonseca (1889-1891), desencadeando então uma crise financeira. Objetivava estimular a industrialização no País, adotando uma política baseada em créditos livres aos investimentos industriais, garantidos por farta emissão monetária (CARVALHO, 2004).



resolveriam a problemática generalizada do país, propagavam a escolarização das massas analfabetas.

Contudo, os aspectos sociopolíticos influenciaram na construção de um pensamento educacional; o debate sobre a escolarização ultrapassou os limites, sendo abordados no espaço dos “profissionais da educação” que discutiam novas formas de amenizar o problema do analfabetismo e aliar a teoria e prática no processo de organização escolar. Movimentos em torno da educação que são denominados como o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico, que para Nagle (2001, p. 134),

A partir de determinado momento, as formulações se integram: da proclamação de que o Brasil, especialmente no decênio de 1920, vive uma hora decisiva, que está exigindo outros padrões de relações e de convivências humanas, imediatamente decorre a crença na possibilidade de reformar a sociedade pela reforma do homem, para que a escolarização tem um papel insubstituível, pois é interpretada como o mais decisivo instrumento de aceleração histórica.

Este desejo de escolarizar serviu como combustível para os primeiros decênios do século XX, no qual consistiu em discutir a modificação dos padrões de ensino e cultura das instituições escolares em suas diferentes modalidades e níveis (NAGLE, 2001). As ações mais decisivas nesta década foi a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) e pelas reformas estaduais dos educadores descritas anteriormente, o que distingue a das outras são: a formação intelectual, a reorientação pedagógica e uma visão quanto aos objetivos da educação (GREIVE, 2007).

Nesta perspectiva o levantamento sobre as reformas do Maranhão na primeira república nos convidam a adentrar sobre a organização do ensino secundário no estado, possibilitando identificar instrução pública como elemento reformador por meio da escolarização. Estas iniciativas desse novo ideário escolar foram marcadas pelas constantes mudanças nos regulamentos e regimentos, verificando-se a falta de uma continuidade e sistematização no ensino; fenômeno nacional que aparecia desde a proclamação republicana na tentativa de construir uma ordem educacional. Nesse sentido, torna-se necessário perceber quais as diferenças entre as reformas e até que ponto estas medidas queriam atingir em termos qualitativos a educação no estado.

Por sua vez, no regulamento de 1893, o ensino secundário era mantido pelo governo que objetivava “proporcionar gratuitamente a cultura intelectual precisa

para a matrícula nos cursos superiores da república e dar a educação e instrução integrais necessárias ao cidadão” (REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1893). O Liceu Maranhense mantinha laboratórios e gabinetes apropriados às experiências científicas, bem como, uma biblioteca para os cursos do liceu podendo ser encontrados os compêndios e os tratados, os mapas e as revistas, entre outros,

Importantes para as consultas e estudos mais aprofundados dos lentes e alunos do mesmo estabelecimento. Os compêndios e livros adotados no liceu serão os mesmos do Ginásio Nacional, podendo, todavia cada lente adotar, como expositores ou complementadores, outros, com aquiescência prévia do Conselho Superior da Instrução Pública (REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1893).

A Instrução Pública possuía um Fundo Escolar gerenciado pelo Tesouro Público Maranhense, instituído pela Lei nº. 58 de 17 de maio de 1893 e formado pelas verbas especiais votadas pelo Congresso Legislativo do Estado: multas; emissão de documentos escolares; donativos ou legados; além das gratificações descontadas por licença ou ausência, não somente dos lentes e professores, como também, dos demais funcionários da instrução. Seria adquirido para o melhoramento das escolas, livros, mapas, revistas e instrumentos necessários ao estudo das ciências, das línguas e das artes ensinadas.

Em 1900, pela Lei n. 232 de 5 de março de 1900, se separa do Liceu a Secretaria da Instrução Pública e, para a fiscalização das atividades escolares foi criado o Conselho Superior da Instrução Pública, que possuía, dentre outras atribuições, a função de organizar os programas das escolas públicas (excetuando as de nível superior) e criar normas e regulamentos para todas as instituições de instrução pública do estado (MARANHÃO, Regulamento da instrução pública, 1895, p. 4). Além do Conselho, a fiscalização da instrução ficava a cargo do Inspetor Geral da Instrução Pública, da Congregação dos Lentes do Liceu e da Escola Normal, dos Inspectores do Ensino na Comarca da Capital, das Comissões Escolares e dos Delegados dessas comarcas.

Em se tratando dos exames possuíam três séries: na primeira, os atos de suficiência (prova oral em turmas de dez alunos), podiam ocorrer diariamente de cada ano letivo. Na segunda série, os atos finais (após os de suficiência), versavam sobre as matérias concluídas, contendo uma prova escrita, oral e prática; sendo a primeira realizada secretamente sob a fiscalização da mesa examinadora, e as

outras, publicamente. Na terceira série<sup>54</sup>, os atos de madureza no final do curso integral de letras e ciências somente poderiam realizar este exame se fossem aprovados no teste final. Assim como os exames finais as provas constariam de escrita, oral e prática. O diploma era entregue ao candidato que obtinha nos exames de madureza, dois terços pelo menos de aprovação, conferido com o título de bacharel em letras e ciências (MARANHÃO. REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1893).

O Decreto n. 141 de 15 de março de 1912, modifica o Regulamento do Liceu Maranhense expedido pelo Decreto n. 13, de 26 de março de 1912, que se apoia na Reforma Rivadávia de 1911, sustentada no liberalismo político e do positivismo ortodoxo colocando o Estado na mínima posição, ou seja, defendia a desoficialização da educação, na medida em que, acreditava que sem as amarras oficiais, o ensino poderia desenvolver-se segundo as necessidades imediatas do Brasil. Para os estudantes esta reforma seria um agravante, na medida em que, “pretendo gravar aqui o que penso atendendo o meu pouco cultivado vitimado pela reforma há pouco tempo elaborada” (O CANHOTO, 1913, p. 2)<sup>55</sup>. Observamos que no artigo 3º, inciso II da Lei n. 2.356 de 1911, como ato do poder legislativo, diz textualmente que: Aos institutos de ensino secundário se lhes confere: a) a faculdade conferida aos institutos de ensino superior; b) ao seu ensino um caráter prático, libertando-o da condição subalterna de curso preparatório do ensino superior e; c) autonomia em sua disciplina. Um fator de crítica pelos estudantes liceístas, pois,

**Existem materias no Liceu, das quaes os alunos não aproveitaram sequer uma aula desde o inicio do ano.** Uma das que me refiro, lá um dia teve a feliz dita de vêr o lente, porém este logo depois retirou-se, alegando ter morrido a avó de sua avó ou coiza equivalente, deixando os alunos sem aula, uma outra, até é hilariante, vai o lente e também os alunos, nesse instante, começa a chover e a pedagôgo dizendo: ‘é demasiadamente perigôzo dar-se funcionamento a estes aparelhos, pois neles se encontraram imagens que nos podem chamar um raio, portanto, deixem as para mais logo, e adeus’ (O CANHOTO, 1913, p. 2, grifo nosso)<sup>56</sup>.

Inspirada na doutrina positivista esse decreto seria o primeiro documento em que a desoficialização do ensino público é explicitamente assumida, não se fiscalizando as escolas e não havendo exames oficiais; realidade denunciada pelos

<sup>54</sup> O Ensino Secundário era dividido em três séries: sobre esta modalidade de ensino ver o Regulamento da Instrução Pública (1893).

<sup>55</sup> O CANHOTO. Um belo feito, ano. 2, n. 19, São Luís, 13 de abril de 1913.

<sup>56</sup> O CANHOTO. Um belo feito, ano. 2, n. 19, São Luís, 13 de abril de 1913.

estudantes, para os quais “a’ aula subsequente, a professora com o bróxe de aça, também tem medo que o raio lhe venha matar, e vai-se. E assim sucessivamente...” (O CANHOTO, 1913, p. 2). Ou seja, as táticas de apropriações dos estudantes perpassam pela não aceitação sobre a reforma de ensino, denunciando via imprensa estudantil a necessidade de comprometimento do estado para a manutenção e a ordem do estabelecimento de ensino.

Para os estudantes estas seriam as normas escolares mais temidas, pois aproximava-se “ [...] o fim do anno. E com elle envolto numa densa nuvem de duvidas e receios, os terríveis exames” (LABARO, 1921, p. 1)<sup>57</sup>. As suas metas seriam alcançar a aprovação, “Mas... qual o estudante, por mais preparado, que não tenha medo de uma reprovação? E qual a coisa mais “pau” que um “pau” no fim do anno... a não ser o veto da Dr. Bona?!” (LABARO, 1921, p. 1)<sup>58</sup>; todavia as suas rotinas eram modificadas quando se aproximavam os testes, “Já ninguém vê um sorriso franco nos lábios dos estudantes, [...] os namoros romperam-se... devolveram-se os bilhetes perfumados...” (LABARO, 1921, p. 1). A preparação era tanta que deixavam de circular seus jornaizinhos pelas cidades a fim de se dedicar aos testes finais, “aproximando-se os exames do Gymnazio deste Estado, aos quaes vamos submeter-nos, é dever nosso communicar não só áos nossos assignantes, como ao publico em geral, que, pela razão alegada, deixará de circular, temporariamente, esta folha” (O BRAZIL, 1907, p.1)<sup>59</sup>. As impressões dos estudantes eram as mais complexas possíveis e, apesar da necessidade de estudar com antecedência, para eles, a quantidade de informações para condensar era exagerada, levando-os a ironizarem a respeito do que era exigido nos exames:

**A vida agora é muito outra. Os pobres estudantes passam, dia e noite, debruçado sobre a banca, a ler, a estudar, ora revendo [...] mal sabidos, ora descrevendo naufrágios, passeios marítimos, caçadas, foot-ball, etc: ora procurando a Ursa maior, Cão menor, telescopiando o túnel de saturno, ora visitando cidades, medindo a foz do Amazonas; agora recordando o que fizeram Moyses e Bonaparte; daqui há pouco traduzindo Byronic Chateaubriand. E os que fazem isso, com a ajuda de Deus, vão vivendo (LABARO, 1921, p. 1)<sup>60</sup>.**

Podemos indicar que no programa de ensino do Colégio D. Pedro II adotado pelo Liceu Maranhense em 1915, as matérias eram: Língua Portuguesa (prova oral e escrita); Aritmética (prova oral: treze tópicos); Geometria Prática (prova

<sup>57</sup> Labaro. A Borda do Abysmo, ano. 1, n. 4, 30 de agosto de 1921.

<sup>58</sup> Labaro. A Borda do Abysmo, ano. 1, n. 4, 30 de agosto de 1921.

<sup>59</sup> O Brazil. Attenção, ano. 1, n. 4, São Luís, 20 de outubro de 1907.

<sup>60</sup> O CANHOTO. Um belo feito, ano. 2, n. 19, São Luís, 13 de abril de 1913.

oral: nove tópicos), Geografia física (prova oral: oito tópicos); Rudimentos de História do Brasil (prova oral: quinze tópicos). Outros motivos para o amedrontamento dos estudantes seriam as dificuldades que o estabelecimento de ensino causava para estes jovens pela precariedade de condições das instalações, quando fazemos referencia à aplicação da parte prática de um exame: “Os que engolem o pão que o Diabo amassou são os desinfelizes prepatorianos avulsos de Phisica e Chimica! Esses, coitados! torcem as orelhas, e delas não, pinga sangue! Sem aparelhos, por mais que façam, nunca chegarão a nada” (LABARO, 1921, p. 1)<sup>61</sup>, em detrimento da regulamentação que afirmava um ensino desempenhado plenamente, existindo reclamações sobre diretor do estabelecimento de ensino que não permitia a entrada dos estudantes às referidas salas de estudo por falta de aparelhos onde se realizavam as experiências científicas. Nesse sentido, reuniram-se em uma comissão para audiência com o presidente do estado, mas, não obtiveram êxito, questionando aflitos sobre os motivos para tal impedimento,

Procurado diversas vezes por uma comissão preparatórianos negou-se o Dr. Presidente do Estado a recebe-lá. Ou seja por ter de dar soluções a casos mais sérios, ou por não querer estar com aqueles rapazes, o certo é que sempre mandava o seu oficial de gabinete despachal-o por não ser possível attender a comissão. Isto por duas ou três vezes!

Foram a palácio falar com S. Exc. Para reclamar contra o acto impedoso do director do Lyceu, que lhes tem trancadas as portas daquelle estabelecimento de ensino, como se fossem elles elementos nocivos da sociedade.

Praticaram os estudantes algum crime?

Desrespeitaram alguém dentro do estabelecimento? (LABARO, 1921, p. 1)<sup>62</sup>.

Como forma de persuadir o governador, os estudantes, por sua vez, ameaçou recorrer sobre o caso ao Conselho Superior de Ensino para solucionar a problemática (LABARO, 1921); apontando estes discursos indícios de táticas de apropriações em oposição às normas e ao ordenamento legal instituído pelo Estado; além da falta de professores e do despreparo que assolava a instrução pública, exemplificadas com a crítica feita às praticas pedagógicas dos docentes registradas nos suportes: “O lente de história, em uma explicação do corpo humano, as suas alunas: “desta forma, é o corpo dos pretos; nos brancos, somos assim...”. E continuou na sua explicação. Água quente nelle... [...] Nestas escolas se dão coisas do arco da velha” (O CANHOTO, 1913, p. 2)<sup>63</sup>. Um fato considerável do movimento

<sup>61</sup>A Borda do Abysmo, ano. 1, n. 4, 30 de agosto de 1921.

<sup>62</sup>Analysando. Labaro, ano. 1, n. 2, São Luís, 9 de julho de 1921.

<sup>63</sup>Hilaritas. O Canhoto, ano. 2, n. 15, São Luís, 16 de fevereiro de 1913.

pela instrução pública para que a mesma se concretizasse era a possibilidade na preparação dos professores e, neste período o incentivo pelas escolas normais se agudiza no intuito de adequar na nova ordem social os hábitos dos professores catedráticos. As práticas dos professores, também geravam a incompreensão nos alunos, impossibilitando até a implantação dos novos métodos de ensino, que erradicavam hábitos tidos como ultrapassados; práticas retrógradas que incomodavam aos jovens e eram projetadas por meio de críticas e denúncias registradas nas suas folhas:

**Agora, me vem uma nota interessante de um colégio, que é citado como o modelo das escolas:** entretendo palestra com uma distinta professora normalista, soube que, no estabelecimento de ensino a que me referi, **existe uma cátedra eximia conhecedora do português. Imaginem os leitores que ela manda escrever assindética com sc, composto com pp, e manda dizer, analisando portuguez, que o período é composto por coordenação, quando tem oração principal!** Ora vejam como anda a nossa Atenas! No maior progresso do século, em matéria de instrução. Em presença de conhecedores da língua dessa estirpe, **há quem deixe de conhecer a análise portuguesa, numa era de tanta luz?!** (O CANHOTO, 1914, p. 3)<sup>64</sup>.

As dificuldades materiais do ensino secundário foram observadas durante as reclamações estudantis em seus jornais; todavia, as respostas do governo sobre isso podem ser visualizadas nos créditos abertos (vejamos no quadro a seguir) para a manutenção do ensino. Portanto há um questionamento a respeito das verbas públicas, estas seriam suficientes para manutenção e pagamentos dos funcionários?

#### QUADRO 25 — LEIS SOBRE CRÉDITOS PARA O LICEU MARANHENSE

Lei n. 69 de 12 de julho de 1894	Lei n. 116 de 29 de abril de 1895	Lei n. 305 de 19 de março de 1902	Lei n. 372 de 14 de abril de 1905
Autoriza o governo a mandar proceder aos concertos de que precisa o Liceu Maranhense.	Autoriza o Governo a abrir alguns créditos no orçamento vigente.	Autoriza o Governo a abrir o crédito necessário para pagamento do aluguel da casa em que funciona o Liceu Maranhense.	Autoriza o Governo a reformar o Liceu Maranhense.
Lei n. 696 de 28 de fevereiro de 1916	Lei n. 912 de 30 de março de 1920	Decreto n. 186 de 1º de julho de 1919	Decreto n. 331 de 31 de julho de 1920

<sup>64</sup>A toa. O Canhoto, ano. 3, n. 47, São Luís, 25 de outubro de 1914.

Autoriza o Governador do Estado a despender a importância de três contos e seiscentos mil réis, anuais, com a fiscalização do Liceu Maranhense pelo Governo Federal.	Autoriza o Presidente do Estado a abrir o crédito da quantia de 10:000\$000 (dez contos de réis) à rubrica “Expediente e Material para a Instrução Pública”, do Material orçamento vigente.	Abre a rubrica Pessoal do Liceu Maranhense o crédito de 13.283\$434.	Abre o crédito de 9:629\$337 (nove contos seiscentos e vinte e nove mil trezentos e trinta e sete réis) à rubrica “Pessoal do Liceu Maranhense, da tabela nº 856, de 4 de abril de 1919.
<b>Decreto n. 337 de 9 de agosto de 1920</b>	<b>Decreto n. 456 de 30 de junho de 1921</b>	<b>Decreto n. 536 de 6 de junho de 1922</b>	<b>Decreto n. 554 de 19 de julho de 1922</b>
Abre o crédito especial de 6:300\$ (seis contos e trezentos mil réis), para ocorrer às despesas com os desdobramentos de cadeiras do Liceu Maranhense.	Abre o crédito suplementar de 2.430\$644 (dois contos quatrocentos e trinta mil seiscentos e quarenta e quatro réis) a consignação <<Pessoal do Liceu Maranhense>> orçamento vigente.	Abre o crédito suplementar de 18:900\$000 (dezoito contos e novecentos mil réis) à rubrica “Pessoal do Liceu Maranhense”.	Abre o crédito de 115\$085 (cento e quinze mil e oitenta e cinco réis), à rubrica “Pessoal do Liceu Maranhense”.

Fonte: Elaborado pela autora.

Estes recursos eram insuficientes para a manutenção e a equiparação do ensino devido à dificuldade em manter os professores nos cargos pela falta de incentivo financeiro, obrigando-os a procurar novas atividades empregatícias, como observamos no Labaro (1921, p. 1)<sup>65</sup>, “quase todos, porém ocupados com os trabalhos absorventes de suas diversas profissões, de pouco tempo dispõem para ensinar, [...]. Dr. Ramiro Ferreira, erudição servida por um brilhante talento, mas que deixou o professorado para servir na estrada de ferro”; quanto pela vulnerabilidade em doenças, oriundas do desgaste mental e físico, como percebe-se em uma nota a quantidade de lugares que um professor lecionava: “há dias acha-se doente este nosso presado amigo, Gonzaga dos Reis [que] leciona com proficiência physica, chimica e história natural no curso profissional do Lyceu, e em quase todos os colégios de ensino secundário da capital”, obrigando-os a se ausentar pelas licenças, afastamentos ou até pelos pedidos de exoneração do cargo público, o que coloca em destaque a desvalorização do ofício de professor; problemática que perdura até os tempos modernos:

**Quem não conheceu o velho professor Martins, aquele pobre homem que perambulava pela cidade, algumas vezes, sob um sol a pino; outras, sob uma chuva copiosa; tendo, em uma das mãos, um grosseiro cajado, não por luxo, mas para se defender dos cães bravios?** Trajava sempre uma velha fatiota, suja, rasgada, chinelos nos pés, guarda-chuva quase completamente inutilizado e chapéu de feltro

<sup>65</sup>A Procura de Professor. Labaro, ano. 1, n. 2, São Luís, 9 de julho de 1921.

portador de poeira. **Lecionava aqui, ali, acolá. Não estabelecia preço. Conhecia perfeitamente o francês, o português, o latim. Quanto ao inglês, não era perito, mas ensinava-o [...].**

**Nos tempos de liceu, em época de exames, eu e outros camaradas não o deixávamos, solicitando-lhes as paulificantes traduções de latim, em que ele gastava seguramente duas ou três horas, sendo recompensado por pequenas importâncias que lhe dávamos, por ele estipulados nunca superiores a mil reis para cada uma lição. Pobre homem que não soube aproveitar os conhecimentos que possuía! (O CANHOTO, 1914, p. 2)<sup>66</sup>.**

Sobre a falta de professores, os alunos sabedores de suas dificuldades em lidar com o exame no final do curso, denominado por eles a época de plena decisão (LABARO, 1921), utilizavam como táticas, a divulgação por meio do jornal das suas necessidades escolares, na procura de aulas particulares com os mestres de matemática, como formas de romper com as estratégias de imposição do poder estadual em não garantir a qualidade da educação pública. Os estudantes por sua vez, “vem por este, único no gênero, pedir aos distintos professores que se ponham em evidencia para o que é necessário e por um anuncio com nome e residência numa qualquer das nossas folhas diárias a envia-lo para a nossa redação” (LABARO, 1921, p. 1)<sup>67</sup>, suprimiam a necessidade de preparação para os exames e respondiam as dificuldades advindas do governo ao respeito da falta de professor, especialmente, na área da matemática elementar, o que dificultava na preparação para os exames do ensino superior, tornando-se “[...] já lamentavelmente notoria este anno a falta de professores de mathematica elementar. Diversos rapazes daqui, que se destinam ás escolas superiores, onde o prévio exame vestibular d’aquela disciplina é de indispensável necessidade” (LABARO, 1921, p. 1)<sup>68</sup>. Os jornais estudantis alertavam sobre a insuficiência geral de professores na capital e no interior do estado, a exemplo da cidade de Rosário, que para solucionar tal empecilho, a colônia de pescadores daquele lugar resolveu manter uma escola, afim de que os associados pudessem mandar seus filhos e, neste caso, contrataram uma professora recebendo trinta mil réis mensais, juntando com o pagamento de sessenta mil reis acumulando no total de noventa mil reis: “Quando procederão de outra forma a prefeitura e a colônia de pescadores do Rosário?” (ALMA NOVA, 1929, p. 2)<sup>69</sup>.

<sup>66</sup>Parágrafos. O Canhoto, ano. 3, n. 34, São Luís, 11 de junho de 1914.

<sup>67</sup>A Procura de Professor. Labaro, ano. 1, n. 2, São Luís, 9 de julho de 1921.

<sup>68</sup>A Procura de Professor. Labaro, ano. 1, n. 2, São Luís, 9 de julho de 1921.

<sup>69</sup>Porque há analfabetismo. Alma Nova, ano.1, n. 2, São Luís, 7 de setembro de 1929.



Outra comprovação de falta de recursos denunciada pelos estudantes era a insuficiência de livros didáticos para estudo das disciplinas e atualidades, apesar de existir uma biblioteca no qual, disponibilizavam os compêndios, os tratados, os mapas e as revistas, entre outros (REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1893). Nesta medida, os alunos procuravam os espaços de sociabilidade para praticarem a leitura e a escrita; ou seja, a Biblioteca Pública no século XX também adere aos movimentos de alto índice de analfabetismo e recorre à instrução como via do progresso e do desenvolvimento, na medida em que, os seus diretores atribuem este espaço como uma extensão da escola. Sobretudo, como em qualquer instituição pública, as dificuldades arroteavam a Biblioteca Pública, pois, não conseguiam encontrar as obras pertinentes aos seus ensinos:

**Quando passava pela biblioteca, pulei e trepei na janela. As moscas viviam nos salões zumbindo como em mezas de necrotério. As prateleiras quase sem livros, geniam com saudades dos seus antigos inquilinos.** Um rapaz bem parecido, que pelo jeito advinhei ser academico, entrou sentou-se e do Catalago escolheu uma das betas obras de Zola. O empregado tomando a numeração foi em todas as prateleiras e voltou dizendo: «Tem, mas ja acabou». Esta outra também deve ser boa disse o moço. Também já se acabou, foi a resposta (O CANHOTO, 1913, p. 2)<sup>70</sup>.

De fato, percebendo a importância de atualização dos livros na biblioteca e das dificuldades dos estudantes com respeito a seu real uso, o jornal Alma Nova (1929, p. 2)<sup>71</sup> retrata a necessidade de pesquisar-se esses ambientes, quando afirmam que: “Indo a poucos dias á nossa ‘Biblioteca Publica’ procurar um livro sobre Escotismo não o achei. Nem siquer um opúsculo encontrei sobre este assumpto”; ou seja, livros específicos dos interesses dos alunos estavam em falta, embora a biblioteca contasse “[...] mais ou menos, de 6000 a 7000 volumes. De que tratam, então, tantos livros? Uns são romances, outros em linguagens estrangeiras. (a maior parte dos livros instructivos não estão traduzidos)” (ALMA NOVA, 1929, p. 2)<sup>72</sup>. Nesse sentido, parece que os livros presentes no catálogo da biblioteca em sua maioria eram de romances, os quais, pouco ajudaria no processo de estudo dos estudantes, visto que os livros adotados nas escolas maranhenses não estavam disponíveis em língua portuguesa, obrigando-os esta realidade a procurar outros meios de distração:

---

<sup>70</sup>História de um grão de areia: narrativa humorística da atualidade. O Canhoto, ano. 2, n. 18, 23 de março de 1913.

<sup>71</sup>Commentarios. Alma Nova, ano. 1, n. 3, São Luís, 22 de setembro de 1929.

<sup>72</sup>Commentarios. Alma Nova, ano. 1, n. 3, São Luís, 22 de setembro de 1929.

Ora, por conseguinte, não errou o sr. Pedro Luiz chamal-a de: **'apoucada livraria publica'**. Façamos um pequeno raciocínio: **-Um menino pobre que não possa comprar livros procura a Bibliotheca para lá estudar algum assumpto.** Entra, pede um catálogo e começa a folhear-o. **Se encontra um livro que lhe agrade não o pode ler, porque não sabe, quase sempre, nem francez, nem inglez, nem espanhol. Para não perder tempo, pede um romance qualquer como sempre vejo que se faz** (ALMA NOVA, 1929, p. 2, grifo nosso)<sup>73</sup>.

Por existir grandes dificuldades para a compra de livros, a Biblioteca Pública encontrou outros meios de adquirir este quantitativo de obras através de trocas com outras instituições e de algumas doações, já que as compras de suportes para o catálogo eram mínimas; situação que levava os estudantes a se contentarem com a escolha de outros gêneros literários como o romance, trazendo como consequência que “os estudos [ficassem] encostados a um canto. Por isso faço um apelo ao digno director da Bibliotheca para que peça livros da instrucção para a casa dos livros porque deste modo, talvez, melhore o estudo da nossa terra” (ALMA NOVA, 1929, p. 2)<sup>74</sup>. Portanto, as queixas registradas pelos estudantes liceístas na imprensa estudantil eram constantes quando se tratava das questões escolares, por estarem presentes no espaço educacional e se mostrarem sujeitos ativos, pelas ideias que defendiam sobre a instrução não se submetendo às estratégias de imposição e pela falta de recursos que faziam o governo abandonar o ensino público, embora a instrução fosse concebido como a única via de desenvolvimento e progresso para a construção de uma nação.

O pensamento republicano do final do século XIX defendia a ideia de que o Maranhão, a exemplo de outros estados, necessitava se adequar às novas exigências sociais, econômicas e políticas. Para consolidar esse intento, embora a criação de leis, decretos e regulamentos em tese garantiria este salto qualitativo, os governantes se esqueceram de garantir as condições basilares para sua estruturação. Estas práticas se estenderam na transição do século, onde foram discutidas múltiplas reformas para a adequação da instrução pública. Incorporados por concepções filosóficas, o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico caracterizou o pensamento da primeira república que objetivava a mudança organizacional e sistemática da educação no país.

A identificação nos discursos que marcaram uma época das leis, dos decretos e das reformas, das necessidades e dos anseios de uma população, nos

<sup>73</sup> Commentarios. Alma Nova, ano. 1, n. 3, São Luís, 22 de setembro de 1929.

<sup>74</sup> Commentarios. Alma Nova, ano. 1, n. 3, São Luís, 22 de setembro de 1929.

indica a intencionalidade do Estado maranhense, pois, partindo-se das dificuldades apresentadas pelos estudantes foi denunciada na imprensa a distância implícita entre a teoria e a efetivação da prática, nos possibilitando esta ginástica do operar histórico uma aproximação com a realidade escolar vivenciada no início do período republicano. Por sua vez, o final da primeira república teve como preceito a necessidade de organização dos níveis de ensino e a inserção dos princípios progressistas, que nas figuras dos escolanovistas possibilitou uma discussão do que seria um sistema organizado de ensino. No entanto, apesar dos discursos destes intelectuais serem distintos, todos possuíam um ponto em comum, reconhecer e exigir a responsabilização do governo como eixo e baluarte do progresso e da sistematização da educação.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discursos estudantis possibilitaram a compreensão do cotidiano escolar do Liceu Maranhense, na medida em que, denunciaram em suas produções as dificuldades que este estabelecimento de ensino perpassou durante a primeira república. Nesta perspectiva, ao final desta pesquisa identificamos que a educação na primeira república foi marcada pelas reformas educacionais. No mapeamento dos jornais estudantis liceístas nota-se que os autores (os alunos auxiliados ou não pelos seus professores) necessitavam denunciar problemáticas de ordens organizacionais e materiais que prejudicavam o ensino secundário do Liceu Maranhense, como também, discutiam a este respeito se posicionando por meio da escrita e da publicação de forma enérgica, ao criticarem as medidas instauradas pelo governo e denunciarem as carências de toda ordem no que se referia ao ensino público, entre elas, a falta de professores e a precária formação, a intransigência nos exames e a escassez de livros para acompanharem as disciplinas ou para se prepararem para as avaliações, a falta de manutenções nos espaços de ensino e a insuficiência de ambientes adequados.

A imprensa como objeto de pesquisa é colocada aqui nos movimentos de objetos da nova história cultural, que pelo alargamento das fontes permite considerar os documentos não oficiais como materiais possíveis de conceder-lhes um novo olhar se compreendidos os acontecimentos em um dado tempo e espaço. Neste caso, os jornais estudantis fonte do nosso objeto de investigação, foram analisados partindo da perspectiva dos alunos liceístas que representavam uma posição social alta, ao mesmo tempo em que defendiam ideais igualitários. Portanto, nos dedicamos em mapear e categorizar estes discursos, organizando as notícias de seus diferentes títulos e verificando as necessidades dos autores dos registros na imprensa estudantil que retrataram desde seus pontos de vista os assuntos do cotidiano escolar secundário.

Cabe ressaltar a dificuldade que estes órgãos obtiveram em fazer imprimir e circular os jornais pela cidade de São Luís, uma vez que, de cada título estudado somente encontramos um ou dois números, o que aponta para a falta de recursos, o não incentivo dos demais periódicos, o quantitativo mínimo de assinantes, aspectos que conspiraram para o desfecho destas iniciativas escolares. Além do desânimo latente no início republicano como consequência da insatisfação política e

econômica que deixara os jovens desgostosos, vítimas das do regime coronelista instauradas na sociedade.

No início republicano ocorreram mudanças políticas e econômicas, sustentadas por concepções ideológicas que foram implantadas nova ordem social brasileira. No contexto educacional estas ideias liberais adentram na tentativa de retirar as práticas consideradas retrógradas, embora as novidades teóricas de certa forma não foram postas em prática, levando-nos a afirmar que por meio dos discursos estudantis percebemos um abismo entre os dispositivos legais (leis, regulamentos, decretos, reformas,) e a sua aplicabilidade.

Todavia, os discursos estudantis representavam os propósitos dos alunos acerca das melhorias e das reformas do ensino secundário maranhense. Incentivados pelo movimento reformista educacional do período, os liceístas por sua vez, discorriam sobre a necessidade de uma efetivação destas medidas, atribuindo-lhe a responsabilidade ao Estado por garantir o conhecimento para todos. Por isso, denunciavam partindo das suas próprias experiências escolares as imposições do governo, tendo como respostas as suas táticas de apropriação, que indicavam via denuncia e crítica por meio da imprensa, uma nova forma de se conceber o ensino público de ensino.

As imposições de um período que representaram uma sociedade desigual que favorecia os grupos elitistas não se concretizando o caráter republicano. É nesta conjuntura política, econômica e social que o ensino secundário brasileiro se organizou, materializando-se num escola dualista<sup>75</sup>, pouco frequentada por indivíduos desprovidos e dominada por aqueles abastados oligárquicos, favorecendo a natureza classista deste nível de ensino, já que garantia o preenchimento de cargos públicos e possibilitava o acesso ao nível superior. Portanto, o povo, as classes subalternas deveriam contentar-se com o ensino primário e desenvolverem atividades de profissionalização manual que contribuía para o mundo do trabalho.

Ressaltamos que o início republicano pode ser dividido em dois momentos. O primeiro, referente às décadas anteriores a 1920 que compreendem o entusiasmo pela educação e se sustenta num momento de vastas reformas sobre os níveis de ensino, que serviu como um momento de testes, sendo o preâmbulo das discussões sobre a implantação da Escola Nova. Percebe-se que as variadas

---

<sup>75</sup>Ver Nagle sobre “Escola Dualista” (2001, p. 231).

reformas na educação foram medidas que deviam sanar as problemáticas já advindas do século XIX e que pelas medidas reformadoras acentuou a desarticulação do ensino. Por outro lado, podemos afirmar que estas reformas serviram como base de um processo construtivo, que de certa maneira foi um laboratório para a correção dos paradoxos educacionais; ideias que amadureceram culminando com as propostas dos educadores na implantação da escola nova.

Neste sentido, os ideários do movimento escolanovista brasileiro se acentuou nas décadas posteriores a 1920 com o movimento dos pioneiros; intelectuais que defendiam os preceitos do escolanovismo no Brasil. Estes intelectuais acreditavam que as questões educacionais precisavam de um teor pedagógico centrado-se na formação de professores, na discussão sobre os métodos de ensino, sobre adequação dos estabelecimentos de ensino, entre outras, medidas que instauravam o pensamento da Escola Nova.

Os discursos estudantis, por sua vez, criticaram a reforma Rivadavia (1911) que privilegiou um ensino desoficializado do governo, desresponsabilizando-o do ensino público. Um fator relevante para compreender a educação neste período é a centralização e descentralização do ensino, tendo como consequência um elevado número de leis e regulamentos nos estados e as reformas no contexto geral que traziam inconstâncias no quesito do desenvolvimento contínuo da educação brasileira.

Para os estudantes a responsabilização do Estado com o ensino público garantiria o desenvolvimento da nação, a construção de um homem nacionalista e cívico que contribuiria com o país, seja pelo ensino primário e profissional, seja em postos de trabalhos subalternos, mas necessários à nação. E que pelo ensino secundário deveria os mais prestigiados pôr a ordem e o progresso e, contribuir intelectualmente para “descurar o mal do analfabetismo” (A INUBIA, 1914). Devemos pontuar que os estudantes liceístas se posicionavam conforme as ideias que os influenciavam; neste caso, denunciavam as necessidades de âmbito escolar do liceu maranhense, entre elas, a falta de material e de Lentes. Portanto, o pensamento estudantil via imprensa expressa o descontentamento com as medidas empregadas, com a forma de exposição e implantação das reformas, com as exigências sobre os exames, anunciando-se que a teoria estava em descontinuidade com a prática e que os modos de se pronunciarem os estudantes poriam em dúvida as ações reguladoras do Estado.

Nesta lógica, as pesquisas que envolvem a Imprensa de Educação e Ensino<sup>76</sup> destacam as produções do contexto educacional no sentido mais amplo, subdividas por Nóvoa (1993) em variadas tipologias. Dessa forma, cabe a inserção da produção estudantil nos movimentos não-formais por se tratar de uma linguagem livre de conceitos pedagógicos em sua essência, mas nem por isso menos importante, devido à intimidade dos estudantes com a realidade escolar.

Ao analisarmos estas produções realizamos um movimento inusual em relação às pesquisas que abordam os escritos dos professores e instituições escolares. Desta forma, os estudantes como atores de um processo educacional adentram no espaço das discussões sobre as reformas, os exames e os professores, na medida em que denunciaram suas necessidades cotidianas escolares em periódicos de natureza singular. Pela análise das fontes percebemos um paradoxo: por um lado, o quantitativo de regulamentos e de leis estaduais proferidas no período em foco, e por outro o número das reclamações dos estudantes sobre “a falta” nos estabelecimentos de ensino. A carência do ensino público foi a marca que caracterizou sua existência independentemente das múltiplas legislações que acabaram por desarticular e desorientar os níveis de ensino e, que nos discursos dos jovens liceístas, encontramos suas angústias, denúncias e posicionamentos em função da instrução pública sem incentivo e preocupação por parte do poder público.

Nesse sentido, acreditamos que este trabalho dará oportunidade para que outros pesquisadores acrescentem novos elementos e posicionamentos, dando continuidade a este estudo focalizado sobre a perspectiva dos estudantes, pois, não se esgotam as possibilidades de inclusão de novas fontes, novas ideias e novas problemáticas, fundamentos particulares que dependerão da escolha de cada investigador, bem como da delimitação do tempo/espço que se configuram de modos diferenciados.

---

<sup>76</sup>Sobre Imprensa de Educação e Ensino ver Nóvoa (1993).

## REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

AMARAL, Giana Lange do. Os impressos estudantis em investigações da cultura escolar nas pesquisas histórico-institucionais. *Revista História da Educação*, v. 6, n. 11, 2002.

ANDRADE, Beatriz Martins de. **O Discurso Educacional do Maranhão na Primeira República**: uma análise de conteúdo. 1982. 153f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, FGV, Rio de Janeiro, 1982.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BARROS, José D'Assunção. **A expansão da História**. Petrópolis: Vozes, 2013, 221 p.

BASTOS, Maria Helena C. **O novo e o nacional em Revista**: a revista do ensino do Rio Grande do Sul (1939 - 1942) São Paulo, FEUSP, 1994.

BRAGA, Maria de Fatima Almeida. **Livros, folhetos, jornais, calendários e folhinhas, tudo à venda na botica de Padre Tezinho**: práticas sociais e práticas de leitura nos anúncios dos jornais maranhenses do século XIX. Rio de Janeiro: Novas Edições acadêmicas, 2015.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Ney O. **O Encilhamento**: anatomia de uma bolha brasileira. São Paulo: Bovespa, 2004.

CATANI, Denice Bárbara. A Imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. **Educação e Filosofia**. n. 10, v. 20, p. 115-130, jul/dez, 1996.

\_\_\_\_\_; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Educação em Revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 2002.

\_\_\_\_\_; SOUSA, Cynthia Pereira. **Imprensa periódica educacional paulista (1890 – 1996)**. São Paulo: Plêiade, 1999.

CASTRO, Cesar Augusto Org. **Leis e Regulamentos**: da instrução pública no Maranhão Império (1835-1889). São Luís: EDUFMA, 2009.

\_\_\_\_\_. Org. **Leitura, impressos e cultura escolar**. São Luís: EDUFMA, 2010.



CASPARD, Pierre et all. **La Presse d'éducation et d'enseignement XVIII - 1940**. Tomel A-C. INRP, Edition du CNRS, 1981.

\_\_\_\_\_; CASPARD, Penélope. Imprensa Pedagógica e Formação continua de professores primários (1815-1939). In: CATANI, D.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 33-45.

CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara. (Org.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da Educação**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

CASTELLO BRANCO, Pe. Dr. J. S. **Selecta Escolar**. São Luís: Typ. a vapor de Frias & Filho, 1886.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

\_\_\_\_\_. A invenção do cotidiano. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. O livro e seus poderes (século XV a XVIII). In: COUTINHO, Eduardo Granja; GONÇALVES, Márcio Souza. (Org.). **Letra Impressa: comunicação, cultura e sociedade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

\_\_\_\_\_. **História cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1988.

\_\_\_\_\_. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria M. galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. São Paulo, Cortez & Moraes, 2005. 201p.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. et. al. **A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação**. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/ep/v3n1.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ep/v3n1.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2010.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **História Geral da Educação**. São Paulo: Alinea, 2003.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. et. al. (Org.). **O ensino e a pesquisa em história da educação**. Maceió: EDUFAL, 2011.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da educação brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GANDINI, R. **Intelectuais, Estado e Educação: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1952)**. Campinas: Unicamp, 1995.

GONÇALVES, Márcio Souza. O que aprender com os livros?. In: COUTINHO, Eduardo Granja; GONÇALVES, Márcio Souza. (Org.). **Letra impressa: comunicação, cultura e sociedade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

GONDRA, José Gonçalves. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2009.

HALLEWEL, Laurence. **O livro no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2005.

\_\_\_\_\_. **O livro no Brasil: sua história**. 3. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2012.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JORGE, Sebastião. **Os primeiros passos da imprensa no Maranhão**. São Luís: EdUFMA, 1987.

LOBO, Antônio. **Os novos atenienses: subsídios para a história literária do Maranhão**. 3. ed. São Luís: AML/EDUEMA, 2008. 139 p.

LOPES, Antonio. **História da imprensa no Maranhão**. Rio de Janeiro: DASP, 1959.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.

MEIRELES, Mário M. **Dez estudos históricos**. São Luís: ALUMAR, 1994.

\_\_\_\_\_. Mário M. **História do Maranhão**. 2. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980.

MOLLIER, Jean-Yves. **A leitura e seu público no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Brasília: Brinquet de Lemos, 2006.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MORTATTI, Maria do Rosário. **Os sentidos da alfabetização**. São Paulo. UNESP, 2000.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NÓVOA, Antônio. **A imprensa de educação e ensino: repertório analítico (século XIX-XX)**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993.

\_\_\_\_\_. A imprensa de Educação e Ensino. In: **Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 1997.

PINSKY, Carla Bassanezi et al (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. 302 p.

REBELO, José Manuel. Do jornal à tela. In: COUTINHO, Eduardo Granja; GONÇALVES, Márcio Souza. (Org.). *Letra Impressa: comunicação, cultura e sociedade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 21. ed. São Paulo: Autores Associados, 2010. 163 p.

SALDANHA, Lilian Leda. **A instrução maranhense na primeira década republicana**. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010. (Coleção Horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil).

SCHLBAUER, Anaete Regina; José Carlos Souza Araújo. (Org.). **História da educação pela imprensa**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

SERRA, Joaquim. **Sessenta anos de jornalismo**: a imprensa no Maranhão. São Paulo: Siciliano, 2001. 117 p.

SILVA, Diana Rocha da. **A institucionalização dos grupos escolares no Maranhão (1903-1920)**. São Luís: Editora UEMA, 2015.

SOUZA, Rafael Policeno de. A COLUNA PRESTES: UMA ABORDAGEM NECESSÁRIA . **Revista Historiador**, n. 3, ano. 3, dezembro/2010. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/revistahistoriador>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de Civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Unesp, 1998.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **Estudando as lições de coisas**: análise dos fundamentos do Método de Ensino Intuitivo. Campinas: Autores Associados, 2004.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007. 328 p.

VELÁZQUEZ CASTELLANOS, Samuel Luís. **Práticas leitoras no Maranhão na primeira república**: entre apropriações e representações. São Luís: EDUFMA, 2010.

\_\_\_\_\_. **O livro escolar no Maranhão Império**: produção, circulação e prescrições. 2012. 450 f. Tese (Doutorado em Educação escolar) – Programa de Pós-graduação em Educação escolar, Universidade Estadual de São Paulo, 2012.

VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWARTZ, Cleonara Maria. (Org.). **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2010. (Coleção Horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil).

VIÑAO FRAGO, A. **Alfabetização na sociedade e na história**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

\_\_\_\_\_. Historia de la educación e historia cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, p. 63-82, set./dez.1995.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio no Maranhão (1896-1934)**. v. 3. São Luís: Coleção Academia Maranhense de Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. **Benedito Leite**: um verdadeiro republicano. 2. ed. São Paulo: Serviço de documentação, 1960.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; BRITTO, Lenir Marina Trindade de Sá; NIENOV, Gisele. Escola normal rural e seu impresso estudantil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 45. p. 81-105. jun. 2007.

## FONTES DOCUMENTAIS

### JORNAIS

A Escola. Colégio 15 de novembro. São Luís, ano. 1, n. 1, 10 de março de 1902.

\_\_\_\_\_. São Luís, ano. 1, n. 1, 9 de outubro de 1909.

\_\_\_\_\_. Órgão do Externato Codoense. Codó, 1918-1919.

\_\_\_\_\_. Órgão da Escola Normal Primária. São Luís, 1923.

\_\_\_\_\_. Caxias, 1928-1929.

Centro Caixeiral. São Luís, 1902.

ALMA NOVA, São Luís, 1929.

O PROGRESSO, São Luís, 1907.

O BRAZIL, São Luís, 1907.

O CANHOTO, São Luís, 1912

O ESTUDANTE, São Luís, 1915

EXCELSIOR, São Luís, 1914.

SANGUE JOVEM, São Luís, 1930.

INUBIA, São Luís, 1914.

LABARO, São Luís, 1929.

#### DECRETOS, LEIS E REGULAMENTOS

BRASIL. Decreto, de 2 de março de 1821. Sobre a liberdade da imprensa. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/historicos/dim/DIM-2-3-1821.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM-2-3-1821.htm)> Acesso em: 10 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 21 de 15 de abril de 1890

\_\_\_\_\_. Decreto n. 94 de 1º de setembro de 1891

\_\_\_\_\_. Decreto n. 129 de 16 de março de 1892

\_\_\_\_\_. Decreto n. 12 de 26 de março de 1901

\_\_\_\_\_. Decreto n. 141 de 15 de março de 1912

\_\_\_\_\_. Decreto n. 27 de 25 de julho de 1916

\_\_\_\_\_. Decreto n. 689 de 29 de junho de 1923

\_\_\_\_\_. Decreto n. 1.142 de 8 de abril de 1927

\_\_\_\_\_. Decreto n. 186 de 1º de julho de 1919

\_\_\_\_\_. Decreto n. 331 de 31 de julho de 1920

\_\_\_\_\_. Decreto n. 337 de 9 de agosto de 1920

\_\_\_\_\_. Decreto n. 456 de 30 de junho de 1921

\_\_\_\_\_. Decreto n. 536 de 6 de junho de 1922

\_\_\_\_\_. Decreto n. 554 de 19 de julho de 1922

\_\_\_\_\_. Lei n. 27 de 20 de março de 1893

\_\_\_\_\_. Lei n. 41 de 15 de maio de 1893

\_\_\_\_\_. Lei n. 46 DE 15 de maio de 1893

\_\_\_\_\_. Lei n. 69 de 12 de julho de 1894

- \_\_\_\_\_ . Lei n. 52 DE 15 de maio de 1893
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 54 de 15 de maio de 1893
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 56 de 15 de maio de 1893
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 58 de 17 de maio de 1893
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 69 de 12 de julho de 1894
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 116 de 29 de abril de 1895
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 119 de 2 de maio de 1895
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 127 de 24 de março de 1896
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 128 de 24 de março de 1896
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 137 de 16 de abril de 1896
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 138 de 16 de abril de 1896
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 149 de 5 de maio de 1896
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 150 de 5 de maio de 1896
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 165 de 21 de maio de 1896
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 191 de 19 de março de 1898
- \_\_\_\_\_ . Lei n.214 de 13 de março de 1899
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 216 de 6 de abril de 1899
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 226 de 15 de abril de 1899
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 248 de 20 de março de 1900
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 253 de 24 de março de 1900
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 270 de 27 de março de 1901
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 275 de 1º de abril de 1901
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 284 de 11 de abril de 1901
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 283 de 10 de abril de 1901
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 285 de 11 de abril de 1901

- \_\_\_\_\_ . Lei n. 303 de 5 de março de 1902
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 305 de 19 de março de 1902
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 372 de 14 de abril de 1905
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 309 de 2 de abril de 1902
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 310 de 3 de abril de 1902
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 333 de 3 de abril de 1903
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 363 de 31 de março de 1905
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 379 de 24 de abril de 1905
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 423 de 17 de setembro de 1906
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 464 de 13 de abril de 1907
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 524 de 31 de março de 1910
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 528 de 1º de abril de 1910
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 543 de 7 de abril de 1910
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 549 de 8 de abril de 1910
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 564 de 30 de março de 1911
- \_\_\_\_\_ Lei n. 568 de 1 abril de 1911
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 570 de 4 de abril de 1911
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 583 de 22 de abril de 1911
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 587 de 27 de abril de 1911
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 666 de 28 de abril de 1914
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 696 de 28 de fevereiro de 1916
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 729 de 8 de abril de 1916
- \_\_\_\_\_ . Lei n 815 de 24 de abril de 1918
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 838 de 25 de março de 1919
- \_\_\_\_\_ . Lei n. 839 de 26 de março de 1919

\_\_\_\_\_. Lei n. 1.222 de 4 de abril de 1925

\_\_\_\_\_. Lei n. 1.230 de 8 de abril de 1925

\_\_\_\_\_. Lei n. 1.235 de 8 de abril de 1925

\_\_\_\_\_. Lei n. 907 de 25 de março de 1925

\_\_\_\_\_. Lei n. 912 de 30 de março de 1920

\_\_\_\_\_. Lei n. 918 de 1 de abril de 1920

\_\_\_\_\_. Lei n. 1.274 de 25 de março de 1927

MARANHAO. Biblioteca Publica Benedito Leite. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da biblioteca publica benedito leite**: 1821-2007. São Luis: Secma, 2007. 226 p.

\_\_\_\_\_. Regulamento da Instrução Pública, 1983.

\_\_\_\_\_. Regulamento da instrução pública, 1895.